

RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO CPA/UNIVASF

ANO-BASE 2025

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. BREVE HISTÓRICO DA UNIVASF.....	4
1.2. DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.3. CPA DA UNIVASF.....	7
2. METODOLOGIA.....	8
2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	8
2.2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	9
2.3. REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA.....	9
2.4. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	10
3. DESENVOLVIMENTO.....	10
3.1. EIXO 1 – GERAL.....	10
3.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional.....	10
3.1.2. Responsabilidade social da instituição.....	13
3.1.3. Comunicação com a sociedade.....	14
3.1.4. Infra-estrutura geral.....	17
3.2. EIXO 2 – DOCENTE.....	23
3.2.1. Ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão.....	23
3.2.2. Organização e gestão da instituição.....	48
3.2.3. Infra-estrutura física.....	53
3.2.4. Atendimento a estudantes e egressos.....	59
3.3. EIXO 3 – DISCENTE.....	60
3.3.1. Ensino, pesquisa, pós-graduação e a extensão.....	60
3.3.2. Infra-estrutura física.....	77
3.3.3. Atendimento a estudantes e egressos.....	83
3.4. EIXO 4 – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.....	90
3.4.1. Políticas de pessoal e de carreira.....	90
3.4.2. Organização e gestão da instituição.....	96
3.4.3. Infra-estrutura física.....	99
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	101
4.1. DIMENSÃO PEDAGÓGICA, RELAÇÕES INTERPESSOAIS E GESTÃO.....	101
4.2. O GARGALO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA.....	102
4.3. PESQUISA, EXTENSÃO E FOMENTO.....	102
4.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
6. REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

O processo de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) baseia-se primordialmente nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituído pela Lei nº 10.861/2004 ao qual cabe promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes.

Tomando por base a referida Lei, de modo inicial apresentamos os preceitos básicos que norteiam o processo de Autoavaliação da nossa universidade. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior (Art. 6º da Lei nº 10.861/2004).

Outro aspecto a ser destacado é a avaliação do desempenho dos estudantes realizada por intermédio do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), avaliação aplicada aos estudantes no final do primeiro e do último ano do curso, estando previamente definida a utilização de procedimentos amostrais.

A constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) pelas instituições de ensino superior, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), formada pela representação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada e atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior (Art. 6º da Lei nº 10.861/2004).

O presente relatório trata-se do produto materializado do processo de autoavaliação institucional contemplado na Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES). Para a sua realização, foram cumpridas e consideradas todas as orientações, requisitos e etapas de avaliação propostas pelo SINAES/INEP no Roteiro de Autoavaliação (2004). Constituem como requisitos para a realização da avaliação interna de acordo com o INEP:

- 1) A existência de uma equipe de coordenação;
- 2) Participação de integrantes da instituição;
- 3) Compromisso explícito por parte dos dirigentes da Instituição de Ensino Superior (IES);

- 4) Informações válidas e confiáveis;
- 5) Uso efetivo dos resultados.

Esse documento registra as ações desenvolvidas pela CPA/UNIVASF, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2025. Trata-se do relatório integral, elaborado pelos membros da comissão.

Além dos resultados obtidos através dos instrumentos de avaliação, encontram-se também, análises e apontamentos acerca das fragilidades institucionais e propostas de ações baseadas na realização de melhorias que promovam significativamente o crescimento e o desenvolvimento da universidade.

1.1. BREVE HISTÓRICO DA UNIVASF

A UNIVASF destaca-se como a primeira universidade federal a ter sua sede implantada no interior do Nordeste. Criada pela Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A instituição surgiu com a proposta inovadora e ousada de promover o ensino superior público de qualidade no Semiárido, atuando simultaneamente em três estados da região: Pernambuco, Bahia e Piauí.

As atividades acadêmicas tiveram início em outubro de 2004, com a oferta inicial de 10 cursos de graduação distribuídos entre os *campi* de Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e São Raimundo Nonato (PI). Nos anos seguintes, a universidade vivenciou um intenso processo de expansão, impulsionado pela adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007. Esse período marcou a criação de novos cursos e a inauguração do *campus* de Senhor do Bonfim (BA) em 2009. A interiorização continuou na década seguinte, com a abertura do *campus* de Paulo Afonso (BA), em 2014, e do *campus* de Salgueiro (PE), que iniciou suas atividades em 2019.

Atualmente, a UNIVASF consolida sua presença regional com **sete *campi*** distribuídos em seis municípios: Petrolina (*Campus Sede* e *Campus Ciências Agrárias*), Juazeiro, São Raimundo Nonato (*Campus Serra da Capivara*), Senhor do Bonfim, Paulo Afonso e Salgueiro.

Em termos de dimensão acadêmica, dados recentes (base 2024) indicam que a instituição atende **mais de 6.700 discentes** em cursos de graduação presencial, além de manter uma ampla oferta na modalidade de Educação a Distância (EaD). A estrutura de pessoal conta com **cerca de 1.000 servidores** (entre docentes e técnicos-administrativos). A universidade também se destaca na formação continuada, oferecendo dezenas de programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais), especializações *Lato Sensu* e programas de Residência Médica e Multiprofissional.

1.2. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Reitor

Télio Nobre Leite

Vice-Reitora

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão

Michelle Christini Araújo Vieira

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Maria Helena Tavares De Matos

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Margareth Pereira Andrade

Pró-Reitor de Assistência Estudantil

Clébio Pereira Ferreira

Pró-Reitor de Gestão e Orçamento

Francisco Alves Pinheiro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Kilma Carneiro da Silva Matos

Secretária de Educação a Distância

Adriana Moreno Costa Silva

Secretário de Tecnologia da Informação

Marcelo de Medeiros Lacerda Pereira

Secretária de Registro e Controle Acadêmico

Lucimary Araújo Campos

Prefeito Universitário

João Pedro da Silva Neto

LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI

Campus Sede:

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - CEP: 56304-205 – Petrolina (PE)

[**HU-Univasf - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco**](#)

Campus Ciências Agrárias:

Rodovia BR 407, KM12 Lote 543 - Projeto de Irrigação Nilo Coelho - S/N – “C1” CEP: 56300-000 – Petrolina (PE)

[**Universidade Federal do Vale do São Francisco Campus Ciências Agrárias**](#)

Campus Juazeiro:

Avenida Antônio Carlos Magalhães, 510 - Santo Antônio - CEP: 48902-300 – Juazeiro (BA)

[**Vale do São Francisco Federal University**](#)

Campus Serra da Capivara:

Rua João F. dos Santos, s/n, campestre, 64770-000, São Raimundo Nonato - PI, Brasil

[**Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato**](#)

Campus Senhor do Bonfim:

R. Tomás Guimarães, 45 - Derba, Sr. do Bonfim - BA, 48970-000, Brasil

[**Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim**](#)

Campus Paulo Afonso:

Oliveira Lopes, Paulo Afonso - BA, 48605-560, Brasil

[**UNIVASF**](#)

Campus Salgueiro:

Av. Antônio Angelim, 570 - Santo Antônio, Salgueiro - PE, 56000-000

[**Salgueiro Shopping**](#)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/Univasf

Av. Antônio Carlos Magalhães, 510 – Santo Antônio – CEP: 48.902-300 – Juazeiro- BA, cpae@univasf.edu.br – Sala 28.

[**Vale do São Francisco Federal University**](#)

1.3. CPA DA UNIVASF

A CPA/UNIVASF tem como finalidade a condução dos processos de avaliação da atuação institucional em torno de eixos (dimensões), em conformidade com o SINAES, instituído pela Lei número 10.861, de 14/04/2004, publicada no DOU de 15/04/2004, particularmente no seu art. 3º.

A Presidência da CPA/UNIVASF é eleita entre os seus pares (Resolução 09/2013) e demais membros designados conforme o regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, cuja composição não privilegia a maioria absoluta de nenhum dos segmentos.

A CPA atua em estreita relação com as Pró-Reitorias e seguindo as disposições de seu Regimento Interno, que por sua vez baseia-se especialmente na Lei número 10.861/2004, nos atos ministeriais que regulamentam o SINAES e nos atos da Reitoria que regulamentam a avaliação institucional na UNIVASF.

O principal objetivo da CPA é contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica, oferecendo subsídios para a tomada de decisões, direcionamento das futuras ações, otimização e excelência dos processos e resultados, através do fomento à formação de uma cultura avaliativa.

A seguir pode ser visualizado o quadro com a composição da CPA/UNIVASF:

Presidente

Kedma de Magalhães Lima

Representante Docente

Everton Cristian Rodrigues de Souza

Representante Docente

Felipe Hugo Alencar Fernandes

Representante Docente – Área de Extensão

Michelle Christini Araújo Vieira

Representante Discente

Elionilson Gomes Furtado

Representante TAE

Marcelino Saturnino da Silva Filho

Representante da Comunidade Externa

Tassio Muniz Malvezzi

Vice-Presidente

Nayara Mendes Cruz

Representante Docente (Suplente)

Felipe Guilherme de Oliveira Melo

Representante Docente – Área de Pesquisa (Suplente)

Paulo Jose Pereira

Representante Docente – Área de Extensão (Suplente)

Audimar de Sousa Alves

Representante Discente (Suplente)

Sanielly Maria da Silva Jatoba

Representante TAE (Suplente)

Rayssa Kelly de Oliveira Nascimento

Representante da Comunidade Externa (Suplente)

Daniel Esdras Fonseca Farias

Estagiário

Rafael Hernanni Medeiros Silva

Estagiário

Nadjon Filipe Santos Oliveira

2. METODOLOGIA

A elaboração do presente Relatório de Autoavaliação Institucional foi conduzida em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pelo SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004, e pelas normativas internas da UNIVASF. O processo foi coordenado pela CPA, responsável pela condução das avaliações internas e pela sistematização das informações institucionais, assegurando a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem participativa e sistemática, contemplando as etapas de planejamento estratégico da autoavaliação, construção e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, análise dos resultados e organização das informações conforme os eixos avaliativos do relatório: Eixo 1 – Geral; Eixo 2 – Docente; Eixo 3 – Discente; e Eixo 4 – Técnicos Administrativos.

2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento das atividades seguiu o cronograma institucional definido pela CPA, contemplando reuniões de organização, elaboração dos instrumentos avaliativos e execução das etapas de coleta e análise dos dados. As atividades foram desenvolvidas em conformidade com o roteiro de autoavaliação institucional vigente, garantindo a

coerência metodológica e o alinhamento com os objetivos institucionais da avaliação interna.

A definição das ações buscou assegurar a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, promovendo um processo avaliativo contínuo e alinhado às necessidades de diagnóstico institucional e planejamento estratégico.

2.2. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de instrumentos distintos conforme o perfil dos respondentes, mantendo uma estrutura metodológica comum que possibilitou a análise integrada das informações. Os questionários foram elaborados a partir do roteiro de autoavaliação institucional e organizados em seções correspondentes às dimensões avaliativas.

As questões foram estruturadas predominantemente em formato objetivo, incluindo também perguntas abertas, campos para sugestões e itens condicionados às respostas anteriores, permitindo uma análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados. O preenchimento dos questionários foi realizado de forma eletrônica, mediante acesso ao sistema institucional da CPA, utilizando código de identificação individual por categoria de respondente.

Os instrumentos foram previamente testados e revisados antes da aplicação, considerando ajustes necessários para atualização das perguntas e adequação à realidade institucional.

2.3. REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA

A participação ocorreu por meio do convite à comunidade acadêmica, abrangendo docentes, discentes e técnicos administrativos. O acesso aos questionários foi disponibilizado em ambiente virtual institucional, garantindo a participação voluntária dos respondentes. Foram obtidos resultados de 573 membros da comunidade acadêmica, tanto discentes, docentes e técnicos, que realizaram o questionário por completo, e utilizadas as respostas incompletas para análise do que fosse possível.

Além da aplicação do questionário eletrônico, foram encaminhados roteiros específicos aos setores institucionais e colegiados acadêmicos, visando ampliar a coleta de informações qualitativas sobre a realidade institucional e subsidiar a análise contextual das respostas.

2.4. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Após o encerramento do período de coleta, os dados foram tratados e consolidados pela equipe responsável, com a unificação das respostas obtidas nos diferentes instrumentos aplicados. A análise foi estruturada de acordo com os eixos do relatório institucional:

- Eixo 1 – Geral: aspectos institucionais, administrativos e de infraestrutura;
- Eixo 2 – Docente: condições de trabalho, práticas pedagógicas e avaliação institucional do corpo docente;
- Eixo 3 – Discente: experiências acadêmicas, participação institucional e condições de aprendizagem;
- Eixo 4 – Técnicos Administrativos: condições de trabalho, organização administrativa e suporte institucional.

As informações foram organizadas em dimensões temáticas e submetidas a análises descritivas, possibilitando a interpretação dos resultados e a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria institucional. Os dados foram posteriormente sistematizados em tabelas, gráficos e análises interpretativas para subsidiar a construção do relatório final.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. EIXO 1 – GERAL

3.1.1. Plano de Desenvolvimento Institucional

Iniciando uma etapa de análise mais ampla e de caráter macro institucional, a avaliação institucional buscou aferir, inicialmente, o alcance do planejamento estratégico da universidade, questionando se o respondente **conhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. O panorama está ilustrado na **figura 1**:

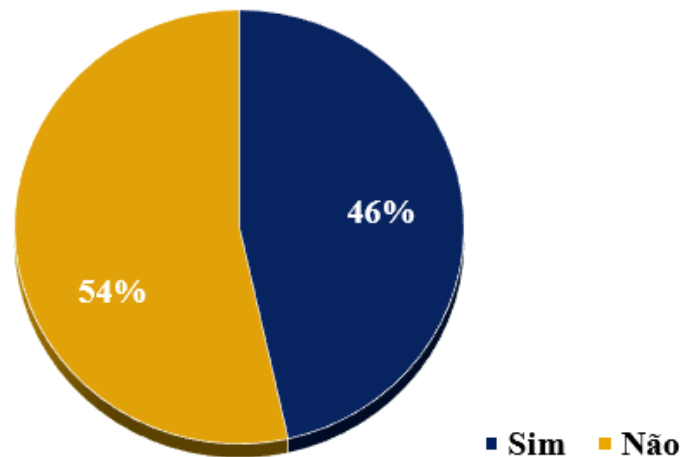


Figura 1 - Conhecimento sobre o PDI

Os dados revelam um desafio de comunicação interna: a maioria da amostra (53,49%) declarou não conhecer o documento. A parcela que tem ciência das diretrizes do PDI corresponde a 46,51%, evidenciando que o documento norteador da instituição não atinge plenamente o seu público-alvo.

Contudo, entre o grupo restrito de respondentes que afirmaram conhecer o plano, avaliou-se se **os objetivos e finalidades do PDI são claros**. Neste aspecto específico, a validação é altamente positiva: 42,14% concordam parcialmente e 34,29% concordam totalmente com a clareza da redação e das metas estipuladas. O somatório de discordâncias limitou-se a cerca de 15% (12,86% parcial e 2,14% total). Isso demonstra que, embora a capilaridade do documento seja falha, a sua estrutura e compreensão são eficientes para quem o acessa.

Retornando a avaliação para a percepção geral, perguntou-se se **o PDI é algo suficientemente divulgado**, conforme demonstra a **figura 2** a seguir:

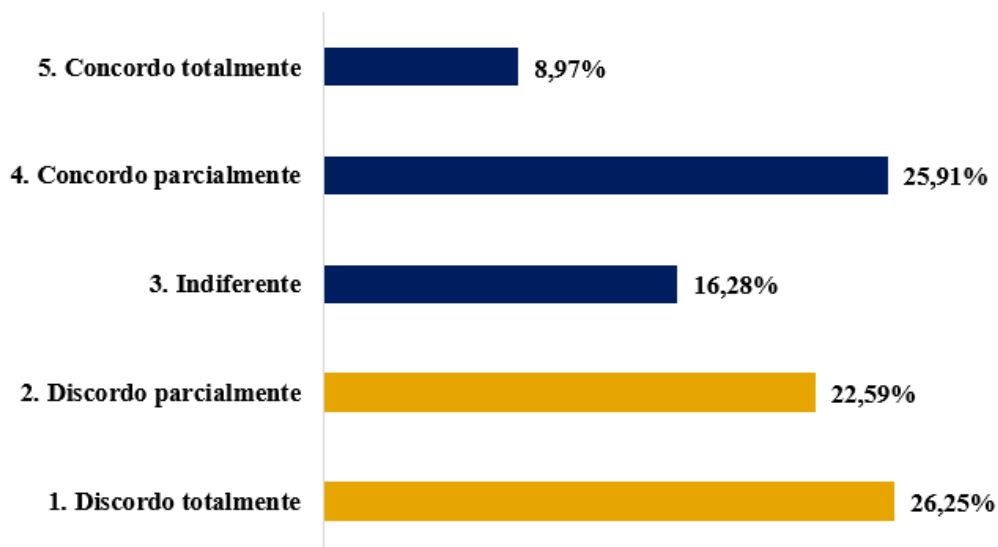


Figura 2 - Percepção sobre a divulgação do PDI

Em consonância com o déficit de conhecimento apontado no primeiro item, a insatisfação com a publicidade do documento é marcante. Quase metade dos participantes discorda da eficácia dessa divulgação (26,25% discordam totalmente e 22,59% discordam parcialmente). Aqueles que consideram as campanhas de difusão suficientes somam pouco menos de 35% ("Concordo parcialmente" com 25,91% e "Concordo totalmente" com 8,97%). A alternativa "Indiferente" abarcou 16,28%.

Por fim, o escrutínio sobre os **mecanismos existentes de participação na elaboração do PDI** revela um cenário pulverizado. A alta taxa de resposta "Indiferente" (29,90%) desponta como a maior parcela, refletindo diretamente o distanciamento da comunidade em relação ao tema. As avaliações positivas somam cerca de 38% (26,25% concordam parcialmente e 12,62% concordam totalmente). Em contrapartida, mais de 31% julgam os meios de engajamento inadequados (16,61% para discordância total e 14,62% para parcial), sublinhando a necessidade de construir pontes mais atrativas para que a comunidade universitária atue na construção do futuro da instituição.

3.1.2. Responsabilidade social da instituição

Adentrando a seção que avalia a responsabilidade social da instituição, o questionário investigou o envolvimento da comunidade com os projetos das **Políticas de Educação Inclusiva**. O cenário apontado pela pesquisa está ilustrado na **figura 3**:

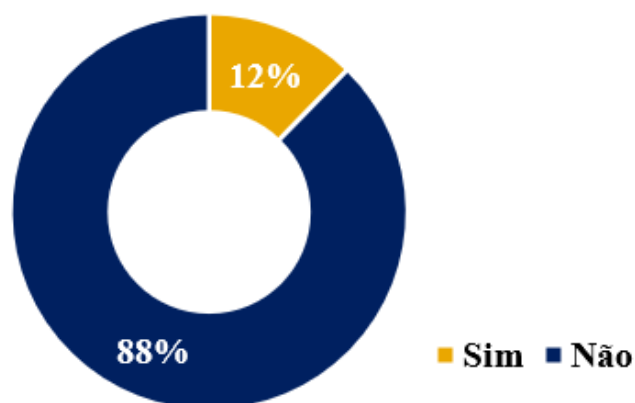


Figura 3 - Participação nas Políticas de Educação Inclusiva

Os dados revelam um déficit expressivo de alcance destas ações: a ampla maioria (87,71%) afirma não conhecer ou não atuar nesses projetos. Apenas 12,29% dos respondentes demonstram algum nível de engajamento prático, mas foram obtidas respostas sobre a Inclusão Começa em Mim - NAI, curso de libras, Programa de Práticas Profissionais Inclusivas (PPI), entre outros.

A pesquisa também buscou mapear ativamente o público-alvo, questionando se o participante **possui alguma deficiência**, conforme exposto na **figura 4** a seguir:

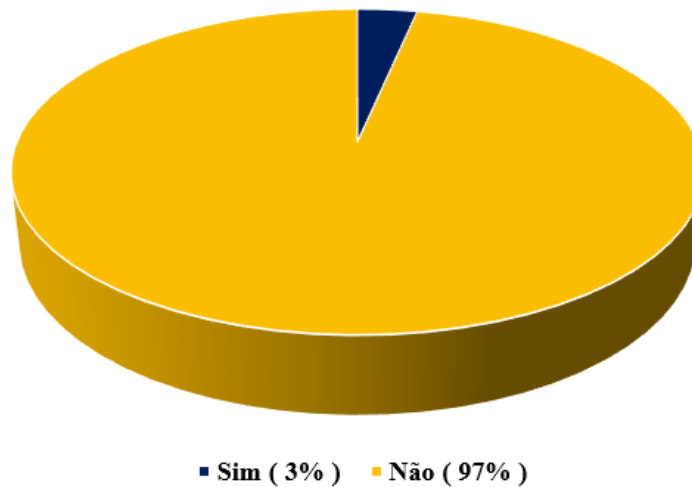


Figura 4 - Mapeamento de pessoas com deficiência (PCD)

A amostra identificou que 3,32% da comunidade universitária consultada declara possuir alguma deficiência. Quando questionados de forma qualitativa sobre quais **auxílios são oferecidos ou deveriam ser ofertados**, os membros deste grupo relataram iniciativas como a redução de carga horária, adaptação de provas com locais reservados e mediação individualizada, e sobre quais deveriam ser oferecidos, foram mencionados auxílios para daltonismo, mais acessibilidade e flexibilidade de horários institucionais devido a imprevistos psicológicos. Contudo, também houve apontamentos indicando desconhecimento sobre a totalidade dos direitos e suportes disponíveis.

3.1.3. Comunicação com a sociedade

Mudando o foco para a relação externa e interna, avaliando a Comunicação Institucional. O primeiro aspecto mediu o **conhecimento das políticas da UNIVASF voltadas para a comunicação com a sociedade**, cujos resultados encontram-se na **figura 5**:

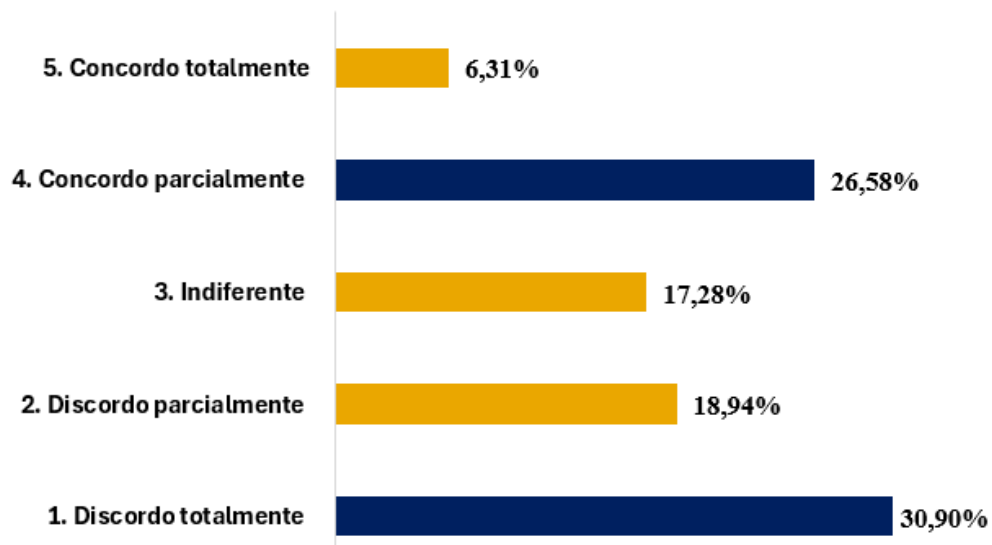


Figura 5 - Conhecimento das políticas de comunicação

O desconhecimento sobre as diretrizes de comunicação prevalece: quase 50% da amostra as ignora (30,90% discordam totalmente e 18,94% discordam parcialmente da afirmação). Aqueles que têm clareza sobre o tema somam cerca de 33% (26,58% de concordância parcial e 6,31% total).

Apesar do distanciamento teórico, a validação prática da comunicação é positiva. Avaliando se **as formas de comunicação utilizadas contemplam a realidade local/regional**, o cenário melhora sensivelmente, como ilustra a **figura 6**:

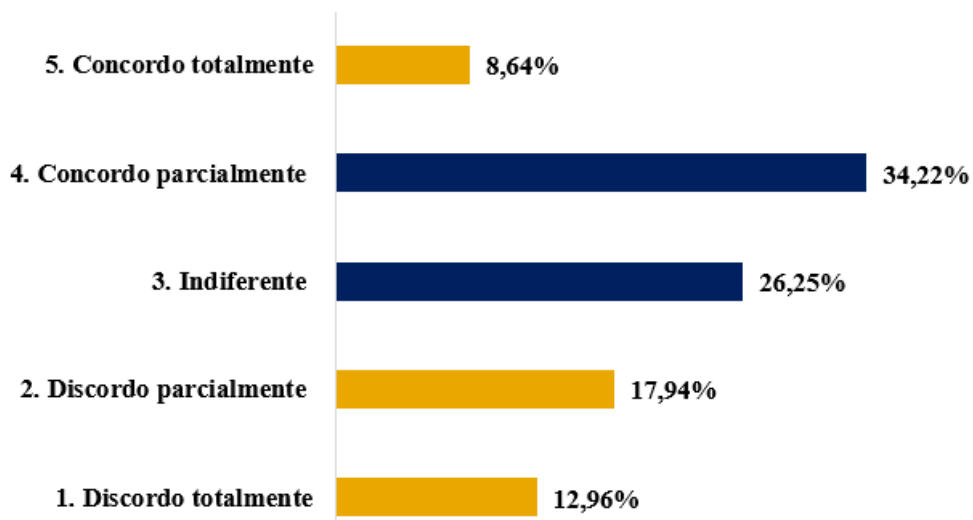


Figura 6 - Comunicação e realidade regional

Nesta métrica, 42,86% do público atesta o alinhamento regional (34,22% concordam parcialmente e 8,64% totalmente). A indiferença pontuou 26,25%, enquanto as opiniões de desconexão somaram cerca de 31% (12,96% total e 17,94% parcial).

Esse fluxo informativo mostra-se eficaz no cotidiano. Solicitados a afirmar se estão **bem informados em relação aos acontecimentos e fatos ocorridos na UNIVASF**, a maioria confirma o bom alcance das notícias: 42,52% concordam parcialmente e 8,97% concordam totalmente. A parcela que se sente desinformada abarca cerca de 33,5% das opiniões.

Para encerrar o bloco, o levantamento avaliou os canais de resolução de conflitos. Ao perguntar se o indivíduo **já procurou a ouvidoria da universidade**, constatou-se um uso restrito da ferramenta, detalhado na **figura 7**:

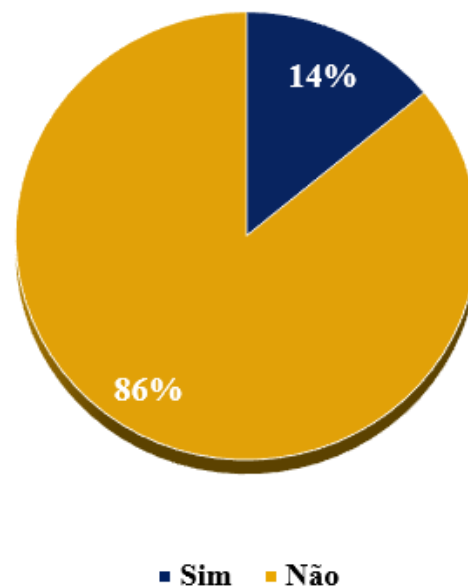


Figura 7 - Utilização da Ouvidoria

A imensa maioria (86,05%) relatou nunca ter acionado o setor, contra 13,95% que buscaram atendimento.

Focando apenas neste grupo que utilizou o canal, mensurou-se a taxa de sucesso: a **demanda na ouvidoria foi resolvida**? O balanço é positivo, com 52,38% atestando resolução (35,71% concordam parcialmente e 16,67% concordam totalmente).

A ineficácia do serviço foi sentida por 28,58% dos usuários (empate de 14,29% para discordância parcial e total), demonstrando que a ouvidoria é resolutiva na maioria das vezes, mas ainda possui gargalos de atendimento.

3.1.4. Infra-estrutura geral

A avaliação da infraestrutura geral partiu do mapeamento do público participante, distribuído entre os campi da instituição. A **figura 8** ilustra o **campus de origem** dos respondentes:

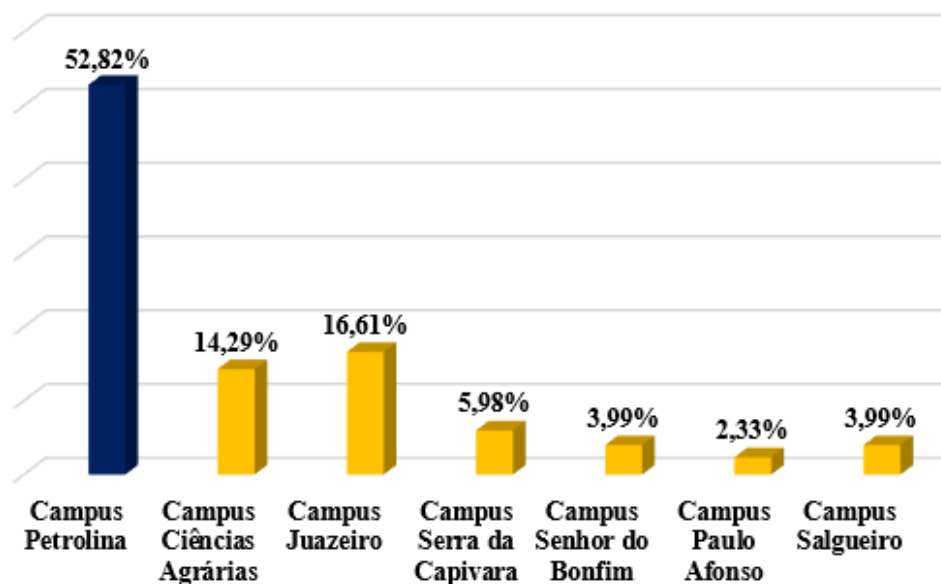


Figura 8 - Distribuição dos respondentes por campus

A amostra concentra-se majoritariamente no *Campus* Petrolina, que representa mais da metade dos participantes (52,82%). Os *campi* de Juazeiro (16,61%) e Ciências Agrárias (14,29%) compõem o segundo bloco mais expressivo. As demais unidades (Serra da Capivara, Senhor do Bonfim, Salgueiro e Paulo Afonso) somam juntas pouco mais de 16%.

Avaliando as instalações físicas, o primeiro item abordou os **espaços de convivência**, conforme exposto na **figura 9**:

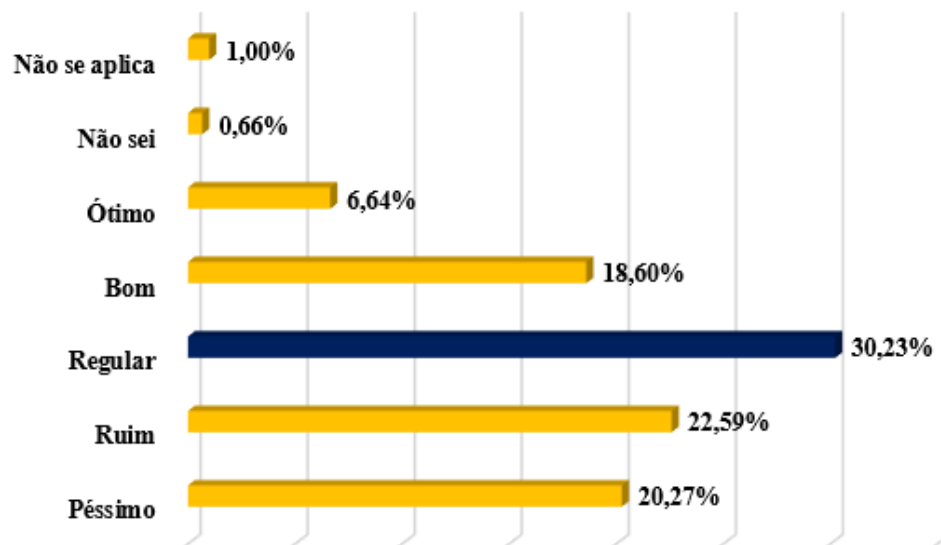


Figura 9 - Avaliação dos espaços de convivência

A percepção sobre as áreas comuns tende à insatisfação. A alternativa "Regular" reuniu 30,23%, mas é superada pela soma das avaliações negativas: 22,59% para "Ruim" e 20,27% para "Péssimo". As avaliações de aprovação (Bom e Ótimo) somam pouco mais de 25%, indicando necessidade de investimento em conforto e lazer.

Em contraponto a este cenário, a avaliação dos **auditórios e salas de conferência** demonstra-se bem mais positiva. Mais da metade da comunidade aprova esses espaços estruturais, com a opção "Bom" concentrando 36,88% e "Ótimo" 15,61%. A classificação "Regular" representou 27,24%, enquanto os índices de reprovação (Ruim e Péssimo) ficaram na faixa dos 8% cada.

A manutenção básica foi medida ao se avaliar os **banheiros** da instituição, ilustrada na **figura 10**:

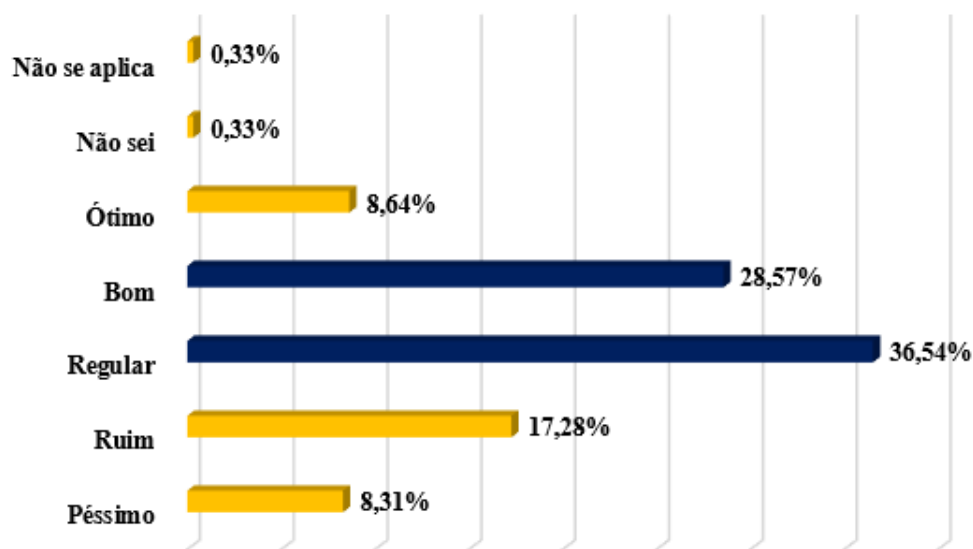


Figura 10 - Avaliação dos banheiros

O quadro é de mediania com ressalvas. A opção "Regular" lidera (36,54%), seguida por uma boa parcela de avaliações "Bom" (28,57%). A insatisfação com a infraestrutura sanitária afeta cerca de 25% dos usuários (17,28% Ruim e 8,31% Péssimo).

Em relação ao aparato tecnológico geral, a análise dos **equipamentos de informática** revela um cenário crítico na **figura 11** a seguir:

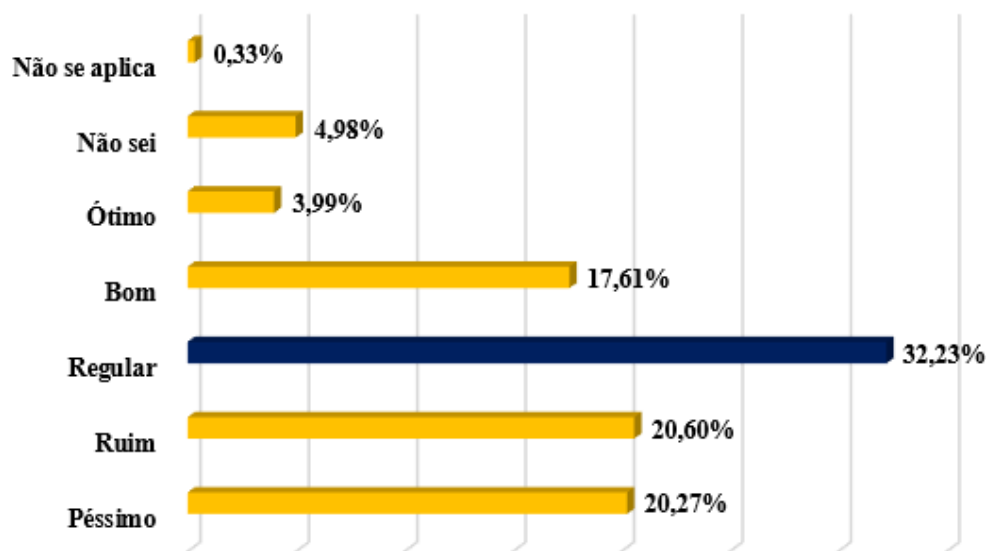


Figura 11 - Avaliação dos equipamentos de informática

Refletindo as queixas anteriores de categorias específicas, a percepção macro consolida o déficit tecnológico. Embora "Regular" figure com 32,23%, as opções "Ruim" (20,60%) e "Péssimo" (20,27%) somam alarmantes 40,87%. Aprovam o maquinário apenas cerca de 21% (Bom e Ótimo).

Os serviços de alimentação e **cantina** mantêm a tendência mediana, observada na **figura 12**:

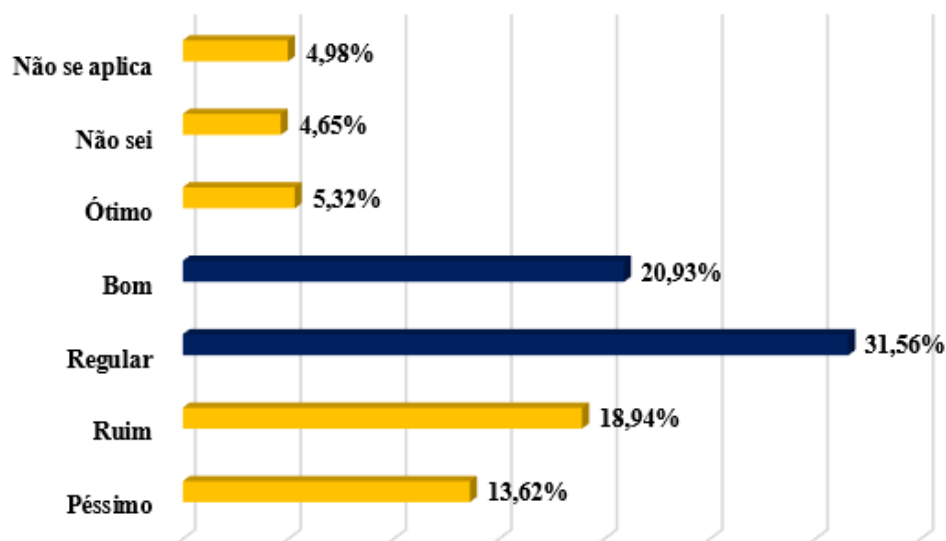


Figura 12 - Avaliação do serviço de cantina

A avaliação "Regular" abarca 31,56%, acompanhada por 20,93% para "Bom". Contudo, a soma das opções "Ruim" (18,94%) e "Péssimo" (13,62%) evidencia que as opções de alimentação terceirizadas ou internas deixam a desejar para parcela significativa do público.

A análise das **instalações para atividade esportivas** revela forte polarização e subutilização. O índice de distanciamento é alto (15,28% "Não sei" e 11,30% "Não se aplica"). Entre os que avaliam o serviço, a insatisfação é aguda: "Péssimo" lidera as escolhas gerais com 23,26%, enquanto as opções "Regular" e "Bom" registraram 17,94% e 15,28%, respectivamente.

No aspecto da integridade física, a percepção de **segurança** está representada na **figura 13**:

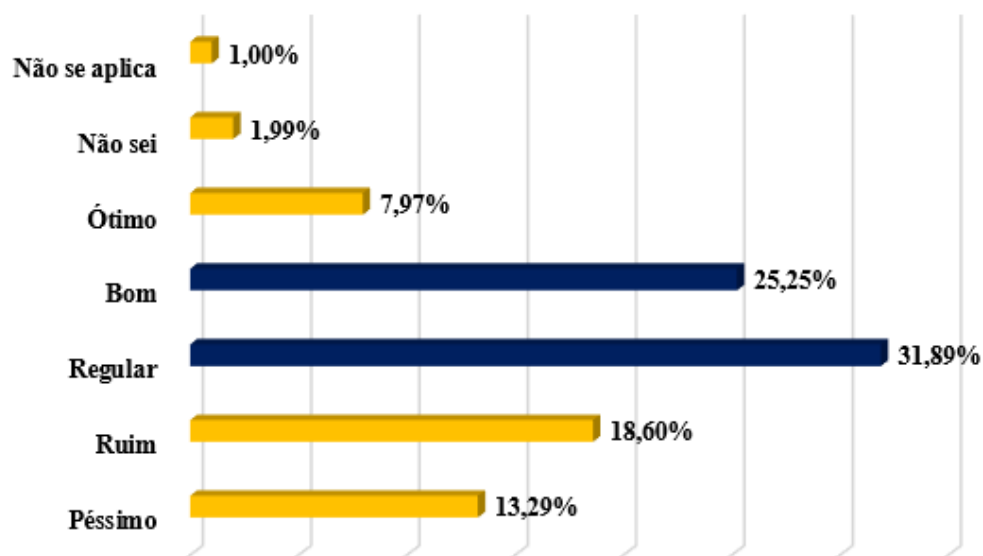


Figura 13 - Avaliação da segurança institucional

A comunidade enxerga o policiamento e o controle como razoáveis. "Regular" lidera com 31,89%, seguido de "Bom" com 25,25%. No entanto, mais de 31% dos respondentes sentem vulnerabilidades (18,60% Ruim e 13,29% Péssimo), apontando a necessidade de reforço nas rondas ou no controle de acessos.

Por fim, o **transporte intracampus**, essencial para a logística da comunidade, é detalhado na **figura 14**:

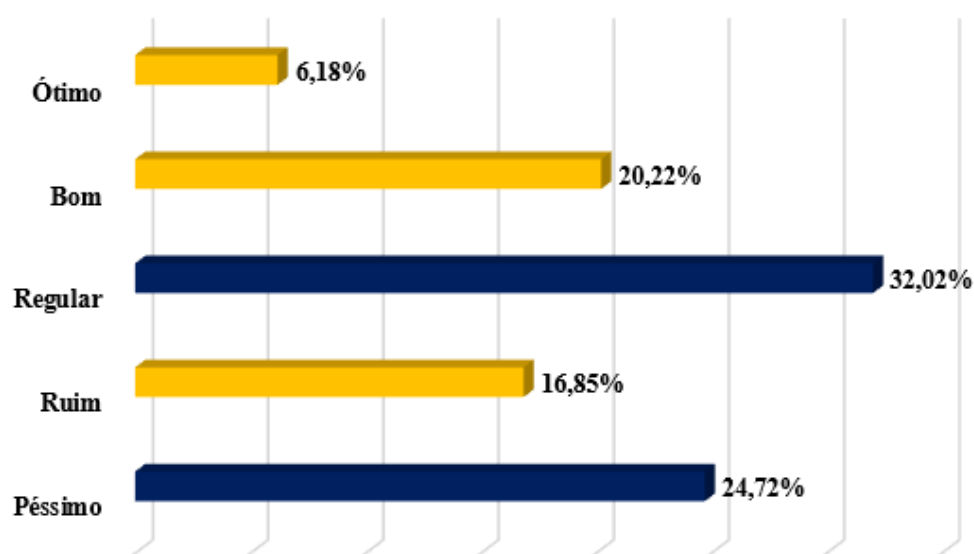


Figura 14 - Avaliação do transporte intracampus

O serviço apresenta fortes desafios logísticos. Apesar da avaliação "Regular" ser a mais votada isoladamente (32,02%), as percepções de ineficiência dominam o cenário global: 24,72% assinalaram "Péssimo" e 16,85% "Ruim". A soma desfavorável (mais de 41%) supera com folga as menções positivas (20,22% para Bom e 6,18% para Ótimo), exigindo otimização de frota e rotas.

Aprofundando o diagnóstico estrutural, o levantamento solicitou à comunidade que avaliasse se **o serviço de manutenção e conservação das instalações físicas da UNIVASF é adequado**. O panorama das opiniões está exposto na **figura 15** a seguir:

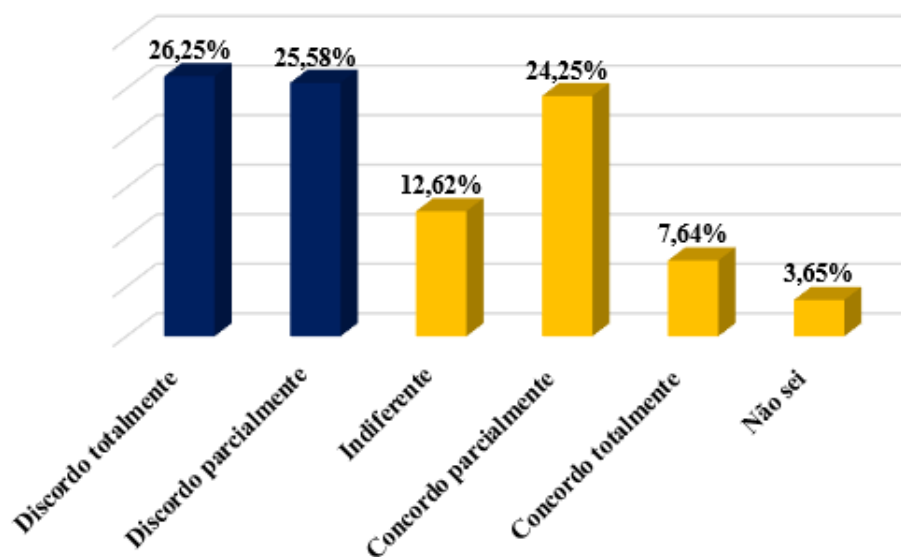


Figura 15 - Manutenção e conservação das instalações físicas

A leitura da figura expõe uma insatisfação majoritária quanto à zeladoria predial. Mais da metade dos respondentes avalia a manutenção de forma negativa, somando-se 26,25% que "Discordam totalmente" e 25,58% que "Discordam parcialmente". A parcela que aprova as condições atuais representa cerca de 32% da amostra (24,25% com concordância parcial e apenas 7,64% com concordância total). A alternativa "Indiferente" computou 12,62%. Os números evidenciam desafios frequentes na conservação dos espaços físicos dos campi.

Essa percepção crítica torna-se ainda mais aguda ao se avaliar se **o serviço de manutenção e conservação dos equipamentos da UNIVASF é adequado**. Neste aspecto, o índice de reprovação aumenta, ultrapassando a marca dos 56% (sendo 28,24% de discordância total e 27,91% parcial). Conseqüentemente, as visões

favoráveis sofrem uma queda, com 20,93% de concordância parcial e escassos 6,98% de concordância total. As respostas neutras ("Indiferente") pontuaram 11,63%. Tais indicadores corroboram que a demora no conserto, a indisponibilidade ou a obsolescência do maquinário são gargalos estruturais fortemente sentidos pela comunidade acadêmica em sua rotina.

3.2. EIXO 2 – DOCENTE

3.2.1. Ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão

Para os tópicos de docente, a priori foram solicitados questionamentos sobre o curso de graduação onde está lotado, começando com o conhecimento sobre o Plano Pedagógico do Curso (PPC) em que cada um estaria incluso, como visto na **figura 16**, que em sua maioria, mais de 85% votou na opção “Concordo totalmente” tornando esse tópico com o resultado esperado. Em continuidade e conforme o conhecimento acerca do PPC, isso leva a um resultado satisfatório no tópico de conhecimento dos objetivos do curso de graduação em que cada docente está presente, tendo como principal resultado mais uma vez a opção “Concordo totalmente”, dessa vez com mais de 90%.

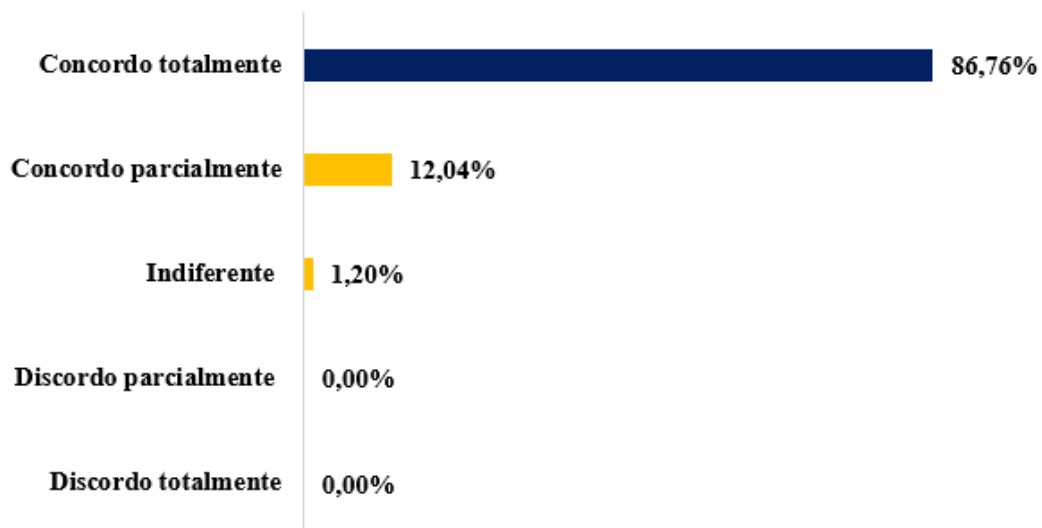


Figura 16 - Conheço o Plano Pedagógico do Curso (PPC) do curso de graduação em que estou lotado.

No tocante a votação pelos docentes em relação a universidade possibilitar a eles, discentes e técnicos uma participação nas revisões curriculares, a votação foi

satisfatória mas não ideal, isso se deve ao fato que mais da metade das respostas colocou a opção “Concordo totalmente”, e aproximadamente 35% colocou na opção “Concordo parcialmente”, como pode ser visto na **figura 17**. Isso corrobora com a pergunta posterior, que busca saber se os docentes acham que o perfil dos egressos no PPC é coerente com os objetivos do curso, que teve como resultados bem parecidos com o questionamento anterior, tendo por volta de 54% na opção “Concordo totalmente” e aproximadamente 41% na opção “Concordo parcialmente”.

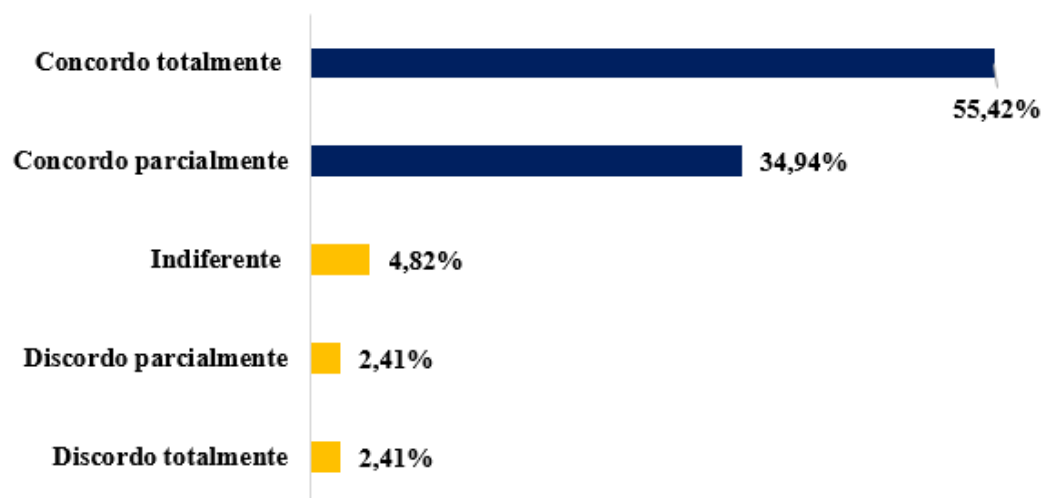


Figura 17 - A UNIVASF possibilita a participação dos discentes, técnicos e professores nas revisões/reformulações curriculares.

Por conseguinte, em mais uma sessão do questionário, foram levantados tópicos sobre avaliação de itens sobre o curso de cada docente, nas escalas de Péssimo, Ruim, Regular, Bom, Ótimo, Não sei e Não se aplica. O primeiro fala sobre o que acham da atualização do currículo do curso, como podemos ver na **figura 18** a seguir.

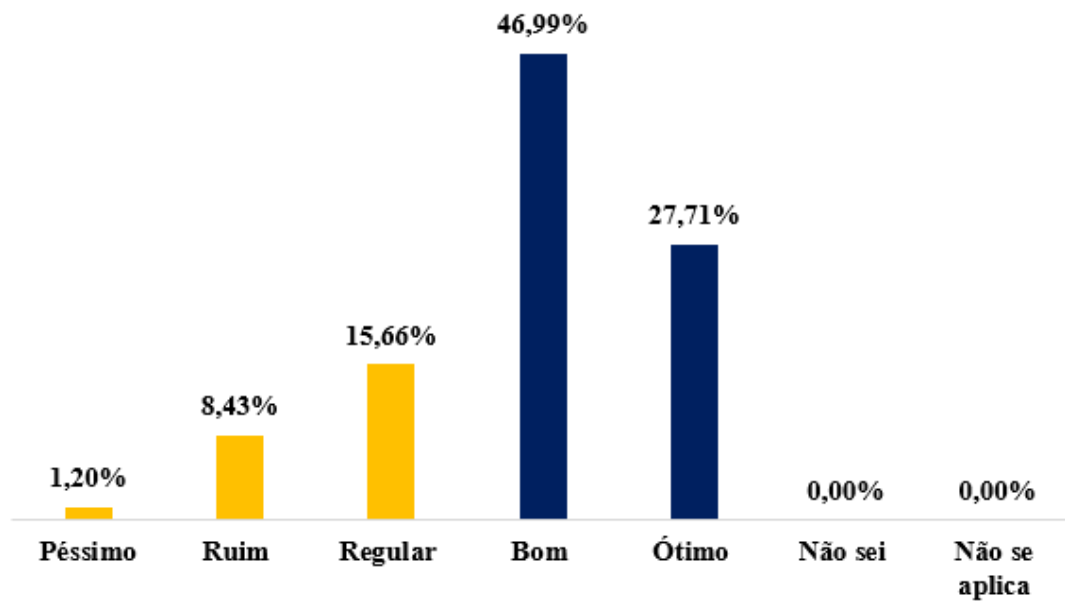


Figura 18 - Atualização do currículo do curso

Na figura acima é possível ver que os docentes tiveram como suas prioridades as opções “Bom” e “Ótimo” sobre essa atualização, o que dá a perceber que está indo pelo caminho certo mas que ainda temos a melhorar.

Com essa informação é possível falar sobre o dimensionamento da carga horária das disciplinas, que conversa diretamente com a atualização do currículo de cada curso. Nesta opção ainda tivemos as duas maiores porcentagens em “Bom” e “Ótimo”, com resultados por volta de 41% e 30%, respectivamente, mas que é preciso ter atenção, pois 25% das escolhas deste tópico foram em “Regular”, o que indica que não se pode relaxar nessa questão.

Em relação à Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade, é outro tópico do questionário que pode ser correlacionado com as supracitadas e que pede mais atenção ainda, pois a opção “Ótimo” toma a terceira colocação com 20,5%; “Regular” com 29% aproximados, e “Bom” com 43%.

Nesse viés foi visto também o tópico de articulações entre ensino, pesquisa e extensão, como mostrado a seguir pela **figura 19**, nela temos as duas maiores opções como “Bom” por volta dos 50% e “Ótimo” em volta dos 30%

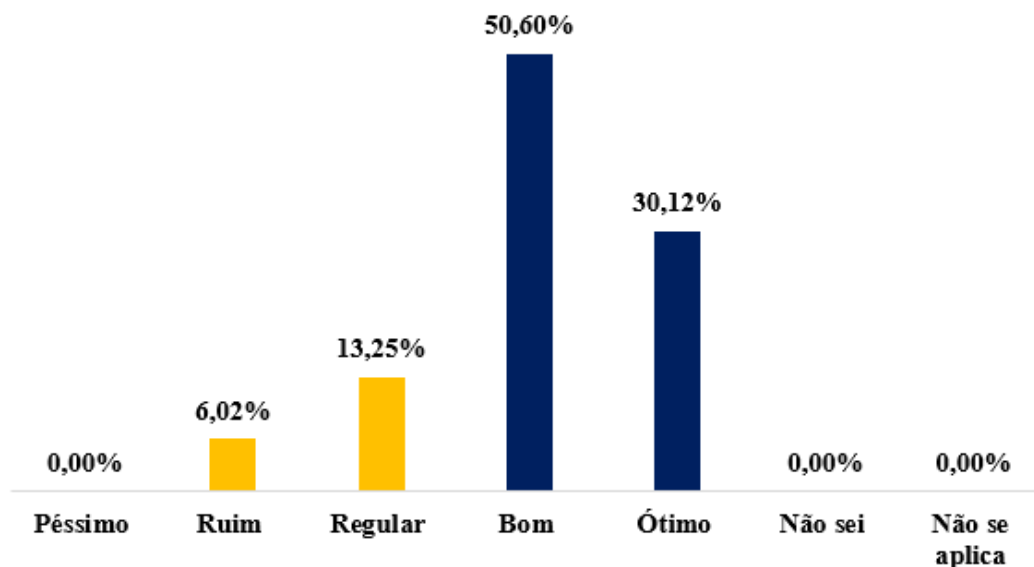


Figura 19 - Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Em continuidade, na relação entre a teoria e a prática segue respostas parecidas com a anterior, em que os docentes acreditam estar essa conciliação com a sala de aula teórica e a prática do mercado de trabalho, como é possível ver na **figura 20**, em que 53% selecionaram “Bom” e 32,5% selecionaram a alternativa “Ótimo”.

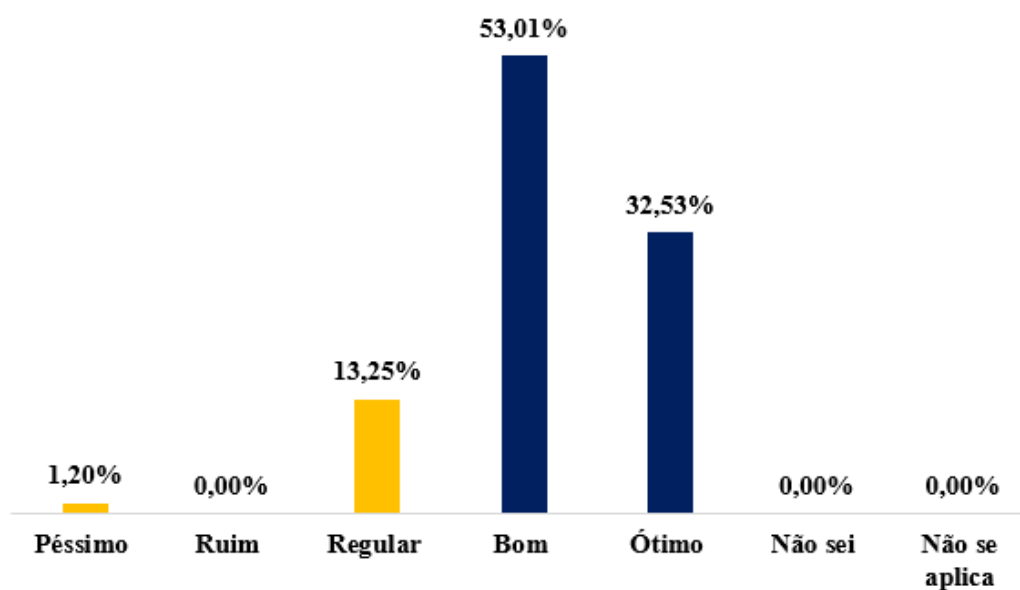


Figura 20 - Relação entre teoria e prática

Com isso foi possível ver também a compatibilidade da biografia com os programas das disciplinas, e os docentes selecionaram como duas maiores a alternativa indicando “Ótimo” com 33,7% e a alternativa “Bom” com 43,3%. Já na questão do que acham sobre procedimentos de avaliações que realizam em suas respectivas disciplinas, a alternativa “Bom” foi priorizada, obtendo 65% das seleções, o que indica também um meio termo, não está ruim mas existe o pensamento que pode ser melhorado.

Quando o assunto é voltado para a oferta de itens do seu respectivo curso, foi perguntado os seguintes tópicos: Iniciação científica ou projetos de pesquisa, projetos de extensão, estágios curriculares ou extracurriculares, monitorias e tutorias, e sobre congressos, seminários, encontros científicos.

É possível verificar como foi respondido sobre a iniciação científica na **figura 21**, nela vemos nas suas maiores escolhas as opções “Ótimo” e “Bom” com aproximadamente 35% e 37% respectivamente

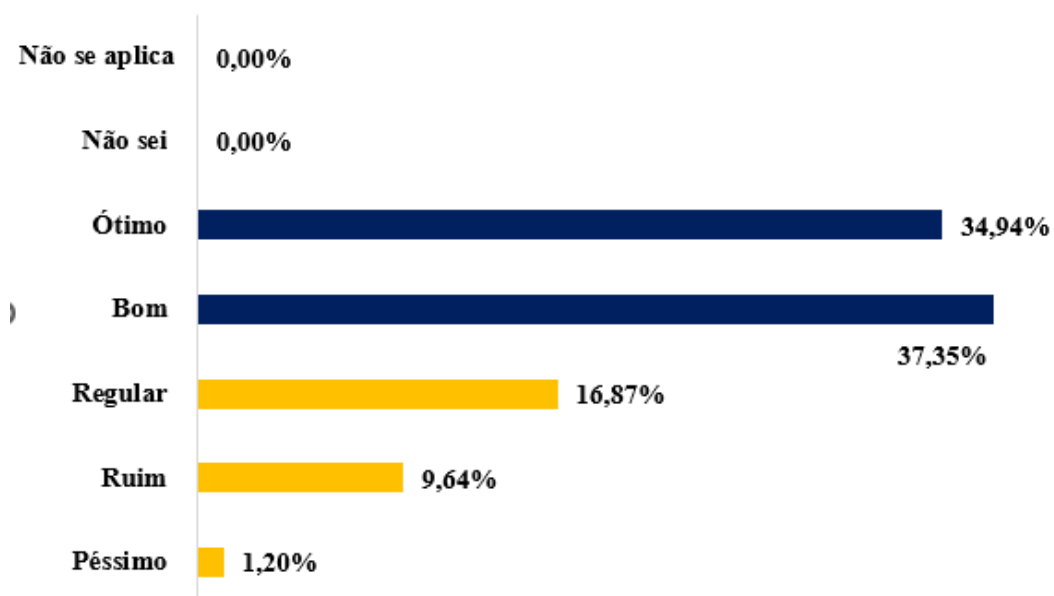


Figura 21 - Iniciação científica ou projetos de pesquisa

Essa estatística está colaborando também para as escolhas de projetos de extensão, que também possuem em sua maioria as mesmas duas opções em quase

mesma quantidade de porcentagem, mas que exige uma atenção especial pois a opção “Regular” possui quase 20% das escolhas, um pouco maior que o gráfico anterior.

No que diz respeito aos estágios curriculares e extracurriculares, a amostra escolhida para aparecer primeiro foi a do curricular, como mostra a **figura 22** a seguir

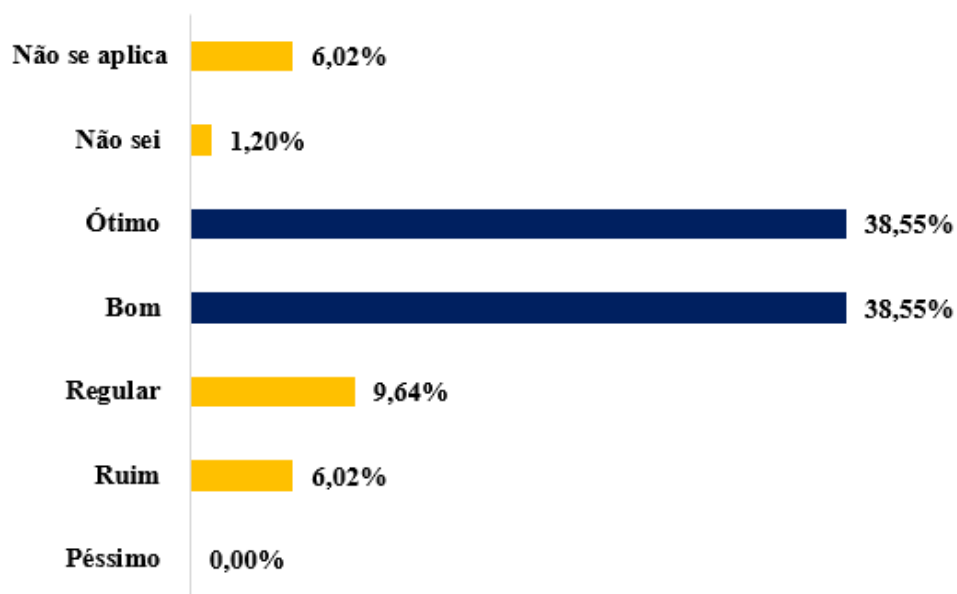


Figura 22 - Estágio curricular

Na figura acima é notório observar que a escolha dos docentes se encontra igualada entre as opções “Ótimo” e “Bom”, ambas contendo 38,55%, diferente do estágio extracurricular, mostrado na **figura 23**, onde o maior é a opção “Bom”, mas logo atrás vem a opção “Regular”, o que demonstra uma oferta menos eficiente do segundo tipo de estágio

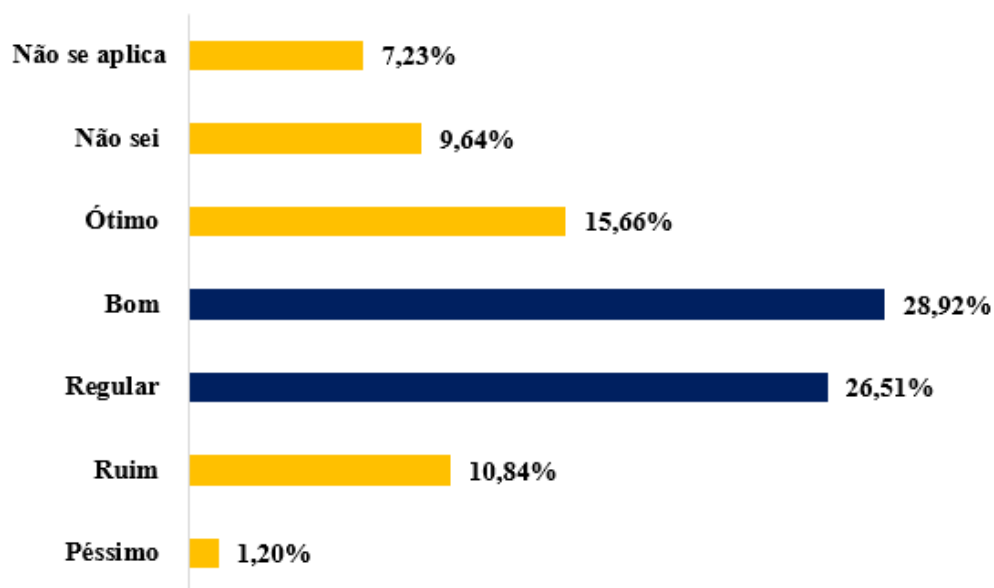


Figura 23 - Estágio extracurricular

No que diz respeito à oferta de monitoria, a amostra revela uma percepção predominantemente positiva por parte dos respondentes, como mostra a **figura 24** a seguir:

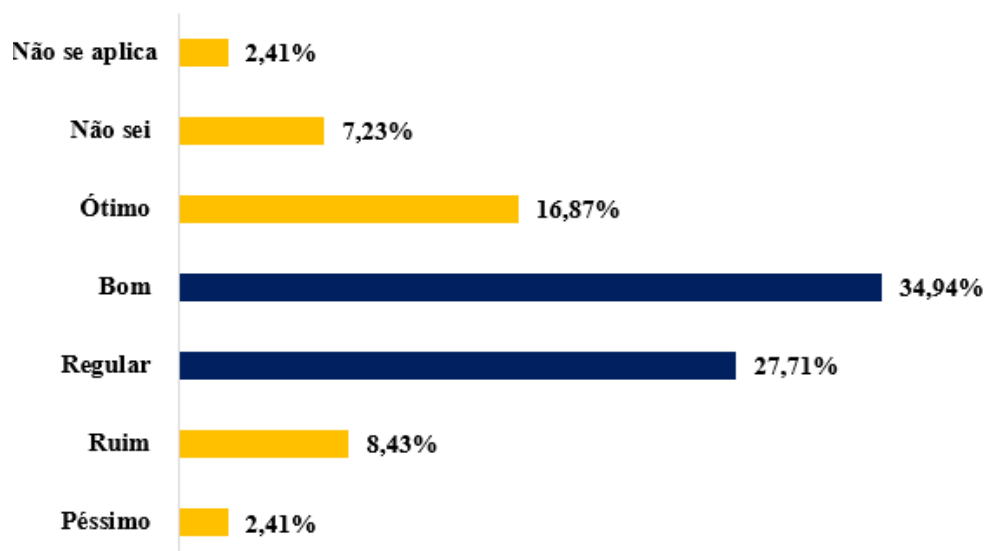


Figura 24 - Monitoria

Na figura acima é notório observar que a maior parte das escolhas se concentra na opção "Bom", com 34,94%, seguida pela avaliação "Regular", que detém 27,71%. A opção "Ótimo" também apresenta um percentual expressivo de 16,87%, o que

demonstra uma satisfação geral com a oferta desse serviço, superando consideravelmente as avaliações negativas.

Um cenário um pouco diferente é notado ao analisarmos a oferta de tutoria, ilustrada na **figura 25** a seguir:

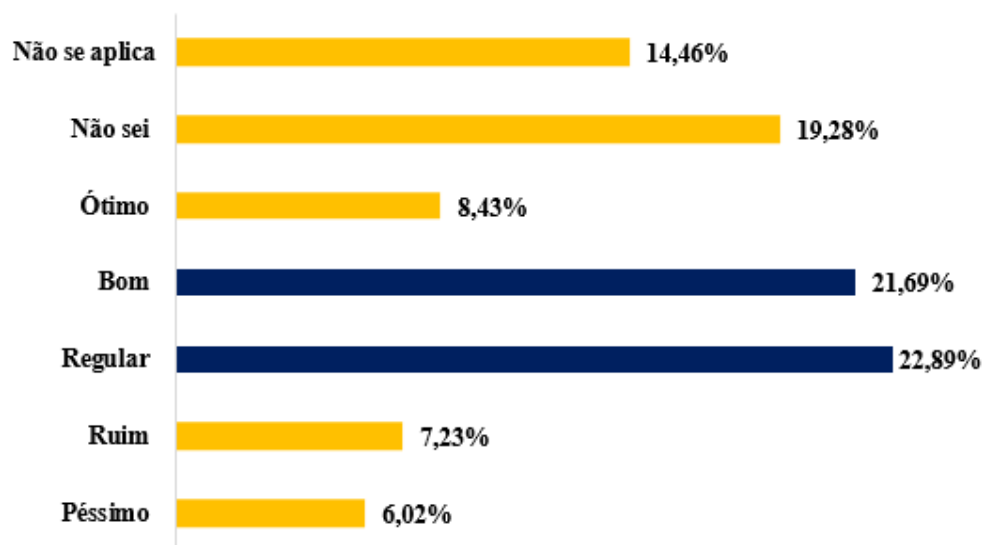


Figura 25 - Tutoria

Através da figura, observa-se uma maior dispersão de opiniões. A opção "Regular" é a maior (22,89%), seguida de perto por "Bom", com 21,69%. O cenário exige uma atenção especial ao fato de que uma grande parcela dos respondentes optou por "Não sei" (19,28%) e "Não se aplica" (14,46%), o que indica uma possível falta de familiaridade ou acesso restrito dos discentes a esta modalidade em comparação à monitoria.

Essa estatística de avaliações se reflete também na oferta de **congressos, seminários e encontros científicos**, que seguem a tendência de avaliações mais positivas. Nessa categoria, a opção "Bom" também assumiu a liderança com 34,94%, seguida por "Regular" (30,12%) e "Ótimo" (21,69%). Destaca-se que não houve qualquer resposta de desconhecimento para este item (0,00% para "Não sei" e "Não se aplica").

Por outro lado, em relação ao **Programa de Educação Tutorial (PET)**, o resultado apresentou uma distribuição mais dividida em suas escolhas. A opção "Regular" figurou com a maior porcentagem (22,89%), acompanhada quase na mesma

quantidade pela avaliação "Ótimo" (21,69%) e pela opção "Bom" (16,87%). De forma análoga ao que ocorreu na tutoria, nota-se uma taxa considerável de escolhas para "Não sei" (15,66%) e "Não se aplica" (12,05%), refletindo possivelmente as especificidades e a limitação de vagas do programa.

Dando continuidade à análise das oportunidades oferecidas, a avaliação referente à **Pós-Graduação (Especialização, Residência, Mestrado e Doutorado)** revela um cenário majoritariamente favorável. A opção "Bom" concentra a maior parte das respostas, destacando-se com 32,53%, seguida pela avaliação "Ótimo", que obteve 20,48%. É válido destacar também o índice considerável na opção "Não se aplica" (14,46%), o que é perfeitamente compreensível dada a especificidade desse nível de formação, indicando que uma parcela da amostra pode não estar envolvida ou não ter contato direto com os programas de pós-graduação no seu momento acadêmico atual.

Iniciando a análise sobre a avaliação da disposição da carga horária nas atividades do curso, o primeiro aspecto abordado é o **estágio curricular para o discente**, ilustrado na **figura 26** a seguir:

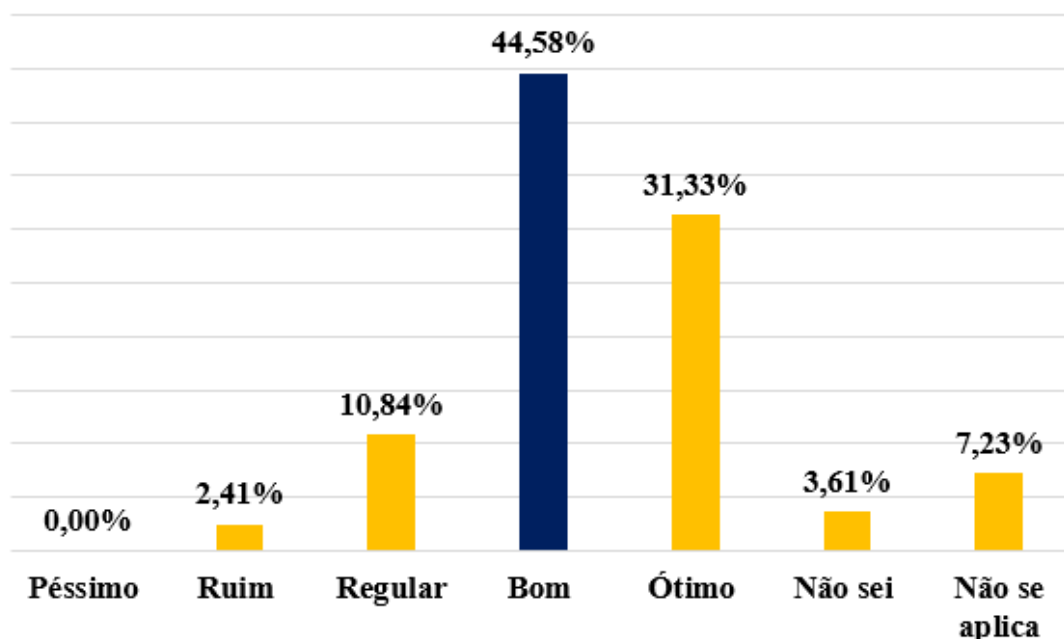


Figura 26 - Estágio curricular para o discente

A avaliação deste quesito demonstra uma percepção bastante positiva, com a opção "Bom" sendo a escolha da ampla maioria, correspondendo a 44,58% das

respostas. Logo em seguida, a opção "Ótimo" representa 31,33% da amostra, enquanto as avaliações negativas ("Ruim" e "Péssimo") somam apenas 2,41%.

No que tange à carga horária do **estágio curricular para o orientador**, a distribuição das respostas apresenta um cenário semelhante, a opção "Bom" continua predominante, reunindo 30,12% das avaliações. A alternativa "Ótimo" segue com 21,69%, acompanhada por "Regular" com 16,87%. Nota-se também um aumento nas respostas de desconhecimento ou não aplicabilidade, onde "Não se aplica" e "Não sei" registraram 14,46% e 10,84%, respectivamente.

Ainda no contexto dos estágios, a avaliação da carga horária **para o coordenador da disciplina de estágio** mantém a tendência de avaliações satisfatórias. A maior parcela dos respondentes classificou a disposição como "Bom" (36,14%), seguida por "Ótimo" (19,28%) e "Regular" (14,46%). Destaca-se nesta questão um percentual de 15,66% para a opção "Não sei", o que pode indicar um distanciamento de parte dos discentes em relação às dinâmicas da coordenação da disciplina.

Passando para as atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a percepção sobre a carga horária **para a orientação do TCC** é evidenciada na **figura 27**:

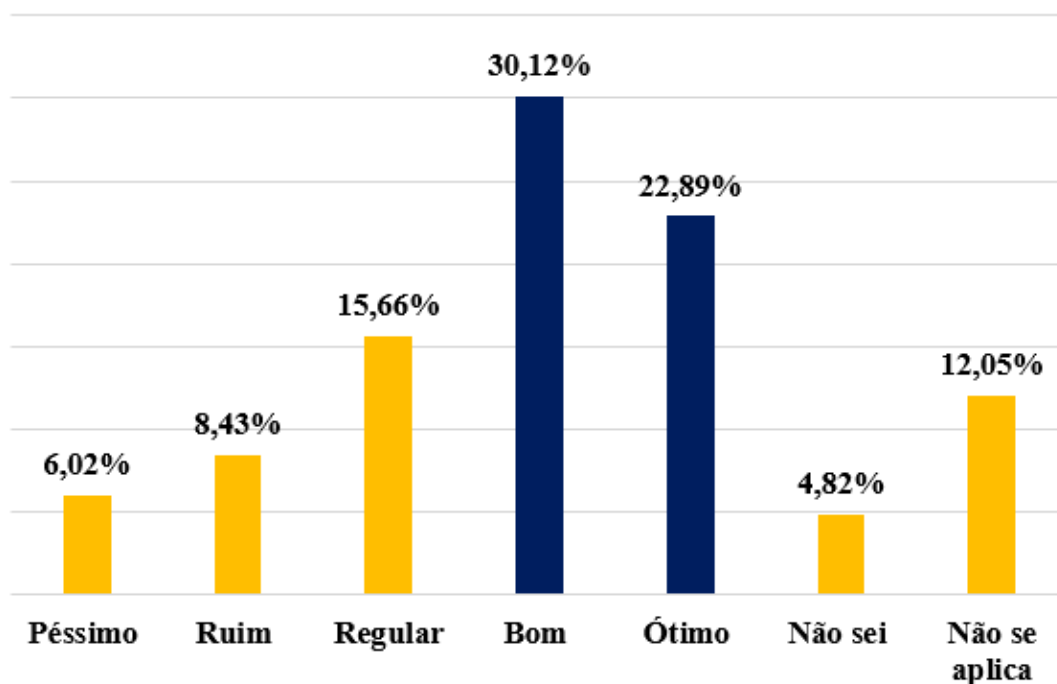


Figura 27 - Para a orientação do TCC

O gráfico aponta que 30,12% dos participantes avaliam este item como "Bom", enquanto 22,89% o consideram "Ótimo". A opção "Regular" foi apontada por 15,66% da amostra, e as avaliações negativas ("Ruim" e "Péssimo") totalizam 14,45%.

A avaliação mais expressiva neste bloco diz respeito à carga horária **para o discente do TCC**, demonstrada na **figura 28** abaixo:

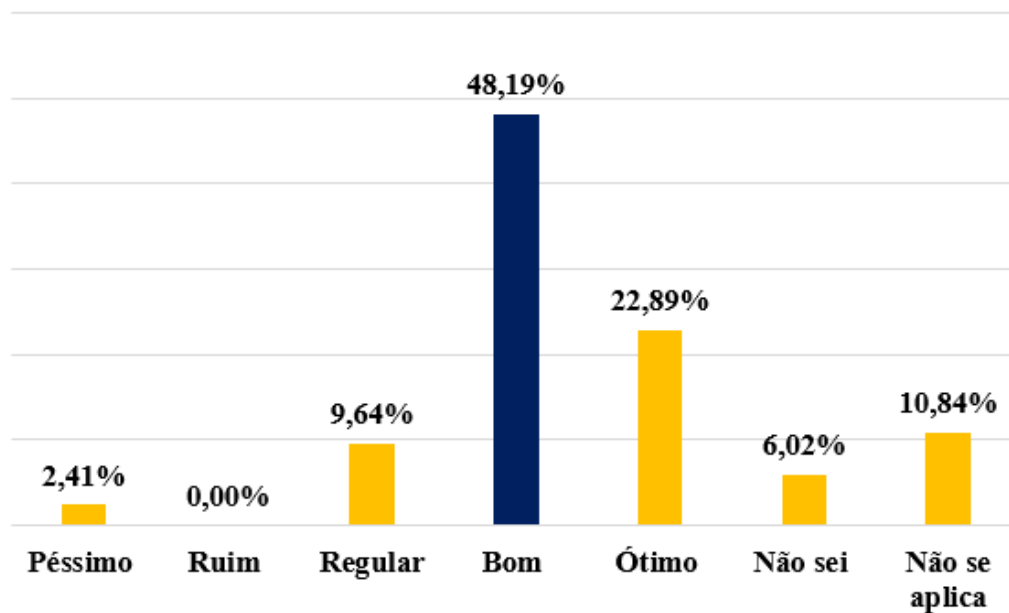


Figura 28 - Para o discente do TCC

Quase metade da amostra, 48,19%, classificou a disposição da carga horária para o aluno que realiza o TCC como "Bom". Somando-se à opção "Ótimo", que obteve 22,89%, percebe-se um alto índice de aprovação (mais de 70%). A alternativa "Regular" reuniu 9,64% das respostas, e não houve marcações para a opção "Ruim" (0,00%).

Por fim, ao avaliar a carga horária **para o coordenador da disciplina de TCC**, o cenário mostra-se um pouco mais equilibrado entre as principais opções. A avaliação "Bom" figura com 28,92%, acompanhada de perto por "Ótimo" (22,89%) e "Regular" (21,69%).

Avançando para a seção que afere o grau de concordância dos respondentes com premissas ligadas à estrutura e pedagogia do curso, o primeiro ponto avalia a afirmação: **"O meu curso possui um currículo contextualizado com o perfil da**

região em que a UNIVASF está inserida". Os resultados para esta questão estão representados na **figura 29** a seguir:

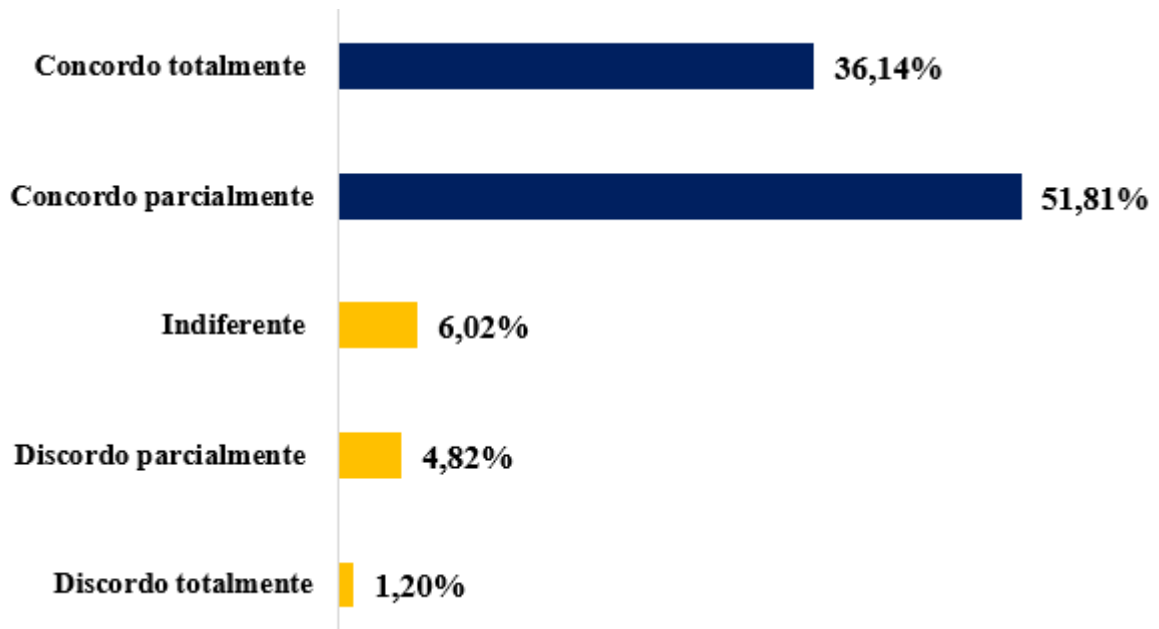


Figura 29 - Demonstração do curso e o currículo contextualizado com o perfil da região em que a UNIVASF está inserida.

Conforme ilustrado, há uma expressiva validação afirmativa por parte da amostra. A maior fatia, correspondente a 51,81%, assinalou a opção "Concordo parcialmente", enquanto 36,14% optaram por "Concordo totalmente". A soma desses percentuais indica que a grande maioria (quase 88%) enxerga aderência entre o currículo e o cenário regional.

Em seguida, o instrumento de avaliação propôs a reflexão sobre a afirmativa: **"A partir da prática docente é possível pensar o processo de ensino/aprendizagem mais eficiente"**. Refletindo a tendência positiva observada na questão anterior, a concordância aqui se mostra ainda mais consolidada, a opção "Concordo totalmente" assume a liderança com 46,99% das respostas, seguida muito de perto por "Concordo parcialmente", que obteve 44,58% de adesão. Essa concentração expressiva (ultrapassando 91% no total afirmativo) denota uma forte confiança dos discentes no impacto da prática dos professores para a eficiência do ensino.

Passando à avaliação dos itens a respeito da prática docente, projeto pedagógico e políticas de incentivo na instituição, o primeiro aspecto analisado trata da

relação professor/aluno. Os dados referentes a esta métrica estão representados na **figura 30** a seguir

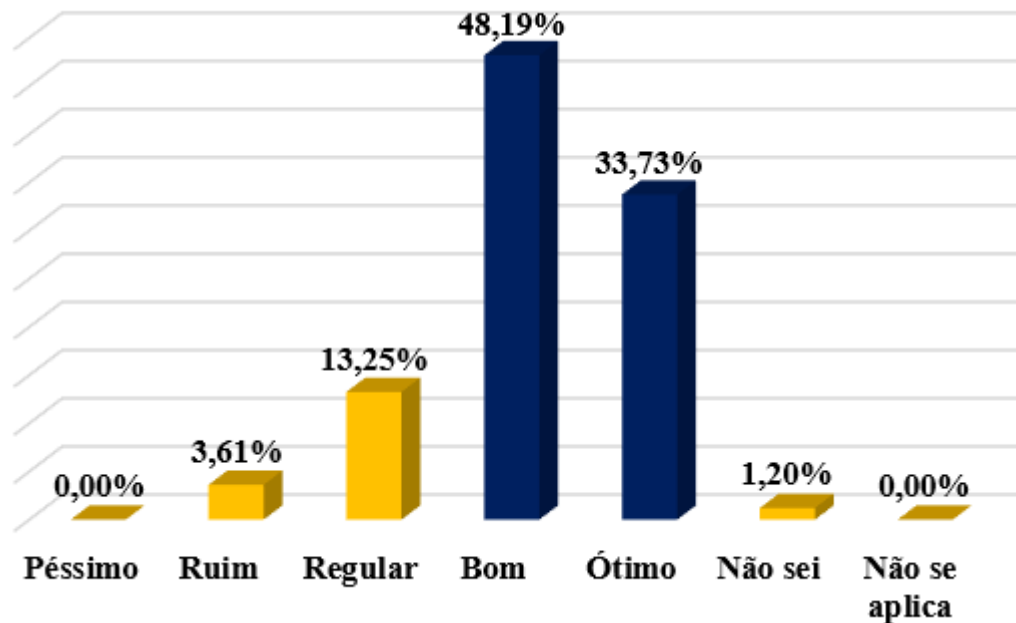


Figura 30- Relação professor/aluno.

A figura demonstra uma avaliação amplamente favorável, com a maior parte dos respondentes (48,19%) classificando a relação como "Bom" e 33,73% como "Ótimo". Somadas, essas percepções positivas ultrapassam a marca dos 80%, contrapondo-se aos modestos 13,25% da opção "Regular" e apenas 3,61% de avaliações "Ruim".

No que se refere à **participação efetiva dos discentes em sala de aula**, o cenário continua positivo, porém com uma distribuição ligeiramente mais equilibrada. A opção "Bom" também lidera neste quesito com 40,96%, seguida por "Regular" com 27,71% e "Ótimo" com 20,48%.

Em relação às **políticas para a melhoria do ensino**, nota-se uma maior concentração de respostas na faixa intermediária. A avaliação "Regular" desponta como a mais escolhida pela amostra (38,55%), acompanhada de perto pela opção "Bom" (31,33%). Esse cenário revela um olhar mais crítico dos estudantes, o que reflete também na soma de 19,27% das opções "Ruim" (15,66%) e "Péssimo" (3,61%).

Avaliando as **políticas para a formação e capacitação docente**, a distribuição das percepções pode ser observada na **figura 31**

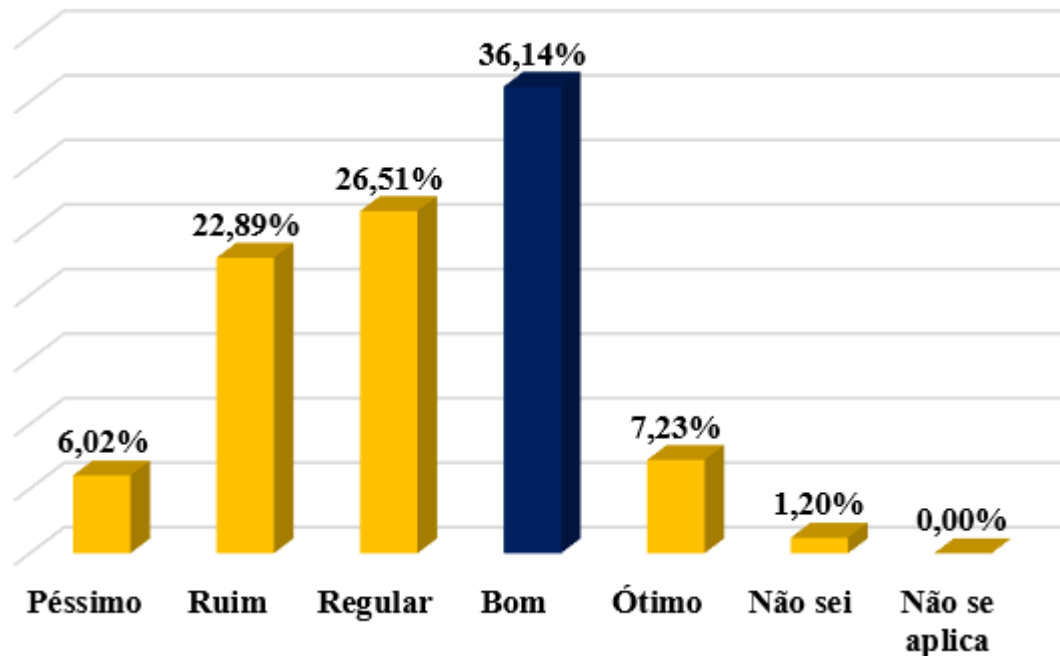


Figura 31 - Políticas para a formação e capacitação docente

O gráfico evidencia um cenário de opiniões bastante divididas. Embora a opção "Bom" ainda seja a mais frequente (36,14%), chama a atenção o volume das avaliações medianas e negativas: "Regular" obteve 26,51%, enquanto "Ruim" e "Péssimo" somam expressivos 28,91% (22,89% e 6,02%, respectivamente).

Por outro lado, ao analisar as **políticas para a formação e capacitação docente**, a avaliação apresenta uma sutil melhora, nesta categoria, 44,58% consideram as políticas como "Bom" e 27,71% optaram por "Regular". O índice da opção "Ruim" (9,64%) é consideravelmente inferior ao observado na capacitação docente, apontando para uma recepção um pouco mais satisfatória das ações voltadas para o próprio corpo estudantil.

Sobre as **políticas para a inovação tecnológica e didático-pedagógica na prática docente**, constata-se a avaliação mais crítica de todo este bloco. A opção "Regular" lidera com folga, abarcando 39,76% das respostas. Preocupantemente, a soma das opções "Ruim" (14,46%) e "Péssimo" (12,05%) totaliza 26,51%, superando a

própria avaliação "Bom", que ficou com 21,69%. Tais números indicam que a inserção de inovação e novas tecnologias na prática dos professores é uma área vista como prioritária para melhorias.

Finalizando a análise deste grupo, o alinhamento da **correspondência entre o PPC, a realidade contextualizada, o perfil e o objetivo do curso e da Univasf** resgata uma tendência altamente positiva. A maioria absoluta, 51,81%, classificou este quesito como "Bom", enquanto 22,89% avaliaram como "Regular" e 18,07% como "Ótimo".

Dando prosseguimento ao questionário, o levantamento buscou aferir a percepção discente quanto às políticas de fomento interno. O primeiro ponto questionou se **existem incentivos, bolsas e políticas voltadas para a difusão e consolidação de monitorias de ensino** na Univasf. O panorama apresentado revela uma percepção francamente positiva. Mais da metade da amostra (53,01%) assinalou a opção "Concordo parcialmente", enquanto 21,69% declararam que "Concordo totalmente" com a afirmação. A consolidação dessas parcelas indica que quase 75% dos docentes reconhecem o esforço institucional nesse âmbito.

Expandindo essa avaliação para os incentivos voltados à **formação, consolidação e constituição de programas de pesquisa em iniciação à docência (como, por exemplo, o PIBID)**, a distribuição das respostas denota uma tendência convergente à do item anterior, reafirmando o reconhecimento dessas políticas pelos estudantes. A alternativa "Concordo parcialmente" manteve-se como a mais representativa, englobando 44,58% das opiniões, acompanhada por "Concordo totalmente", que obteve 28,92% de adesão.

Avançando no questionário, o levantamento buscou compreender o engajamento do corpo docente em atividades de pesquisa na instituição. Questionados se participaram de alguma atividade desse tipo no ano avaliado, os resultados são apresentados na **figura 32**:

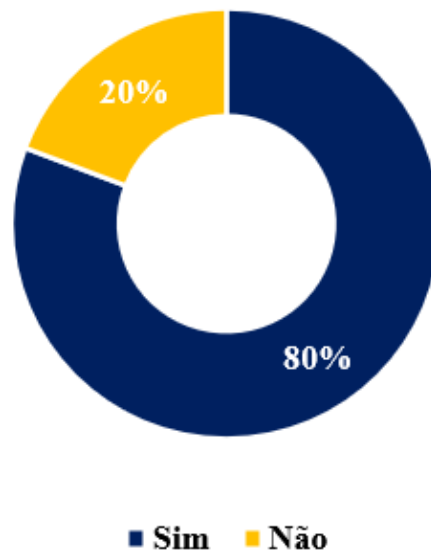


Figura 32 - Participação de alguma atividade de pesquisa na UNIVASF pelo docente

A análise dos dados revela um cenário de expressivo envolvimento acadêmico. A grande maioria, representando 80% dos professores, declarou ter participado de atividades de pesquisa no período. Em contrapartida, uma parcela consideravelmente menor, de 20%, informou não ter se engajado nessas ações. Esse alto índice afirmativo demonstra uma forte cultura de produção científica e orientação consolidada entre os docentes.

Para aqueles que responderam positivamente, foi solicitado que especificassem em **quais modalidades de pesquisa atuaram**, permitindo múltiplas escolhas. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) desponta como a vertente com maior adesão, englobando 34,07% das respostas. Logo em seguida, destacam-se as atuações no âmbito do Mestrado, com 26,67%, e no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), que obteve 20,00% das indicações. A participação em pesquisas de doutorado representa 11,11% do volume total, ao passo que outras modalidades somam 8,15%.

Outro aspecto estrutural de suma importância abordado na avaliação foi o fomento destinado a essas pesquisas. Os dados referentes ao financiamento das atividades desenvolvidas pelos docentes estão expostos na **figura 33** a seguir:

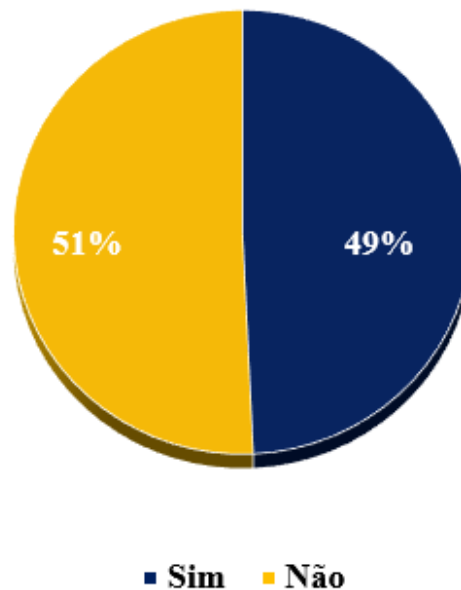


Figura 33 - Sua pesquisa foi financiada

Observa-se, neste quesito, um cenário de notável paridade. Praticamente metade das atividades relatadas ocorreu de forma não financiada, correspondendo a 51% da amostra. Por outro lado, 49% das ações de pesquisa afirmaram contar com algum tipo de recurso ou fomento ("Sim"). Esse equilíbrio evidencia que, a despeito dos eventuais desafios e da concorrência na captação de recursos externos ou bolsas, o corpo docente mantém um alto nível de produção e orientação, absorvendo frequentemente os projetos de forma voluntária.

Entrando na seção de avaliação estrutural e estratégica, os docentes foram convidados a avaliar as políticas de Pesquisa da instituição. O primeiro ponto analisado diz respeito ao **incentivo, consolidação e difusão de bolsas de pesquisa, grupos de pesquisa e projetos**, cujos resultados estão expressos na **figura 34** a seguir:

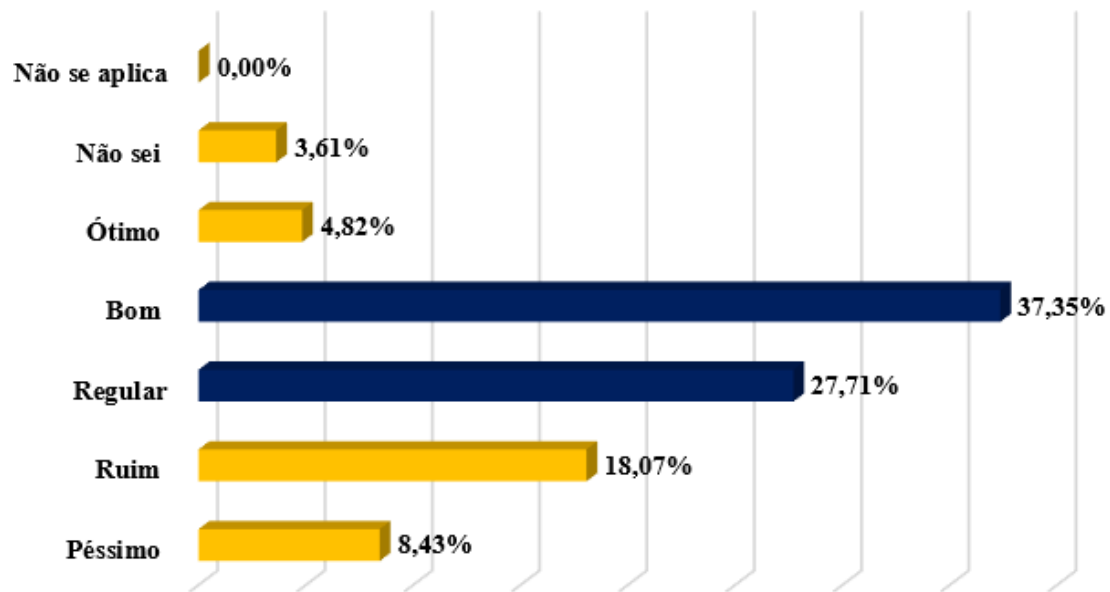


Figura 34 - Incentivo, consolidação e difusão de bolsas de pesquisa, grupos e projetos.

Nesta métrica, nota-se uma recepção majoritariamente positiva. A maior concentração de respostas encontra-se na opção "Bom" (37,35%), acompanhada de perto pela classificação "Regular" (27,71%). As avaliações mais críticas registraram 18,07% para "Ruim" e 8,43% para "Péssimo". A opção "Ótimo" representou 4,82% da amostra.

Ao analisar de forma geral a **política e incentivo à pesquisa na UNIVASF**, o panorama torna-se um pouco mais moderado. A avaliação "Regular" assumiu a dianteira por uma margem estreita, com 32,53%, seguida quase imediatamente pela opção "Bom" (31,33%). O índice de insatisfação soma pouco mais de 25%, divididos entre "Ruim" (18,07%) e "Péssimo" (7,23%), o que aponta oportunidades de aprimoramento na percepção do corpo docente.

No tocante à **equitatividade na distribuição e valor de bolsas de pesquisa e de recursos em relação aos diversos campi e cursos**, o cenário apresenta particularidades, como demonstrado na **figura 35**:

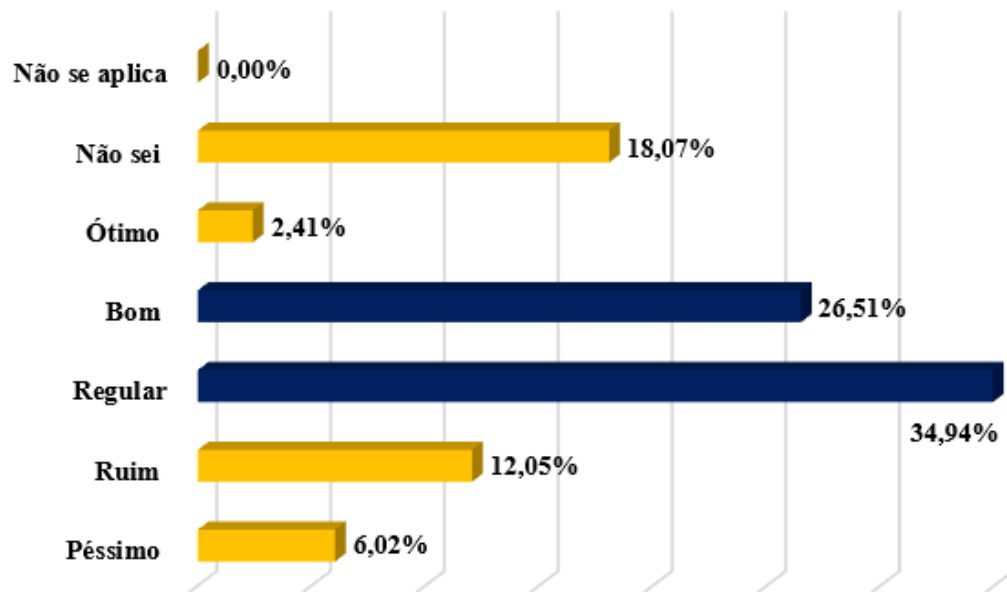


Figura 35 - Equitatividade na distribuição de bolsas de pesquisa e de recursos em relação aos diversos campi e cursos da UNIVASF.

Observa-se que 34,94% dos professores julgam essa equitatividade como "Regular", enquanto 26,51% a consideram "Bom". O dado que mais chama a atenção nesta afirmativa é a expressiva taxa de 18,07% na opção "Não sei", sugerindo que uma parcela relevante dos docentes não têm clareza ou informações suficientes sobre como se dá essa distribuição de recursos entre os diferentes cursos e *campi*.

Essa incerteza reverbera na avaliação sobre a **interiorização da pesquisa para os *campi* descentralizados (São Raimundo Nonato, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso e Salgueiro)**, conforme ilustra a **figura 36**:

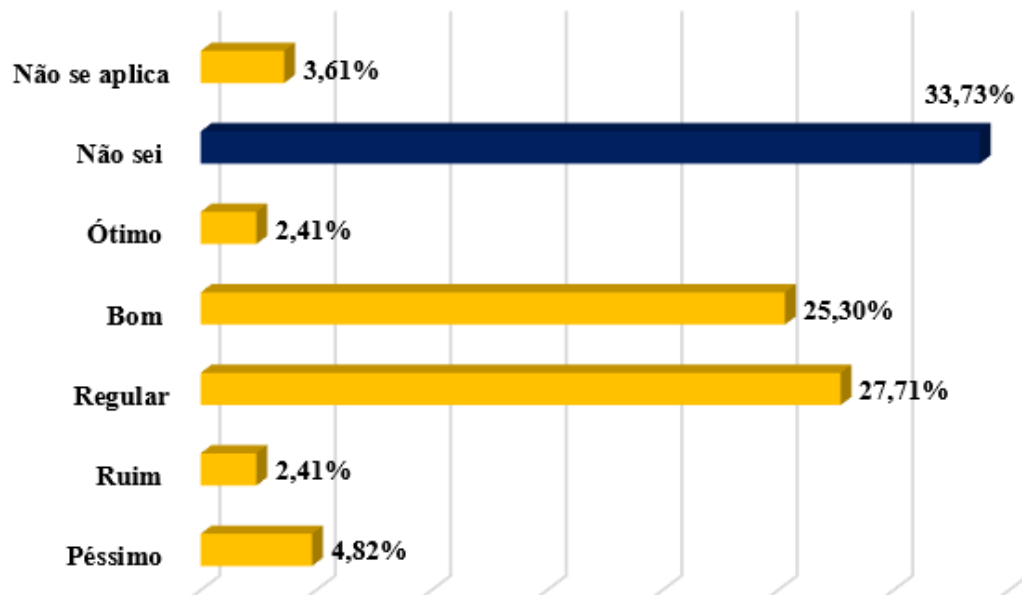


Figura 36 - Interiorização da pesquisa para os *campi* descentralizados (São Raimundo Nonato, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso e Salgueiro).

Refletindo o distanciamento geográfico e informacional, a resposta mais frequente foi "Não sei", assinalada por 33,73% dos respondentes. Entre aqueles que avaliaram ativamente, as opções "Regular" (27,71%) e "Bom" (25,30%) concentraram o maior volume, demonstrando um reconhecimento mediano do esforço institucional neste sentido.

Apesar dessas ressalvas de distribuição e interiorização, a **contextualização com a realidade local/regional** das pesquisas é avaliada de forma muito sólida. Mais da metade dos professores (50,60%) classificou o quesito como "Bom", somando-se a 13,25% que o definiram como "Ótimo". A avaliação "Regular" pontuou 22,89%, revelando que o corpo docente acredita firmemente que a produção científica da universidade dialoga com o ambiente em que está inserida.

O alinhamento acadêmico também se destaca positivamente na avaliação da **relação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão**, exposta na **figura 37**:

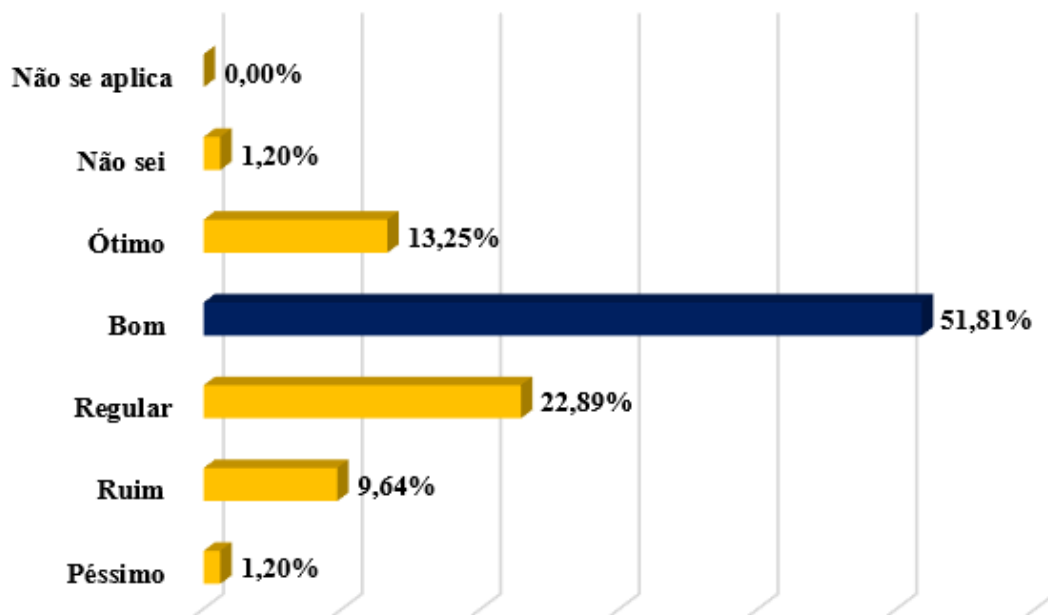


Figura 37 - Relação entre o Ensino, Pesquisa e Extensão

Consolidando a visão integrada do tripé universitário, a opção "Bom" atingiu o patamar de 51,81%, seguida por 22,89% de avaliações "Regular" e 13,25% de "Ótimo". O baixo índice de avaliações negativas ("Péssimo" com apenas 1,20%) reforça o êxito da instituição em interligar essas três dimensões na prática.

Entretanto, um forte ponto de atenção para a universidade surge na métrica de **valorização dos pesquisadores para participação em eventos científicos, congressos e seminários**. Neste item crítico, a percepção dominante é moderada a insatisfatória: "Regular" obteve 31,33%, enquanto as notas mais baixas concentraram parcelas expressivas da amostra, com 21,69% marcando "Péssimo" e 18,07% "Ruim". A opção "Bom" representou apenas 22,89%, escancarando a demanda do corpo docente por mais apoio (possivelmente financeiro e logístico) para a divulgação externa das suas produções.

Esta necessidade de suporte reflete-se, ainda, na avaliação da **infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas, congressos e eventos nacionais e/ou internacionais**, descrita na **figura 38**:

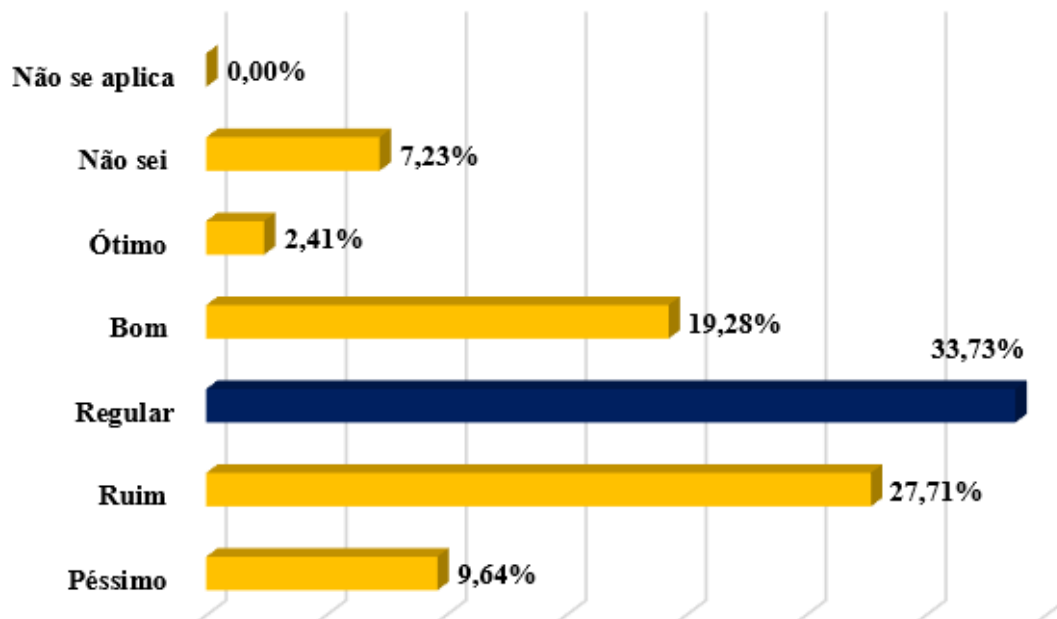


Figura 38 - Infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas, congressos e eventos nacionais e/ou internacionais.

As limitações de estrutura física ou de equipamentos se fazem evidentes, uma vez que a alternativa "Regular" figura em primeiro lugar com 33,73%, acompanhada da classificação "Ruim" em segundo, com 27,71%. Apenas 19,28% consideram a infraestrutura como "Bom", e 9,64% a classificaram como "Péssima".

No campo do fomento interno, o **incentivo e fomentação de novos ou jovens pesquisadores** também exibe uma distribuição tendendo à mediania. A maior parte considerou a política "Regular" (31,33%) ou "Bom" (25,30%). Contudo, a soma das insatisfações ("Ruim" com 21,69% e "Péssimo" com 13,25%) alcança patamares que indicam a necessidade de fortalecer as bases de captação de novos talentos para o meio científico.

Por fim, encerrando este extenso bloco, a atuação no **incentivo do corpo docente e das pró-reitorias ao desenvolvimento de pesquisa junto aos discentes e comunidade acadêmica** foi percebida de forma um pouco mais balanceada. A alternativa "Regular" liderou as escolhas (38,55%), seguida por "Bom" (27,71%). As opções "Ruim" e "Péssimo" figuraram com 14,46% e 4,82%, respectivamente, o que indica que, embora haja espaço para melhora, as iniciativas conjuntas entre docentes e pró-reitorias para envolver a comunidade são razoavelmente bem avaliadas.

Mudando o foco para o terceiro pilar do tripé universitário, o questionário propôs ao corpo docente a avaliação das políticas de Extensão na instituição. O primeiro aspecto levantado foi uma apreciação geral da **Extensão na UNIVASF**, cujos dados estão retratados na **figura 39**:

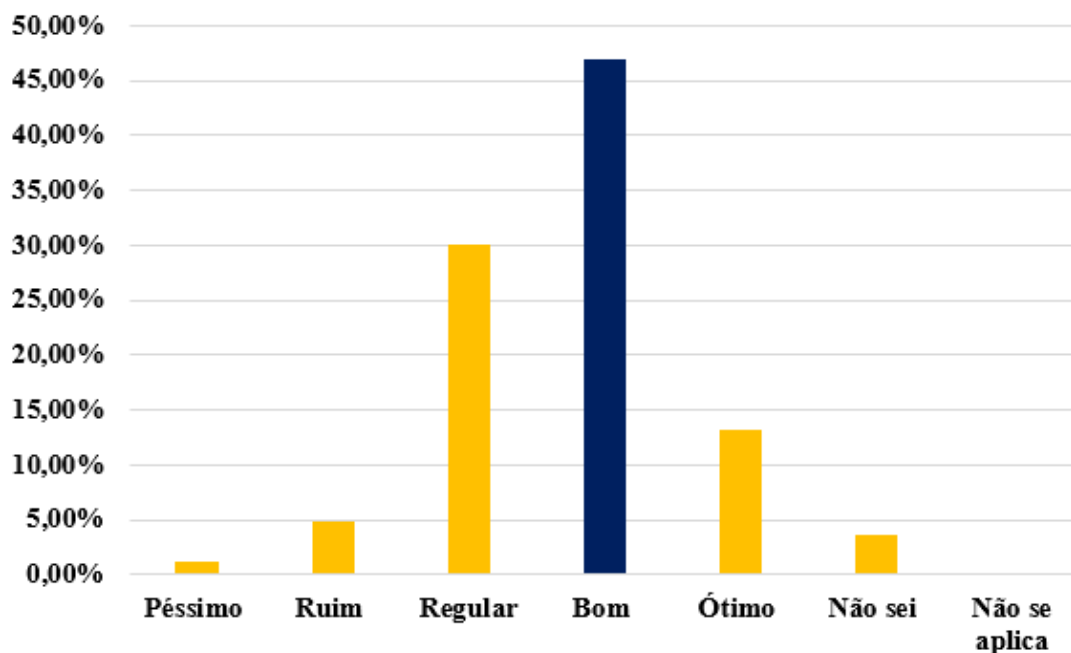


Figura 39 - Extensão na UNIVASF.

O panorama inicial é predominantemente favorável, com a avaliação "Bom" englobando quase metade da amostra (46,99%). A classificação "Regular" aparece em seguida com 30,12%, enquanto a opção "Ótimo" foi assinalada por 13,25% dos docentes. As avaliações negativas para este quesito amplo ("Ruim" e "Péssimo") somam apenas 6,02%.

Quando o escrutínio se volta de forma mais regionalizada para a **Extensão em seu colegiado**, observa-se um leve redirecionamento nas proporções, porém mantendo a tendência positiva. A alternativa "Bom" continua sendo a mais frequente, com 37,35%, seguida por "Regular" (28,92%). Destaca-se neste ponto um aumento nas avaliações de excelência, com a opção "Ótimo" alcançando 19,28%. Por outro lado, a soma das opções "Ruim" (7,23%) e "Péssimo" (4,82%) atinge 12,05%, sinalizando que a força e a experiência com a extensão podem variar consideravelmente dependendo do colegiado específico.

No que tange às **políticas voltadas para o aperfeiçoamento e incentivo da extensão na Univasf**, o cenário revela uma postura mais crítica por parte dos professores. Neste quesito, a avaliação "Regular" assume a liderança das respostas, abarcando 38,55%. A opção "Bom" passa a representar 32,53%, e o índice de insatisfação apresenta um crescimento perceptível: a classificação "Ruim" foi apontada por 13,25% dos respondentes e a "Péssimo" por 4,82%. Tais indicadores sugerem uma demanda clara do corpo docente por estratégias institucionais mais robustas de fomento e apoio burocrático ou financeiro à extensão.

Apesar dessas ressalvas quanto ao incentivo estrutural, a **lógica da Extensão na UNIVASF e sua relação com o contexto regional** é vista com muito bons olhos. A maioria relativa (38,55%) classificou este alinhamento como "Bom", enquanto 27,71% o consideram "Regular" e expressivos 18,07% optaram por "Ótimo". As opções contrárias ("Ruim" com 7,23% e "Péssimo" com 1,20%) representam uma minoria, o que denota que os projetos realizados possuem, na visão acadêmica, uma forte aderência à realidade e às necessidades sociais do entorno.

A integração das bases acadêmicas foi pautada ao se avaliar a **correlação entre as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão**, conforme demonstra a **figura 40**:

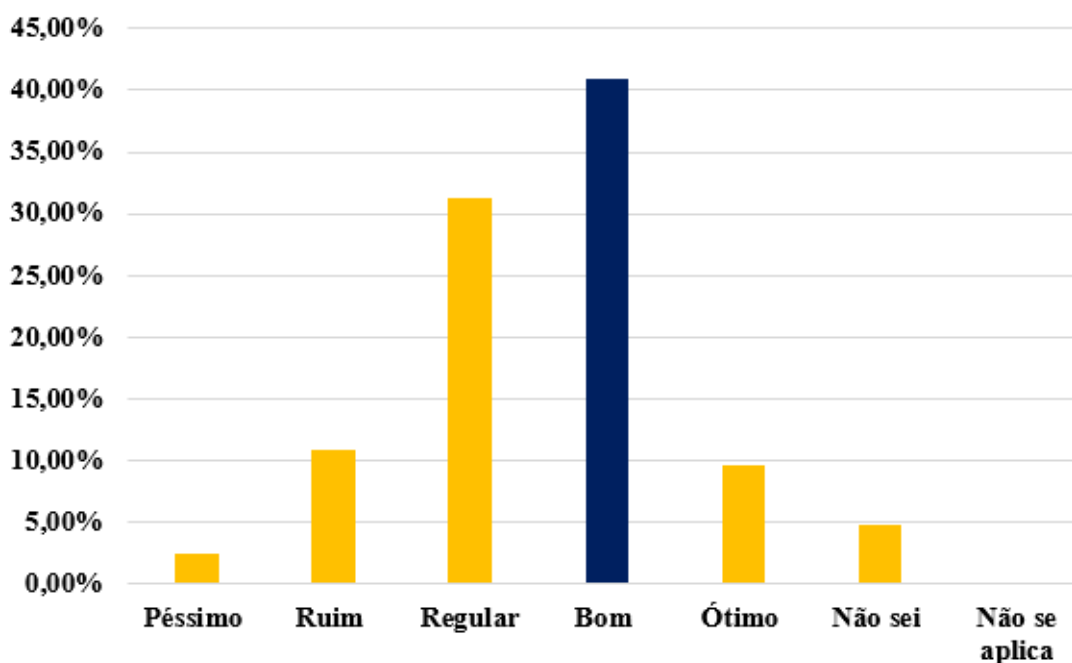


Figura 40 - Correlação entre as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A leitura do gráfico indica que a articulação prática entre essas três áreas é considerada satisfatória pela maior parte da amostra: 40,96% avaliaram a transversalidade como "Bom" e 31,33% a classificaram como "Regular". A avaliação "Ótimo" registrou 9,64%. Entretanto, os julgamentos de "Ruim" (10,84%) e "Péssimo" (2,41%) apontam que, embora o esforço exista, ainda há barreiras para aprimorar essa intersecção nas atividades diárias da universidade.

Encerrando este bloco, a percepção sobre a aplicabilidade da **extensão na formação profissional e na prática docente** pode ser observada na **figura 41**.

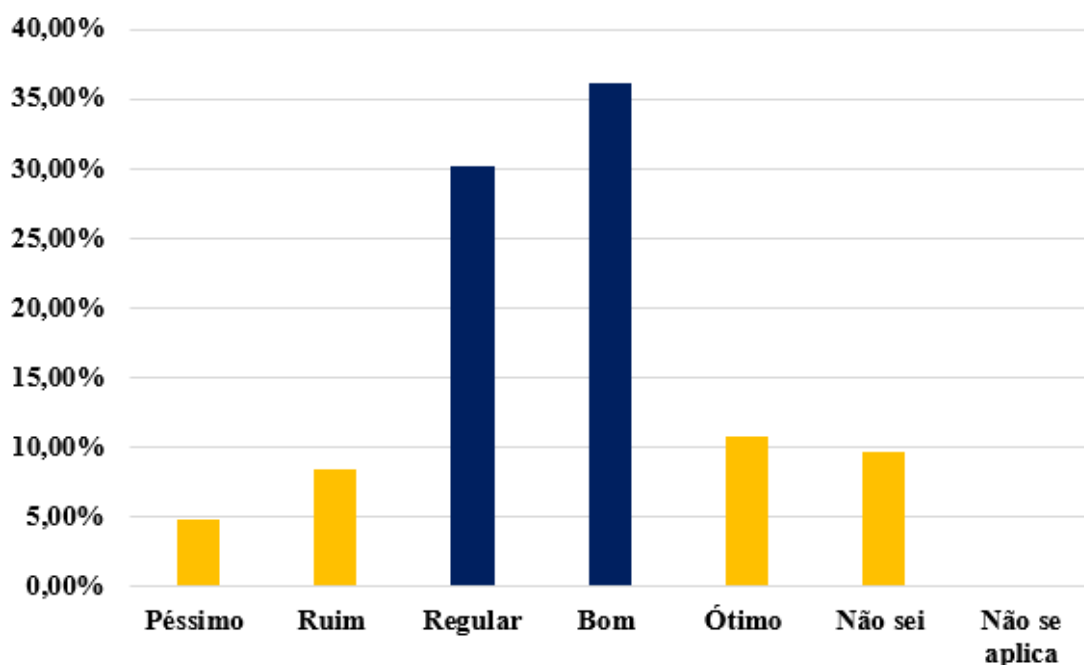


Figura 41 - Extensão na formação profissional e na prática docente.

A distribuição das respostas mantém um padrão de moderado a positivo. A alternativa "Bom" foi a mais eleita (36,14%), acompanhada de muito perto pela opção "Regular" (30,12%). A classificação "Ótimo" pontuou 10,84%, enquanto as opções mais críticas ("Ruim" e "Péssimo") agruparam pouco mais de 13%. É interessante notar que 9,64% dos professores assinalaram "Não sei" para este quesito específico, uma taxa que destoa ligeiramente do restante do bloco e pode indicar uma incerteza pontual de alguns docentes sobre como mensurar o impacto direto das atividades de extensão na sua própria rotina de ensino e formação.

3.2.2. Organização e gestão da instituição

Iniciando a análise sobre a organização e gestão institucional, os docentes foram convidados a expressar seu grau de concordância quanto à atuação dos colegiados de curso em que estão lotados. A primeira afirmativa questionou se "**O colegiado promove a publicação dos resultados do relatório da Comissão Própria de Avaliação no Colegiado (CPAC)**".

Os resultados demonstram um cenário de opiniões fragmentadas. A maior parcela concorda com a afirmação, dividindo-se entre "Concordo totalmente" (24,10%) e "Concordo parcialmente" (21,69%). No entanto, há um índice considerável de discordância, com 16,87% assinalando "Discordo totalmente" e 8,43% "Discordo parcialmente". Chama a atenção, ainda, a soma de quase 29% das respostas concentradas nas opções "Não sei" (14,46%) e "Indiferente" (14,46%). Esses dados sugerem que a comunicação e o repasse dos resultados da CPAC podem não estar ocorrendo de maneira uniforme ou com a visibilidade ideal em todos os colegiados.

Por outro lado, quando questionados se "**O colegiado agiliza o encaminhamento de soluções dos problemas do curso**", a percepção docente é expressivamente favorável e resolutiva. A grande maioria atesta a eficiência da gestão interna, com 45,78% marcando "Concordo totalmente" e 34,94% "Concordo parcialmente". Somadas, as percepções positivas ultrapassam os 80%, evidenciando que os professores reconhecem a atuação ativa dos colegiados na resolução de conflitos e demandas diárias.

No que se refere ao engajamento discente, avaliou-se a afirmativa de que "**O colegiado incentiva a participação dos alunos em atividades acadêmicas, científicas e culturais**", cujos dados estão ilustrados na **figura 42** a seguir:

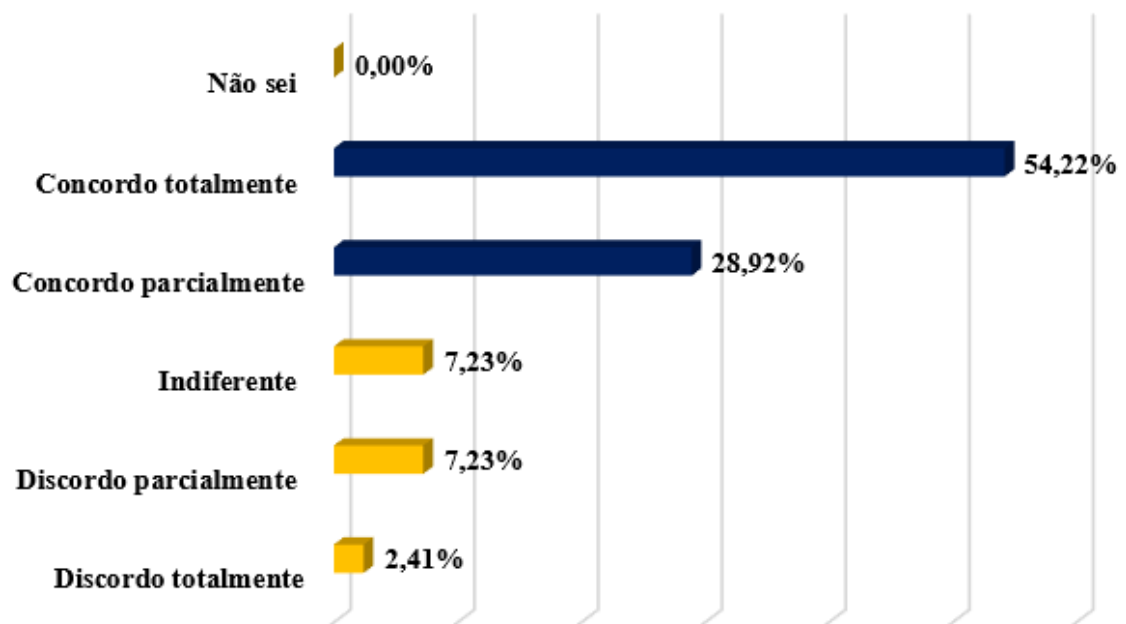


Figura 42 - Sobre se o colegiado incentiva a participação dos alunos em atividades acadêmicas, científicas e culturais.

O gráfico corrobora a visão positiva da atuação dos colegiados em prol da comunidade estudantil. A alternativa "Concordo totalmente" desponta com ampla vantagem, representando 54,22% da amostra. A opção "Concordo parcialmente" aparece em seguida com 28,92%. As avaliações discordantes e de indiferença são residuais, mantendo-se todas na faixa dos 7% ou menos (7,23% para "Discordo parcialmente" e "Indiferente"; 2,41% para "Discordo totalmente").

Contudo, ao avaliar a infraestrutura de recursos humanos que sustenta esse funcionamento, o cenário revela um gargalo administrativo significativo. A afirmativa **"A quantidade de técnicos-administrativos do colegiado é adequada"** gerou os resultados expostos na **figura 43**:

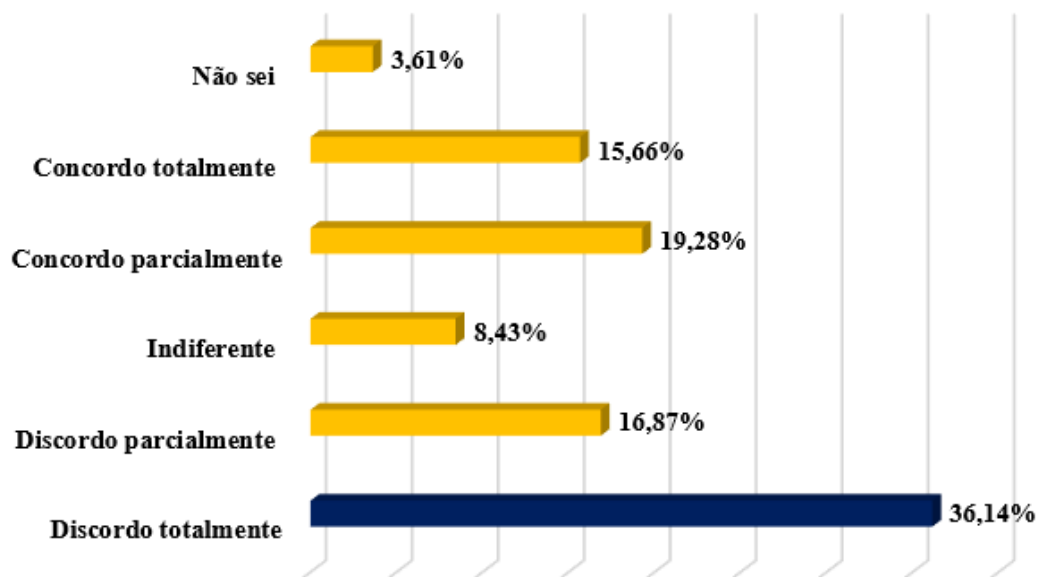


Figura 43 - Sobre se a quantidade de técnicos-administrativos do colegiado é adequada.

Diferentemente dos indicadores anteriores, este quesito apresenta um alto índice de insatisfação. A resposta mais frequente foi "Discordo totalmente", assinalada por 36,14% dos docentes. Somando-se aos 16,87% que marcaram "Discordo parcialmente", constata-se que mais da metade dos respondentes (53%) considera a força de trabalho técnico-administrativa insuficiente. Aqueles que concordam com a adequação do quadro somam cerca de 34% ("Concordo parcialmente" com 19,28% e "Concordo totalmente" com 15,66%). Essa discrepância sugere que, embora os colegiados sejam vistos como eficientes (como apontado nas afirmativas anteriores), as equipes de apoio operam sob forte sobrecarga ou com quadro defasado.

Ampliando a análise para a UNIVASF no geral, os docentes avaliaram aspectos centrais da administração e burocracia institucional. O primeiro ponto aborda se **a organização do controle e registro acadêmico (matrículas, acesso às informações acadêmicas) é adequada**. Os dados indicam uma percepção amplamente positiva deste serviço. A maioria dos professores optou por "Concordo parcialmente" (45,78%), somando-se a 22,89% que assinalaram "Concordo totalmente". As parcelas de discordância foram relativamente baixas, com 9,64% discordando parcialmente e 7,23% totalmente. Respostas "Indiferente" e "Não sei" representaram 8,43% e 6,02%, respectivamente.

No que tange aos recursos humanos que operam essa estrutura, a avaliação sobre a afirmação "**A qualificação dos técnicos-administrativos é adequada**" pode ser observada na **figura 44** a seguir:

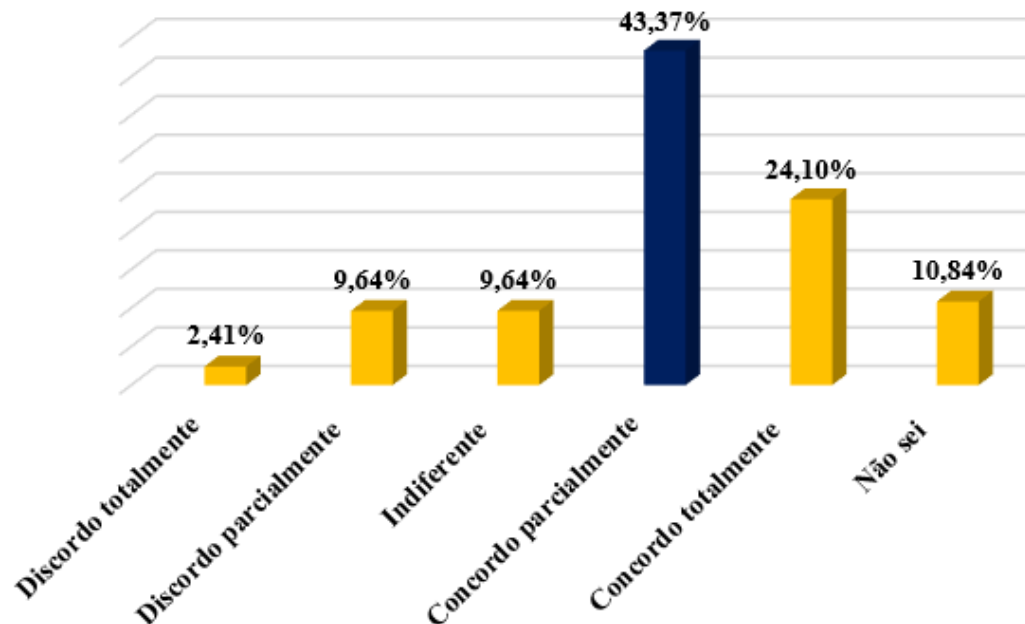


Figura 44 - A qualificação dos técnicos-administrativos é adequada.

A figura demonstra que o corpo docente reconhece o preparo da equipe técnica. A opção "Concordo parcialmente" obteve a maior adesão (43,37%), acompanhada de perto pela concordância total (24,10%). A discordância parcial ficou na casa dos 9,64%, e a total foi mínima (2,41%). Nota-se um índice de 10,84% para "Não sei" e 9,64% de indiferença.

Avaliando o comportamento profissional, questionou-se se **os técnicos-administrativos são assíduos e comprometidos**. Neste item, as opiniões favoráveis mostram-se bastante consolidadas e equilibradas no topo: 31,33% concordam parcialmente e 30,12% concordam totalmente com o comprometimento dos servidores. Há, no entanto, uma taxa de 13,25% que marcou "Não sei" e 12,05% de "Indiferente". A discordância sobre a assiduidade somou pouco mais de 13% (9,64% parcial e 3,61% total).

Um ponto que suscita maior criticidade por parte dos professores é a avaliação se **o grau de descentralização da gestão, dos colegiados e órgãos afins é adequado**

para a gestão da UNIVASF Aqui, o cenário apresenta-se mais dividido. Embora a concordância parcial ainda lidere (32,53%), seguida por 15,66% de concordância total, o volume de discordância é um dos maiores do bloco: 16,87% discordam parcialmente e 13,25% discordam totalmente. Esse somatório de cerca de 30% de opiniões divergentes sugere que uma parte relevante do corpo docente sente a necessidade de processos decisórios menos centralizados e mais ágeis.

Apesar dos questionamentos sobre a descentralização, a clareza das regras institucionais é bem avaliada. A concordância de que **existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais** está representada na **figura 45**:

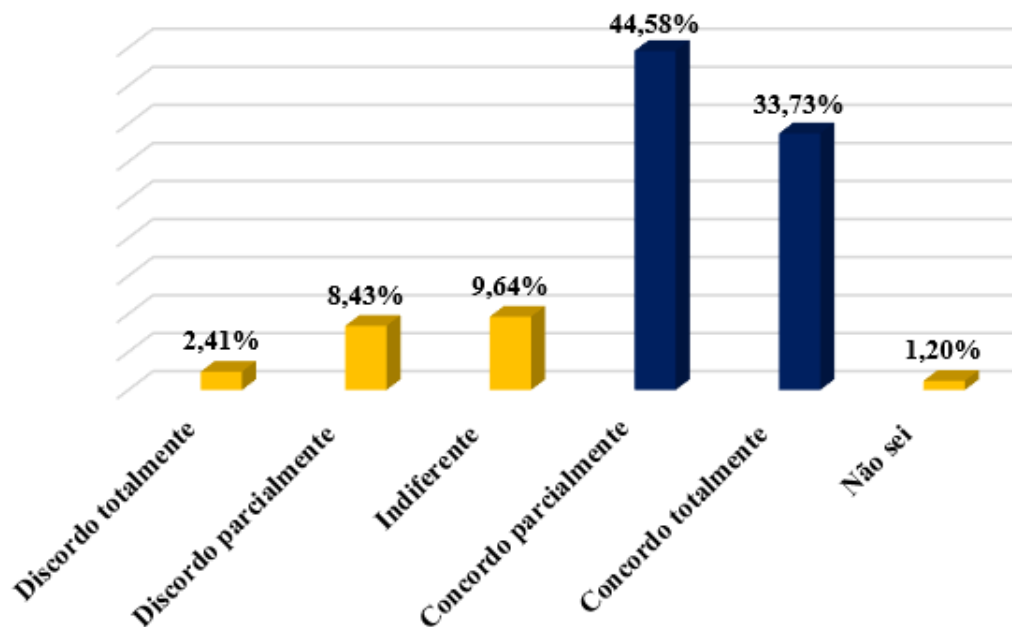


Figura 45 - Existência e conhecimento de instruções normativas.

O gráfico evidencia um forte reconhecimento documental. Expressivos 44,58% concordam parcialmente com a afirmativa, enquanto 33,73% concordam totalmente, indicando que os estatutos, regimentos e normas acadêmicas têm boa capilaridade e divulgação entre os docentes. As taxas de discordância são pequenas, somando 10,84% (8,43% parcial e 2,41% total).

Finalizando esta etapa, perguntou-se se **existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da Univasf**

que é cumprido na prática. A resposta predominante aponta para uma validação dessa estrutura hierárquica: 39,76% concordam parcialmente e 22,89% concordam totalmente que o organograma existe e é funcional. A indiferença pontuou 14,46%, e os índices de discordância fecharam em 8,43% (parcial) e 4,82% (total).

3.2.3. Infra-estrutura física

Adentrando na avaliação da infraestrutura física da instituição, o questionário voltou-se para as condições dos laboratórios utilizados pelos cursos. O primeiro aspecto avaliado questionou se **existem laboratórios estruturados com disponibilidade para dar suporte às disciplinas oferecidas**, cujos resultados estão expostos na **figura 46**:

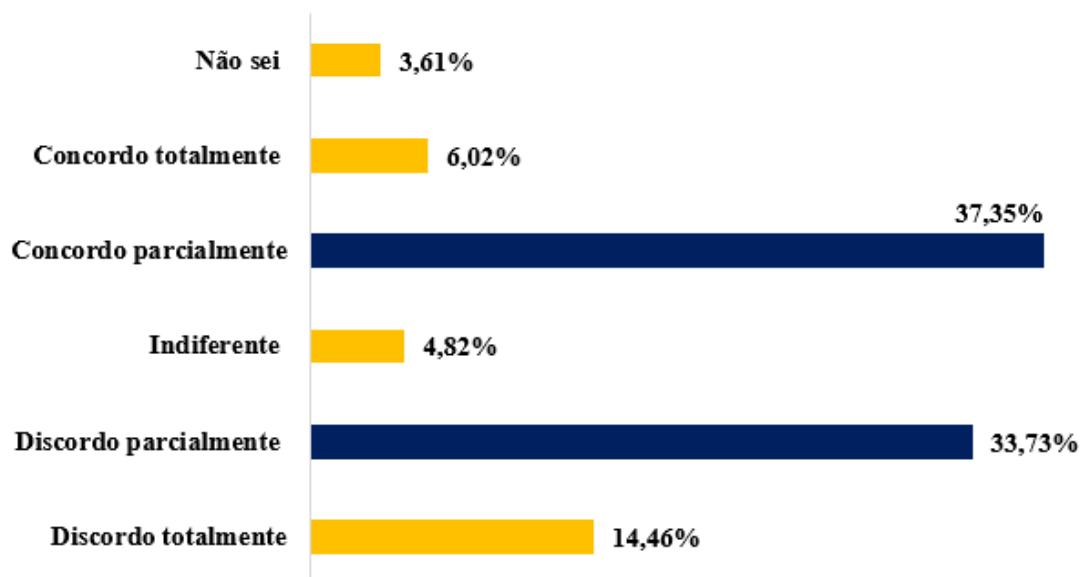


Figura 46 - Disponibilidade e estruturação de laboratórios.

A leitura do gráfico revela um cenário de forte polarização nas opiniões do corpo docente. A alternativa "Concordo parcialmente" obteve a maior adesão, com 37,35%, mas é seguida muito de perto pela opção "Discordo parcialmente", que registrou 33,73%. O índice de discordância total chega a 14,46%, enquanto a concordância plena foi pontuada por apenas 6,02% dos professores. Essa divisão sugere que, embora haja alguma estrutura disponível, ela não atende de forma universal e satisfatória a todos os cursos ou disciplinas demandantes.

Avaliando a capacidade de alocação física, os docentes foram questionados se **os laboratórios são adequados ao número de alunos por aula prática**. Refletindo a polarização anterior, observa-se aqui um empate exato: 33,73% concordam parcialmente com a adequação do espaço, e exatos 33,73% discordam parcialmente. A discordância total atingiu 14,46%, ao passo que a concordância total figurou com 8,43%. Tais dados evidenciam desafios de superlotação ou limitação espacial em parcela significativa das aulas práticas.

O escrutínio sobre os recursos materiais aprofunda-se ao analisar se **os equipamentos dos laboratórios são adequados às necessidades do curso**. Neste ponto, a percepção negativa assume a dianteira de forma mais clara. A discordância parcial abrange 38,55% da amostra, somando-se a 16,87% de discordância total. Juntas, as avaliações de inadequação ultrapassam os 55%. A concordância parcial ficou em 30,12%, e apenas 1,20% dos docentes concordam totalmente que o maquinário atende às exigências acadêmicas.

A gravidade do quadro estrutural torna-se ainda mais evidente ao se avaliar se **os equipamentos dos laboratórios têm bom estado de funcionamento**, aspecto ilustrado na **figura 47** a seguir:

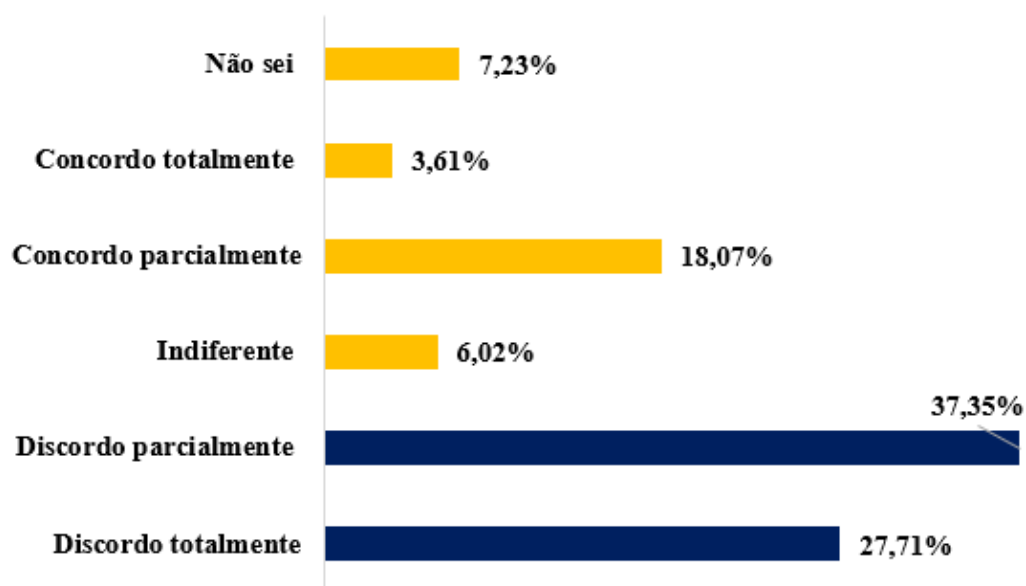


Figura 47 - Estado de funcionamento dos equipamentos.

Os indicadores apontam para um alerta expressivo quanto à manutenção e obsolescência. O nível de discordância parcial atinge 37,35%, enquanto 27,71% dos docentes discordam totalmente da afirmação. Com cerca de 65% de avaliações apontando falhas no funcionamento, frente a apenas 18,07% de concordância parcial e 3,61% de concordância total, fica patente a necessidade de políticas urgentes de reparo e atualização do parque tecnológico.

Agravando esse diagnóstico, o provimento de insumos básicos também se mostra deficitário. Quando questionados se **o material de consumo dos laboratórios é suficiente**, tem-se a avaliação mais crítica de toda a seção. A ampla maioria (43,37%) discorda totalmente da afirmação, acompanhada por 22,89% que discordam parcialmente. Não houve um único registro de concordância total (0,00%), e a concordância parcial limitou-se a 15,66%. A falta constante de reagentes, vidrarias e materiais de uso contínuo é, portanto, um gargalo severo para a prática docente.

Do ponto de vista dos recursos humanos alocados a esses espaços, a percepção sobre a afirmativa de que a **quantidade de técnicos de laboratório é suficiente para a demanda de trabalho** está representada na **figura 48**:

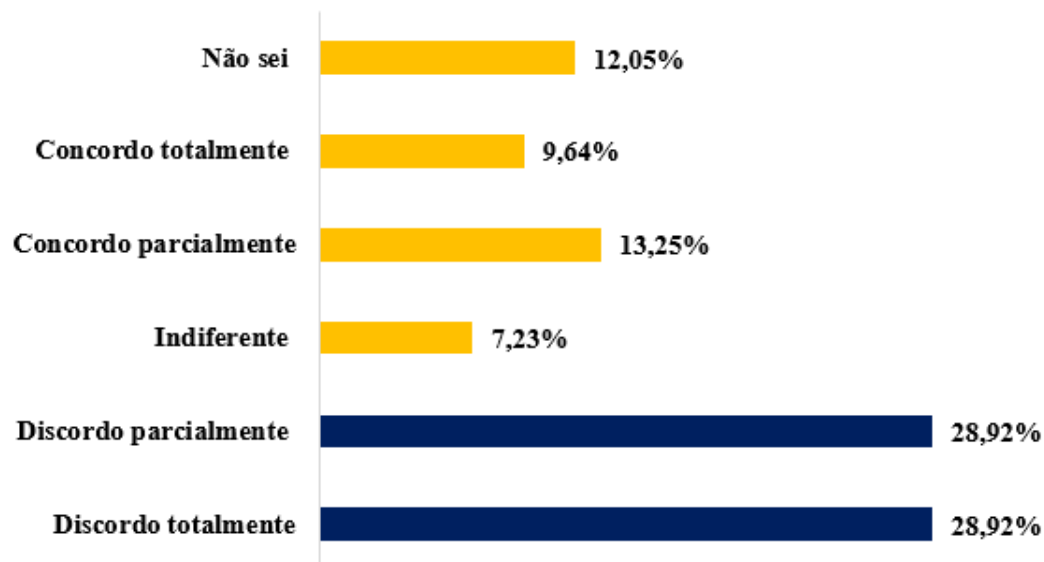


Figura 48 - Adequação do quadro de técnicos de laboratório.

A insuficiência de pessoal é percebida de forma aguda. O gráfico mostra um empate técnico no topo das insatisfações: 28,92% discordam totalmente e outros 28,92% discordam parcialmente do quadro atual. A concordância parcial reuniu 13,25%, e a total, 9,64%. É notório também que 12,05% assinalaram "Não sei", o que pode refletir docentes que não utilizam laboratórios rotineiramente.

Por fim, contrastando com o déficit quantitativo, buscou-se aferir o aspecto qualitativo: **os serviços técnicos de apoio nos laboratórios são qualificados**. O cenário aqui é um pouco mais equilibrado, denotando reconhecimento do esforço dos servidores atuantes. A concordância parcial lidera com 24,10%, seguida por um bom índice de concordância total (19,28%). Contudo, as avaliações contrárias permanecem expressivas, com 21,69% de discordância total e 15,66% de parcial, sugerindo que, embora muitos profissionais sejam competentes, a sobrecarga de trabalho aliada às limitações materiais pode comprometer a percepção de qualidade do serviço de apoio.

Avançando na avaliação estrutural, o levantamento voltou-se para as condições dos principais espaços de aprendizagem: as salas de aula. O primeiro aspecto avaliado pelos docentes foi a **iluminação** desses ambientes. A percepção predominante é positiva, com 38,55% classificando-a como "Bom" e 13,25% como "Ótimo". A avaliação "Regular" representa 24,10% da amostra. Contudo, há um alerta a ser considerado, visto que as menções negativas somam quase 23% (sendo 18,07% para "Ruim" e 4,82% para "Péssimo"), indicando que algumas salas específicas podem apresentar deficiências luminosas.

No que tange ao **conforto térmico**, essencial para o bem-estar e rendimento durante as aulas, a distribuição das respostas pode ser analisada na **figura 49**:

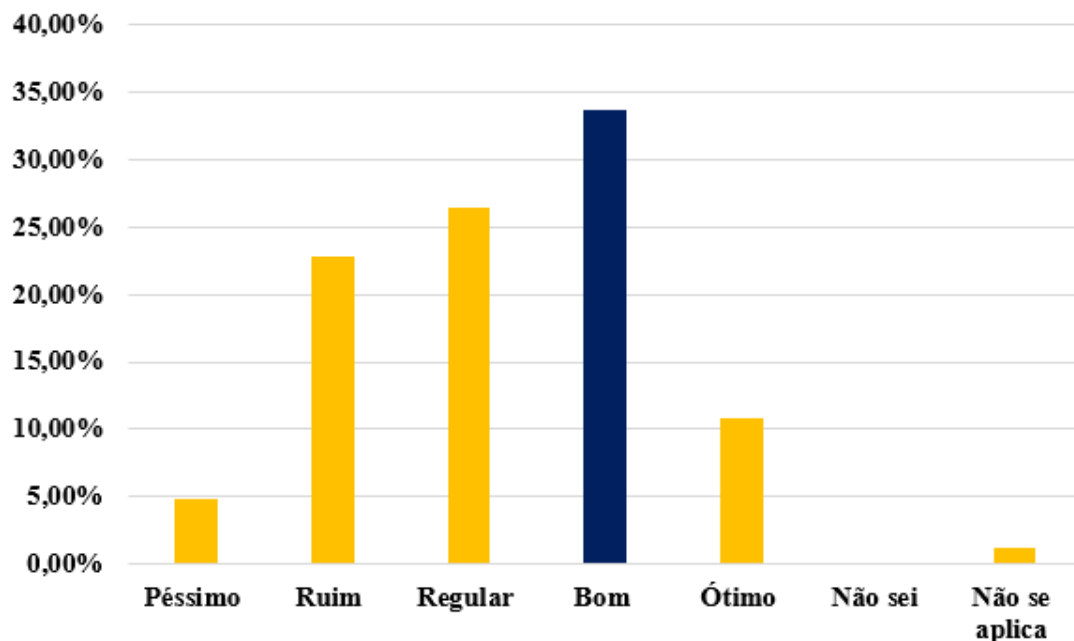


Figura 49 - Conforto térmico nas salas de aula.

A figura demonstra um cenário de maior insatisfação em comparação à iluminação. Embora a opção "Bom" ainda seja a mais votada individualmente (33,73%), ela é acompanhada de perto pelas avaliações medianas e negativas: 26,51% consideram o conforto "Regular" e 22,89% o classificam como "Ruim". A alternativa "Péssimo" atinge 4,82%, e apenas 10,84% consideram o cenário "Ótimo". A soma das críticas aponta para a necessidade de revisões nos sistemas de climatização ou ventilação de parte das salas.

Outro fator ambiental de extrema relevância, a **acústica**, apresenta uma forte polarização nas opiniões docentes. Por um lado, a maior parcela isolada das respostas avalia o isolamento e propagação sonora como "Bom" (36,14%). Por outro, o índice de respostas "Péssimo" é alarmante, atingindo expressivos 20,48%. Somando-se às opções "Regular" (19,28%) e "Ruim" (14,46%), fica evidente que ruídos externos ou reverberação excessiva são obstáculos frequentes na condução de diversas disciplinas.

Em contrapartida às variáveis ambientais, a **capacidade de acomodação** física dos estudantes desponta como o ponto mais bem avaliado de toda a seção. A ampla maioria dos professores está satisfeita com o dimensionamento dos espaços: mais da metade da amostra (53,01%) assinalou "Bom", e outros 19,28% marcaram "Ótimo". A

alternativa "Regular" figurou com 16,87%, enquanto as classificações "Ruim" e "Péssimo" obtiveram índices marginais de 4,82% cada.

Por fim, encerrando a avaliação das salas de aula, questionou-se a adequação dos **recursos didáticos (audiovisuais e lousa)**, conforme ilustrado na **figura 50** a seguir:

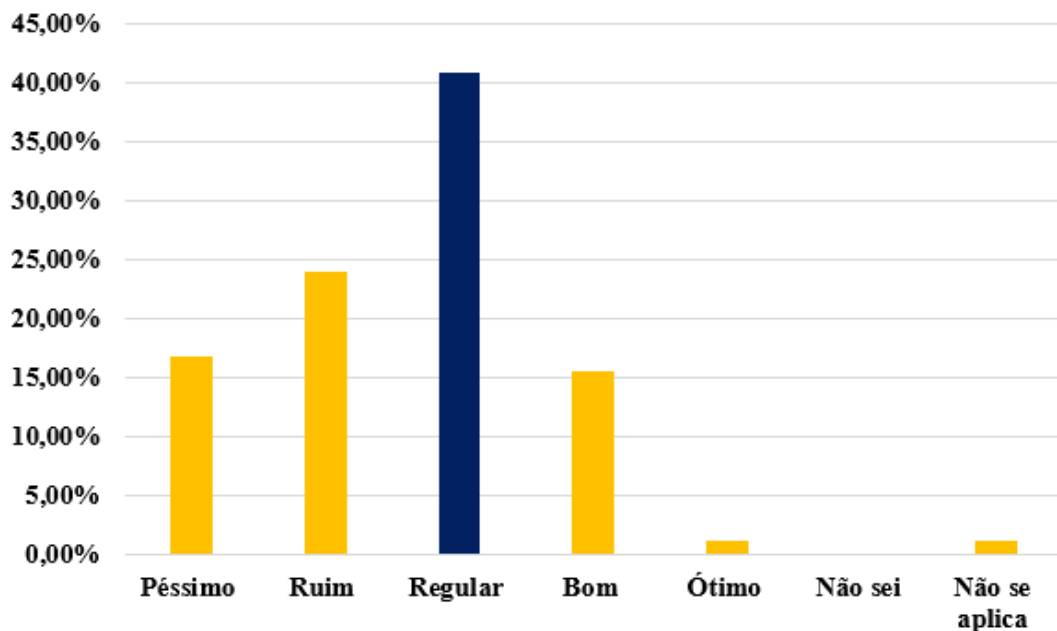


Figura 50 - Recursos didáticos nas salas de aula.

O gráfico revela o cenário mais crítico no que diz respeito ao aparato disponível ao professor. A avaliação "Regular" domina amplamente, concentrando 40,96% das opiniões. O nível de reprovação desse maquinário de apoio é alto, com 24,10% de respostas "Ruim" e 16,87% de "Péssimo". As opções positivas foram minoria, somando pouco menos de 17% ("Bom" com 15,66% e um ínfimo 1,20% para "Ótimo"). O diagnóstico sugere fortemente que projetores, sistemas de som, computadores ou até mesmo a qualidade dos quadros demandam modernização e manutenção urgente.

3.2.4. Atendimento a estudantes e egressos

Finalizando o escopo de avaliação do corpo docente, o levantamento abordou as políticas de atendimento a estudantes e egressos. O primeiro ponto de análise concentrou-se na **relação professor/aluno no contexto da sala de aula e da prática docente**. Os resultados que ilustram essa convivência diária estão dispostos na **figura 51**:

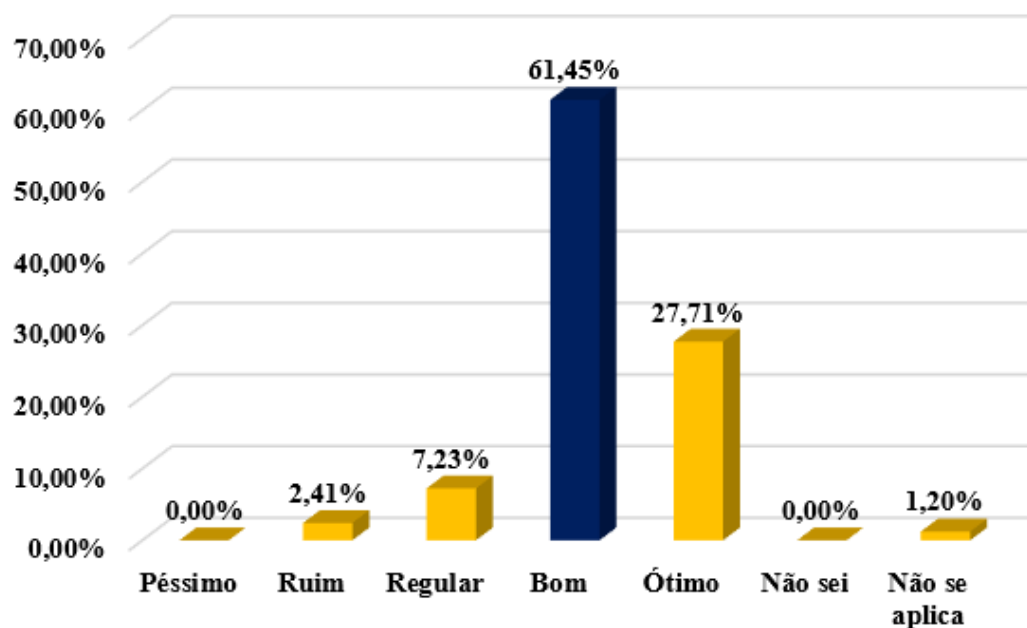


Figura 51 - Relação professor/aluno no contexto da sala de aula.

A percepção dos professores sobre a interação com os discentes é expressivamente positiva, configurando uma das melhores avaliações de todo o questionário. A esmagadora maioria classificou essa relação como "Bom", alcançando 61,45% das respostas, seguida por 27,71% que a consideram "Ótimo". O somatório dessas percepções de excelência beira os 90% de aprovação. As avaliações medianas ("Regular") representam apenas 7,23%, enquanto a insatisfação ("Ruim") restringe-se a módicos 2,41%, não havendo qualquer menção para "Péssimo".

Em um escopo mais administrativo, avaliou-se a **relação com as pró-reitorias, coordenações de curso e demais órgãos** da instituição. Embora o cenário permaneça majoritariamente favorável, nota-se uma maior dispersão nas opiniões. Praticamente metade da amostra (49,40%) julga essa articulação institucional como "Bom". As

classificações "Ótimo" e "Regular" aparecem empatadas, cada uma com 19,28%. A avaliação "Ruim" pontuou 8,43%, indicando que, apesar de funcional, o diálogo e a proximidade com as instâncias de gestão ainda possuem margem para estreitamento e melhorias pontuais na visão de alguns docentes.

Por fim, o questionário consultou os docentes a respeito da **forma de ingresso na universidade**. A política de acesso vigente também goza de boa aceitação: 54,22% dos professores a classificam como "Bom" e 14,46% como "Ótimo". A parcela que considera as metodologias de ingresso "Regular" é de 20,48%. As opiniões negativas perfazem um total baixo, somando 2,41% para "Péssimo" e 1,20% para "Ruim". Vale observar que 4,82% marcaram "Não sei", o que sugere um ligeiro distanciamento dessa temática por uma pequena fração do corpo docente.

3.3. EIXO 3 – DISCENTE

3.3.1. Ensino, pesquisa, pós-graduação e a extensão

O primeiro indicador desta fase consultou os alunos se **a atualização curricular do curso é adequada**. Os dados correspondentes a essa avaliação estão ilustrados na **figura 52** a seguir:

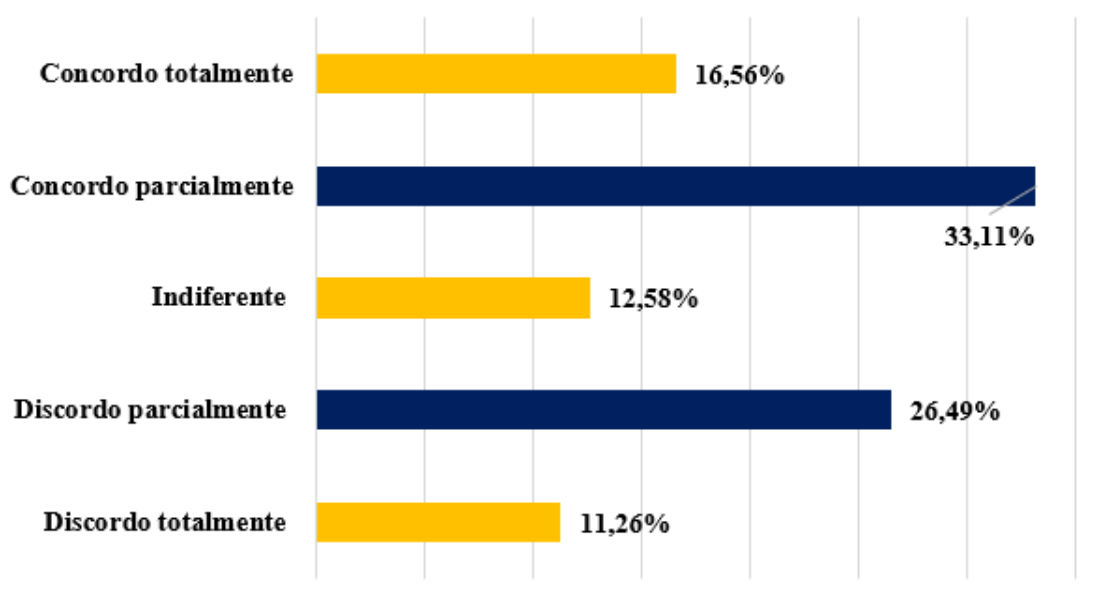


Figura 52 - Adequação da atualização curricular.

A leitura da figura aponta para um cenário de opiniões divididas, mas com uma leve inclinação positiva. A resposta com maior adesão foi "Concordo parcialmente", representando 33,11% da amostra discente. Somada aos 16,56% que optaram por "Concordo totalmente", tem-se aproximadamente metade dos estudantes satisfeitos com a grade atual. Por outro lado, o volume de discordância é expressivo: 26,49% discordam parcialmente e 11,26% discordam totalmente, indicando que uma parcela considerável dos alunos enxerga a necessidade de revisões ou modernizações no currículo. A opção "Indiferente" somou 12,58% das participações.

Aprofundando a análise da estrutura do curso, o levantamento mediu a percepção de que **o dimensionamento da carga horária das disciplinas é adequado**. Neste quesito, a balança pende de forma mais evidente para a insatisfação. A alternativa "Discordo parcialmente" assumiu a liderança absoluta, concentrando 37,09% das escolhas. Acrescentando os 10,60% de discordância total, constata-se que quase 48% dos discentes relatam problemas com a distribuição de horas. O índice de concordância parcial ficou em 27,81% e o de concordância total em 15,89%, enquanto 8,61% declararam-se indiferentes. Esse panorama sugere um possível descompasso entre a teoria exigida e o tempo de fato disponibilizado nas ementas.

Por fim, este bloco aferiu se **os procedimentos de avaliação das disciplinas são adequados**. A distribuição das opiniões estudantis sobre as metodologias de prova e nota pode ser observada na **figura 53**:

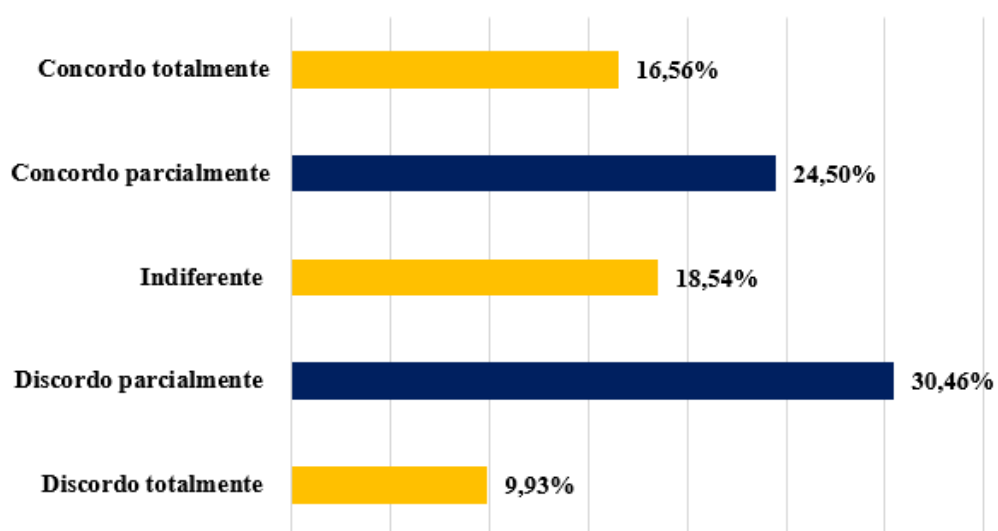
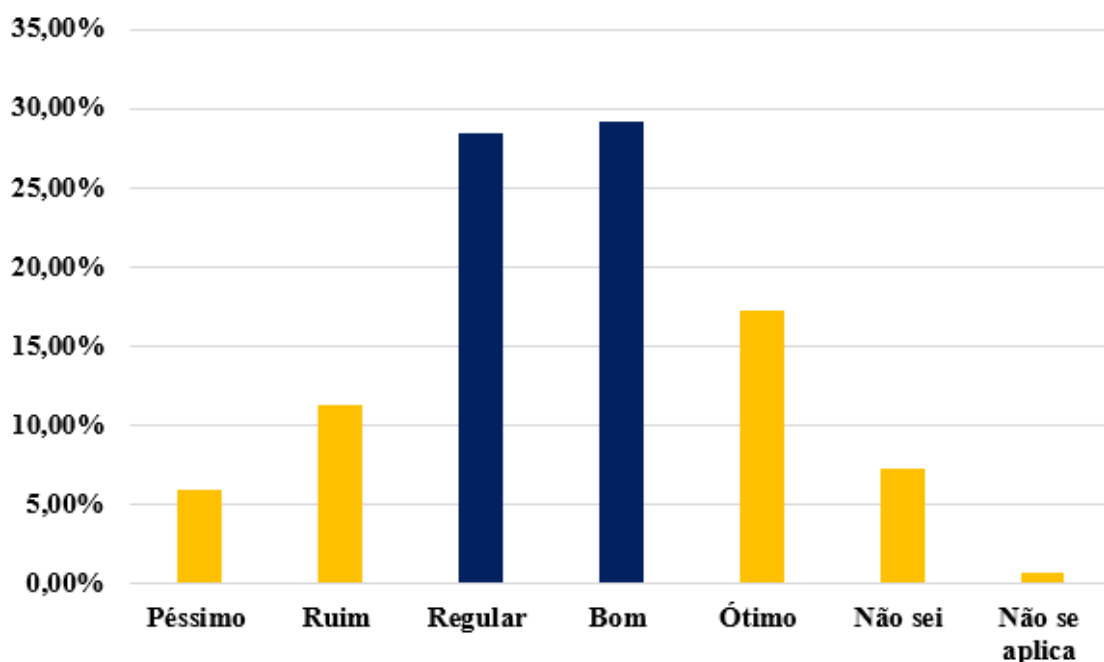


Figura 53 - Adequação dos procedimentos de avaliação.

O gráfico revela um cenário de notável equilíbrio entre a aprovação e a reprovação dos métodos avaliativos. A maior parcela individual de respostas recaiu sobre "Discordo parcialmente" (30,46%), acompanhada de 9,93% para "Discordo totalmente". Em contrapartida, as visões favoráveis somam cerca de 41%, divididas entre "Concordo parcialmente" (24,50%) e "Concordo totalmente" (16,56%). É digno de nota o alto índice de neutralidade neste item, com 18,54% dos alunos assinalando "Indiferente", o que reflete uma percepção heterogênea que provavelmente varia bastante a depender da disciplina ou do docente específico.

Avançando no questionário, os discentes avaliaram a oferta de diferentes modalidades e oportunidades acadêmicas em seus cursos. O primeiro aspecto analisado foi a **iniciação científica ou projetos de pesquisa**, cujos dados estão expostos na **figura 54**:

**Figura 54** - Oferta de iniciação científica e pesquisa.

Os dados mostram um cenário favorável, com as opções "Bom" (29,14%) e "Regular" (28,48%) concentrando a maioria das respostas. A avaliação "Ótimo" obteve

expressivos 17,22%, superando a soma das percepções negativas ("Ruim" com 11,26% e "Péssimo" com 5,96%).

No que tange aos **projetos de extensão**, a percepção é ainda mais positiva. Mais da metade dos alunos julga a oferta como "Bom" (29,80%) ou "Ótimo" (25,17%). A opção "Regular" foi assinalada por 21,85% da amostra, enquanto a insatisfação ("Ruim" e "Péssimo") somou pouco mais de 17%. Avaliada em seguida, a percepção sobre o **estágio curricular** é ilustrada na **figura 55** a seguir:

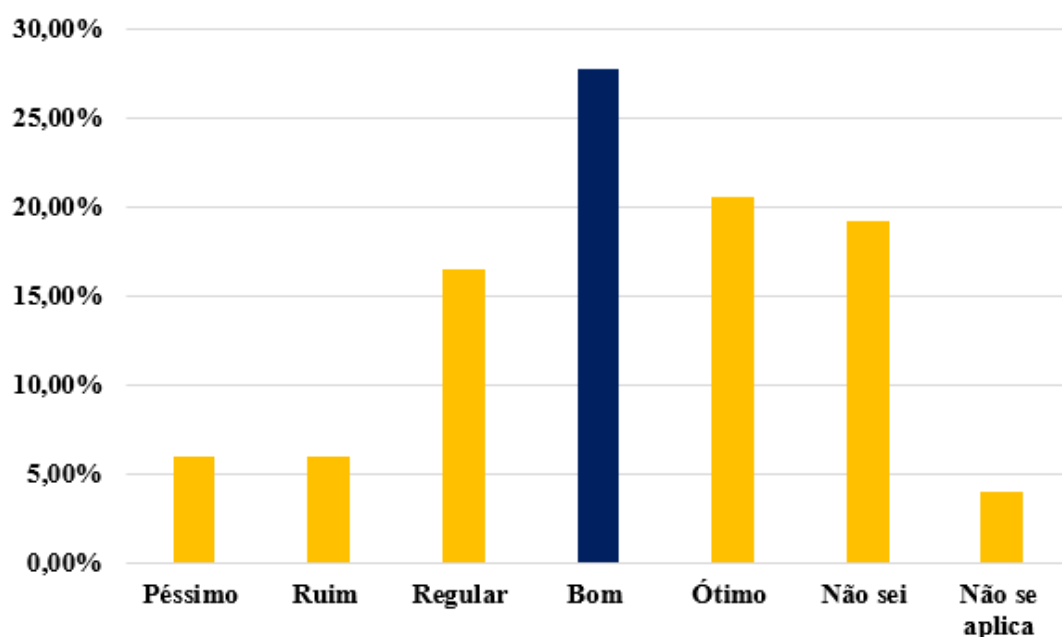


Figura 55 - Oferta de estágio curricular.

A classificação "Bom" lidera com 27,81%, acompanhada por "Ótimo" (20,53%) e "Regular" (16,56%). É notório neste quesito o alto índice de respostas "Não sei" (19,21%), provavelmente reflexo de discentes em períodos iniciais que ainda não tiveram contato com a disciplina de estágio.

Essa incerteza acentua-se ao se avaliar o **estágio extracurricular**, onde "Não sei" assume a liderança geral com 22,52%. Entre os que avaliaram, o cenário é fragmentado e mais crítico: "Regular" desponta com 17,88%, seguido por uma insatisfação considerável ("Ruim" com 14,57% e "Péssimo" com 11,26%), que quase empata com as avaliações positivas ("Bom" com 15,23% e "Ótimo" com 11,92%).

Mudando para o apoio pedagógico, a oferta de **monitoria** apresenta boa receptividade, conforme a **figura 56**:

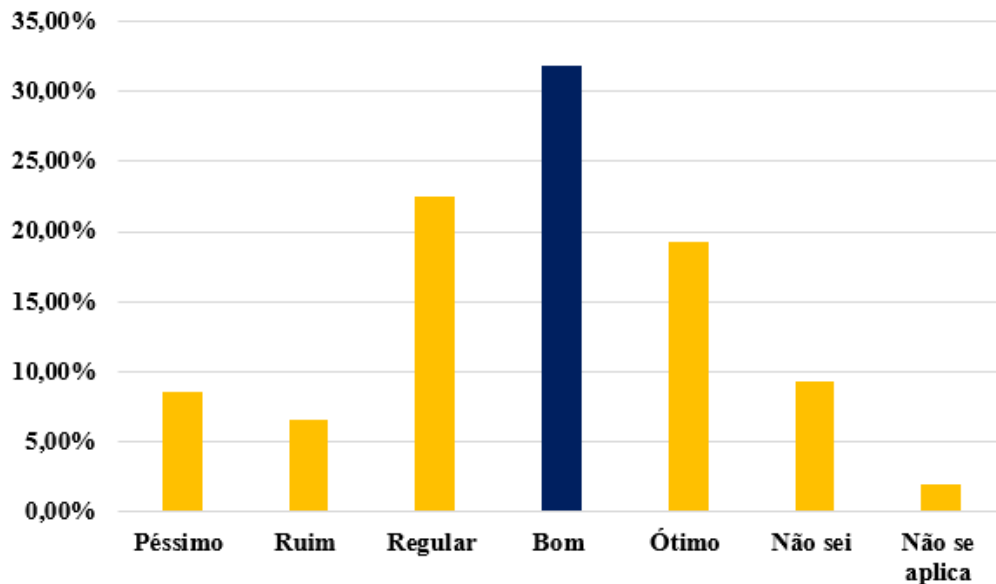


Figura 56 - Oferta de monitoria.

A figura denota aprovação de cerca de 50% dos discentes (31,79% para "Bom" e 19,21% para "Ótimo"). A opção "Regular" pontuou 22,52%, e as avaliações negativas representaram uma minoria (pouco mais de 15%).

Em contraste, a oferta de **tutoria** sofre de forte desconhecimento: 31,79% marcaram "Não sei" e 8,61% "Não se aplica". Dentre os que opinaram, as taxas de insatisfação são altas, com "Péssimo" atingindo 14,57%, figurando próximo ao índice de "Regular" (17,22%) e superando a opção "Bom" (12,58%). Avaliando as oportunidades de socialização acadêmica, a oferta de **congressos, seminários e encontros científicos** é detalhada na **figura 57**.

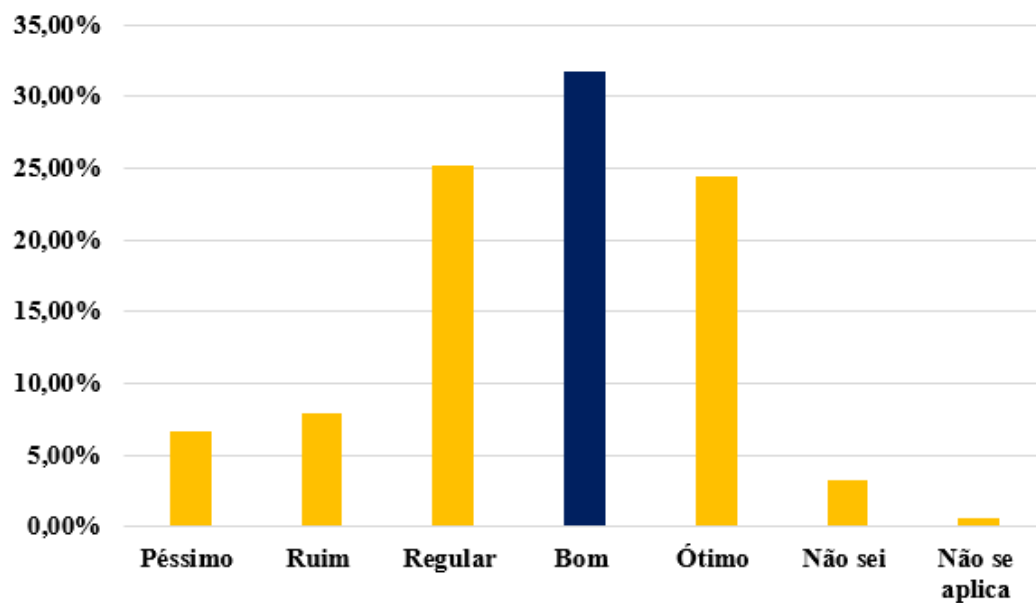


Figura 57 - Oferta de congressos e eventos científicos.

A oferta de eventos é bastante celebrada pelos estudantes. As opções "Bom" (31,79%) e "Ótimo" (24,50%) encabeçam a avaliação, seguidas por 25,17% que a consideram "Regular". O desconhecimento ("Não sei") cai drasticamente para 3,31%, indicando ampla capilaridade e divulgação dessas ações.

Finalizando o bloco, tanto o **Programa de Educação Tutorial (PET)** quanto a **Pós-Graduação** esbarram no alto índice de desconhecimento inerente a programas específicos. No PET, 27,81% assinalaram "Não sei", mas a avaliação de quem conhece é positiva ("Bom" com 24,50% e "Ótimo" com 19,21%). Já a avaliação da Pós-Graduação registrou o maior pico de "Não sei" da seção (38,41%), algo esperado para a graduação. A parcela engajada, contudo, mostra-se satisfeita: 16,56% marcaram "Bom" e 15,23% "Ótimo", frente a apenas 11,26% de respostas "Regular".

Avançando no escrutínio sobre a dinâmica acadêmica, a pesquisa solicitou que os discentes avaliassem diversos aspectos relacionados à atuação dos docentes de seus respectivos cursos. O primeiro ponto de análise debruçou-se sobre a **relação professor/aluno em sala de aula**, cujos dados estão ilustrados na **figura 58** a seguir.

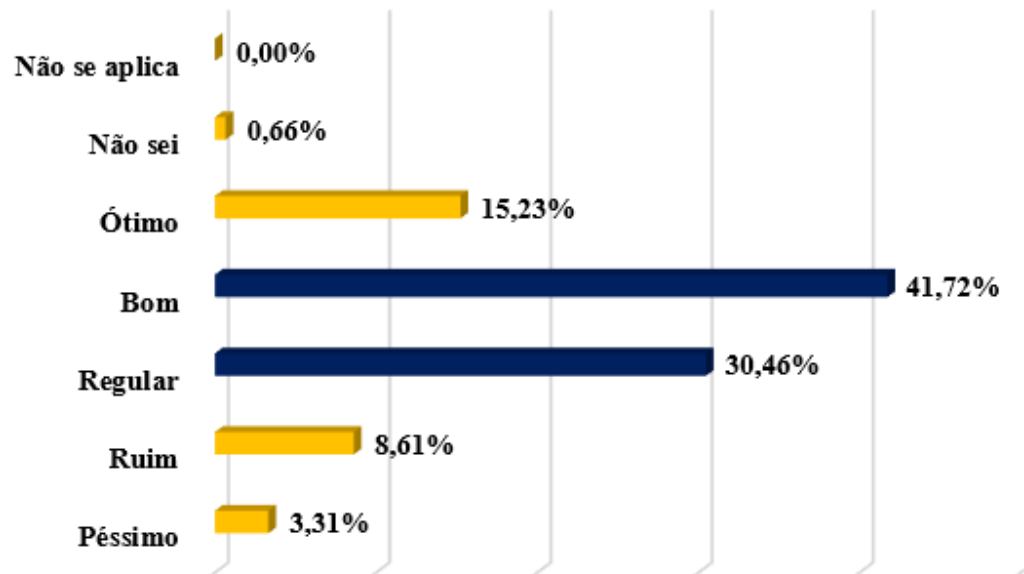


Figura 58 - Relação professor/aluno na visão discente.

A leitura do gráfico revela um panorama majoritariamente positivo no convívio diário. A alternativa "Bom" congrega a maior parcela das respostas, com expressivos 41,72%, evidenciando um ambiente de sala de aula propício ao diálogo para grande parte dos alunos. A avaliação "Regular" aparece em seguida, abarcando 30,46% da amostra, enquanto a classificação de excelência ("Ótimo") foi apontada por 15,23%. As percepções de atrito ou distanciamento perfazem uma minoria, somando cerca de 12% (8,61% para "Ruim" e 3,31% para "Péssimo").

No tocante à percepção sobre a própria **participação dos discentes em sala de aula**, o cenário mantém-se favorável, embora com uma distribuição um pouco mais diluída. A avaliação "Bom" lidera estreitamente com 35,10%, acompanhada muito de perto pela classificação "Regular", que obteve 31,13%. A opção "Ótimo" registrou 19,21% de adesão. O índice de avaliações negativas ("Ruim" com 7,95% e "Péssimo" com 5,96%) indica que, embora a maioria sinta que há um bom nível de engajamento, ainda existem barreiras para a participação ativa de todos os estudantes.

Ao avaliar um aspecto mais administrativo e de planejamento, a **frequência e motivos para o cancelamento de aulas** apresenta uma tendência de mediania. Neste quesito, a maior fatia dos respondentes (32,45%) considerou a situação "Regular". As avaliações positivas somam em torno de 43%, sendo 26,49% para "Bom" e 16,56% para

"Ótimo". É importante destacar, no entanto, que quase 20% dos discentes demonstraram insatisfação com a forma como os cancelamentos ocorrem ("Ruim" com 11,92% e "Péssimo" com 7,95%), sugerindo a necessidade de maior previsibilidade e transparência por parte do corpo docente. Essa fricção administrativa torna-se ainda mais evidente ao se analisar a **conveniência dos horários de aulas de reposição**, conforme demonstrado na **figura 59**.

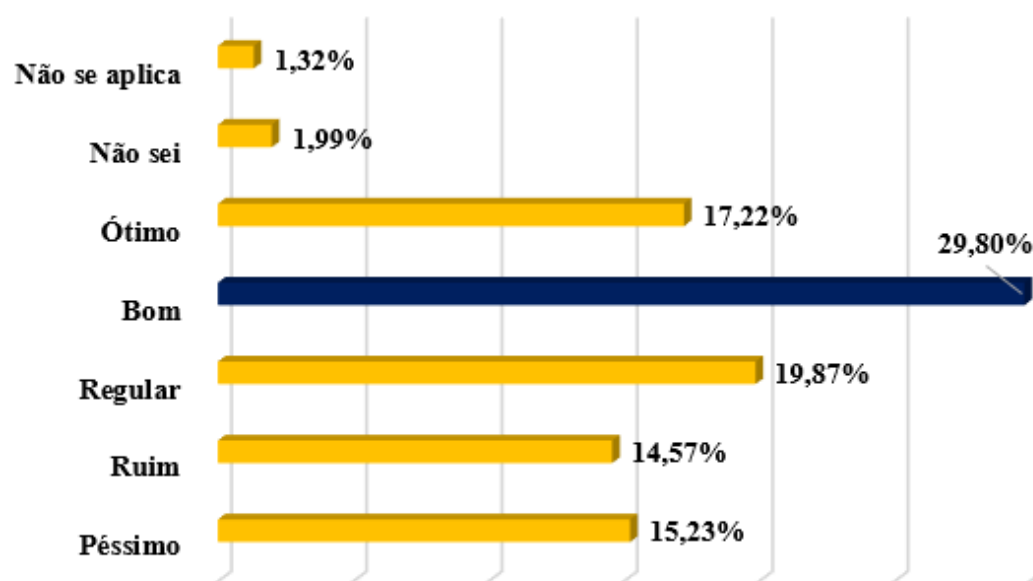


Figura 59 - Conveniência dos horários de reposição.

Este indicador desponta como um dos mais críticos do bloco. Embora a opção "Bom" ainda figure como a mais escolhida individualmente (29,80%), nota-se um forte avanço das avaliações negativas. As alternativas "Péssimo" (15,23%) e "Ruim" (14,57%) somam quase 30% das respostas, superando consideravelmente a classificação "Ótimo" (17,22%). A opção "Regular" obteve 19,87%. Esses números escancaram o desafio logístico de conciliar as grades curriculares, evidenciando que as reposições frequentemente entram em choque com a rotina dos alunos. Por outro lado, o **interesse no preparo das aulas** por parte dos professores é reconhecido de forma mais equilibrada, como ilustra a **figura 60** a seguir.

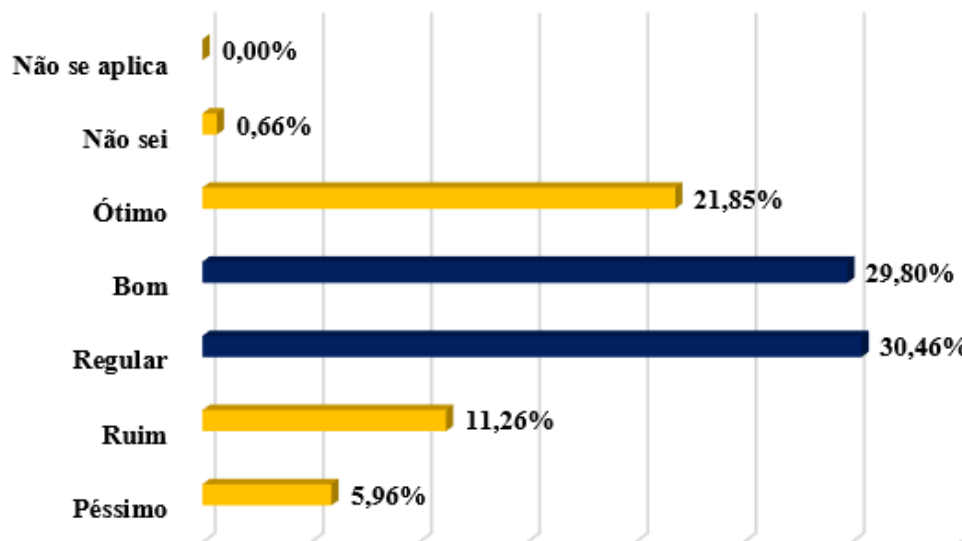


Figura 60 - Percepção do interesse no preparo das aulas.

O gráfico exibe um empate técnico no topo das percepções: 30,46% dos alunos avaliam o preparo como "Regular" e 29,80% o consideram "Bom". A alternativa "Ótimo" reúne expressivos 21,85% das opiniões. As classificações negativas, embora presentes, são menores ("Ruim" com 11,26% e "Péssimo" com 5,96%), indicando que o esforço pedagógico do corpo docente é, em sua maior parte, notado e validado pela comunidade estudantil.

Um ponto de forte atenção, contudo, surge na avaliação sobre o **estímulo de atividades de pesquisa ou atividades extracurriculares de caráter profissionalizante**. Os dados referentes a este quesito estão expostos na **figura 61**:

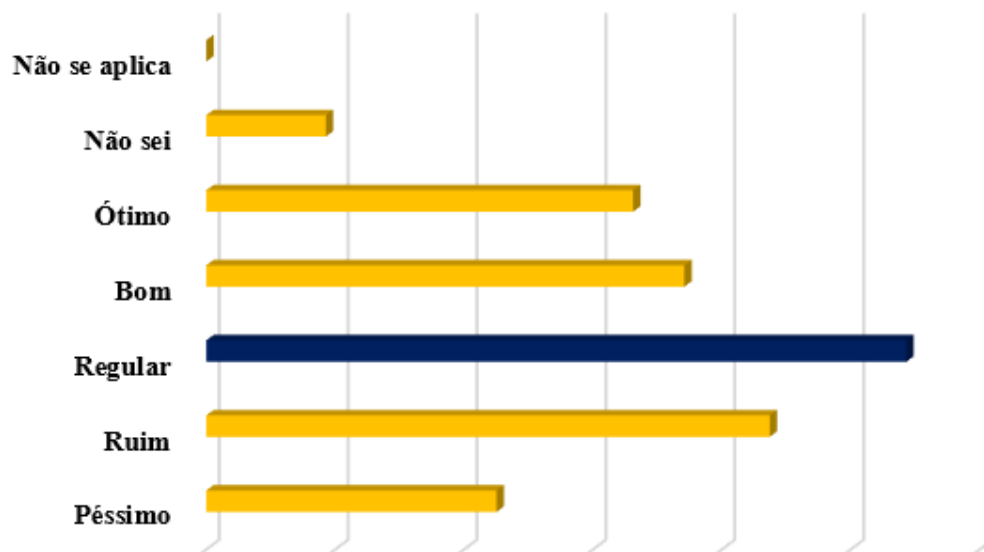


Figura 61- Estímulo a atividades extracurriculares e pesquisa.

Nesta métrica, a insatisfação discente revela-se aguda. A alternativa "Regular" lidera com 27,15%, mas o somatório das avaliações negativas atinge patamares preocupantes: 21,85% assinalaram "Ruim" e 11,26% marcaram "Péssimo". Conseqüentemente, as avaliações favoráveis ("Bom" com 18,54% e "Ótimo" com 16,56%) figuram em desvantagem. O cenário aponta para um déficit no incentivo diário em sala de aula para que o aluno busque oportunidades além do currículo básico.

Esse distanciamento acadêmico culmina no diagnóstico de comunicação institucional medido ao final do bloco. Solicitados a classificar seu grau de concordância com a afirmativa "**Conheço as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIVASF para os estudantes**", o resultado é o mais alarmante de toda a seção.

A massiva parcela de 42,38% dos discentes declarou que "Discordo totalmente" da afirmação, somando-se a 12,58% que "Discordo parcialmente". Juntas, as respostas que indicam desconhecimento das políticas da instituição chegam a impressionantes 55%. O índice de neutralidade ("Indiferente") foi de 19,21%. Apenas cerca de um quarto dos alunos atesta conhecer tais diretrizes, dividindo-se entre "Concordo parcialmente" (19,87%) e uma minoria de "Concordo totalmente" (apenas 5,96%). Evidencia-se, de forma irrefutável, um severo gargalo na divulgação e capilaridade dos direitos, deveres e oportunidades vigentes na universidade.

Avançando na avaliação estrutural, os discentes foram questionados sobre sua percepção em relação às políticas de melhoria do ensino. O primeiro item abordado foi a **formação e capacitação discente**, cujos resultados estão expostos na **figura 62**.

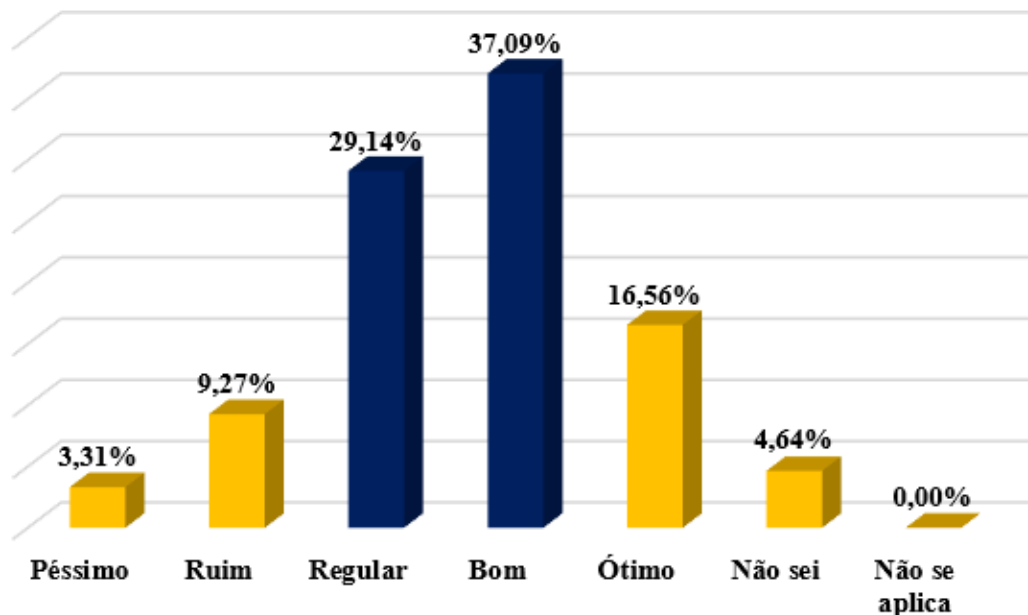


Figura 62 - Políticas de formação e capacitação discente

O gráfico ilustra um cenário majoritariamente positivo, com 37,09% dos alunos avaliando as políticas como "Bom" e 16,56% como "Ótimo". A opção "Regular" representa 29,14% das opiniões. As avaliações negativas somam 12,58% (9,27% para "Ruim" e 3,31% para "Péssimo"), indicando que, na visão da maioria, as ações voltadas para a capacitação estudantil são satisfatórias.

Por outro lado, quando o tema é a **difusão e consolidação de monitorias de ensino**, a avaliação apresenta-se um pouco mais dispersa. A opção "Bom" lidera com 28,48%, seguida de perto por "Regular" (25,17%). A classificação "Ótimo" obteve 16,56% de adesão. É notório o aumento da insatisfação em relação ao item anterior, visto que as alternativas "Ruim" (11,26%) e "Péssimo" (3,31%) totalizam 14,57%. Soma-se a isso um índice de 13,25% de desconhecimento ("Não sei"), sugerindo a necessidade de maior divulgação sobre as monitorias disponíveis. No que tange à **formação, consolidação e constituição de programas de pesquisa em iniciação docência**, o panorama pode ser observado na **figura 63**.

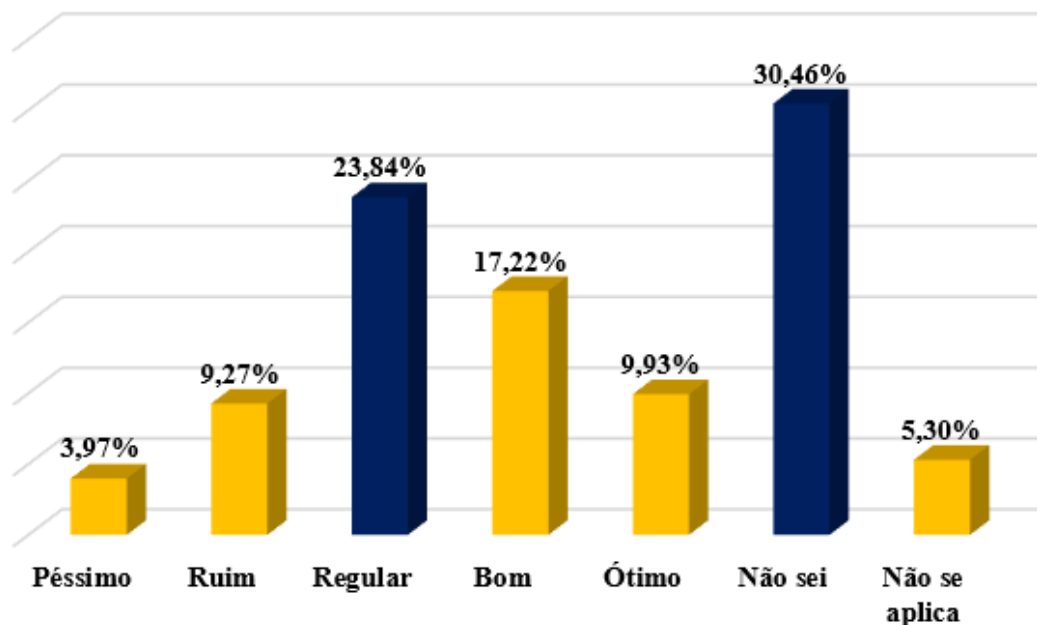


Figura 63 - Programas de pesquisa em iniciação à docência.

A figura denota uma forte polarização impulsionada pelo desconhecimento. A opção mais assinalada pelos discentes foi "Não sei", correspondendo a expressivos 30,46%. Entre aqueles que emitiram uma avaliação ativa, as opções "Regular" (23,84%) e "Bom" (17,22%) foram as mais frequentes. A alternativa "Ótimo" registrou 9,93%, enquanto as percepções negativas ("Ruim" e "Péssimo") somaram pouco mais de 13%. Este dado escancara a urgência de uma comunicação mais assertiva para aproximar os estudantes dos programas de iniciação à docência.

Aprofundando a temática investigativa, o questionário buscou aferir o envolvimento prático do alunado perguntando: "**Em 2025 você participou de alguma atividade de pesquisa na Univasf?**". Os dados são elucidativos e encontram-se na **figura 64**.

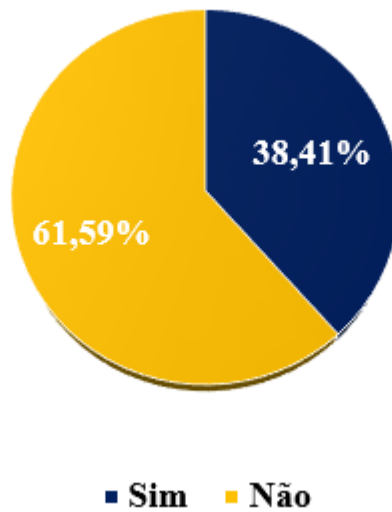


Figura 64 - Engajamento discente em atividades de pesquisa.

Constata-se que a participação em pesquisas não é uma realidade para a maioria dos alunos da amostra. Mais de 60% (61,59%) declararam não ter participado de nenhuma atividade desse cunho. Por sua vez, a parcela de estudantes engajados cientificamente soma 38,41%.

Aos estudantes que responderam positivamente, solicitou-se identificar **quais as atividades de pesquisa** em que estiveram envolvidos, com possibilidade de múltiplas escolhas. Entre os alunos atuantes, a categoria "Outro projeto de pesquisa" desponta com 40,30%, indicando uma pluralidade de iniciativas além dos programas tradicionais. Os programas institucionais também demonstram força: o PIBIC contou com a participação de 29,85% dos estudantes engajados, seguido de perto pelo PIVIC, com 26,87%. A participação em pesquisas vinculadas à pós-graduação é natural e compreensivelmente residual entre discentes da graduação, registrando 1,49% tanto para Mestrado quanto para Doutorado.

Avançando na investigação sobre a difusão do conhecimento, o questionário buscou saber se o estudante **já participou de algum evento da universidade direcionado à divulgação da produção científica da comunidade acadêmica**. A resposta do corpo discente aponta para um cenário de bom engajamento: a expressiva maioria, equivalente a 66,89%, afirmou ter participado desse tipo de evento. Em contrapartida, 33,11% assinalaram "Não". Esse panorama indica que as ações de

socialização científica possuem um alcance considerável entre os alunos. Contudo, ao afunilar essa participação para um envolvimento mais contínuo, questionando se **em 2024 o aluno participou de algum programa de extensão**, a realidade se mostra um pouco mais restrita, conforme ilustra a **figura 65**.

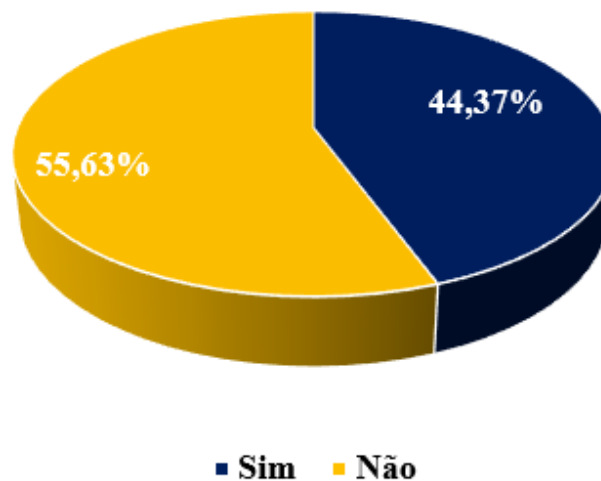


Figura 65 - Participação discente em programas de extensão.

Os dados evidenciam que a maior parcela da amostra (55,63%) não esteve vinculada a programas de extensão no ano avaliado. A proporção de alunos que declararam participação efetiva ("Sim") foi de 44,37%, demonstrando que, embora haja adesão, a extensão ainda não atinge a maioria do alunado em sua vivência prática.

Um dos fatores que possivelmente impacta esse engajamento é o fomento financeiro. Ao perguntar aos estudantes atuantes se **receberam bolsa**, o levantamento expõe um gargalo significativo, visível na **figura 66** a seguir.

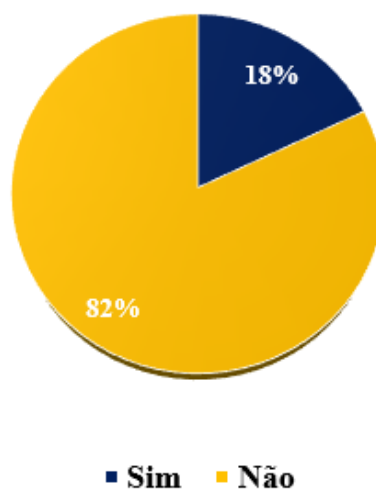


Figura 66 - Recebimento de bolsa pelos discentes.

O gráfico escancara que a ampla maioria do trabalho discente ocorre de forma voluntária: 82,09% afirmaram não receber bolsa. Apenas 17,91% dos respondentes contaram com esse tipo de auxílio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades, o que pode limitar a permanência e a dedicação exclusiva de muitos alunos aos projetos.

Entrando na avaliação mais opinativa, a pesquisa solicitou a visão dos discentes sobre as políticas de Extensão na UNIVASF. O primeiro ponto avaliado foi o **aperfeiçoamento e incentivo à Extensão**, cujos resultados estão expostos na **figura 67**:

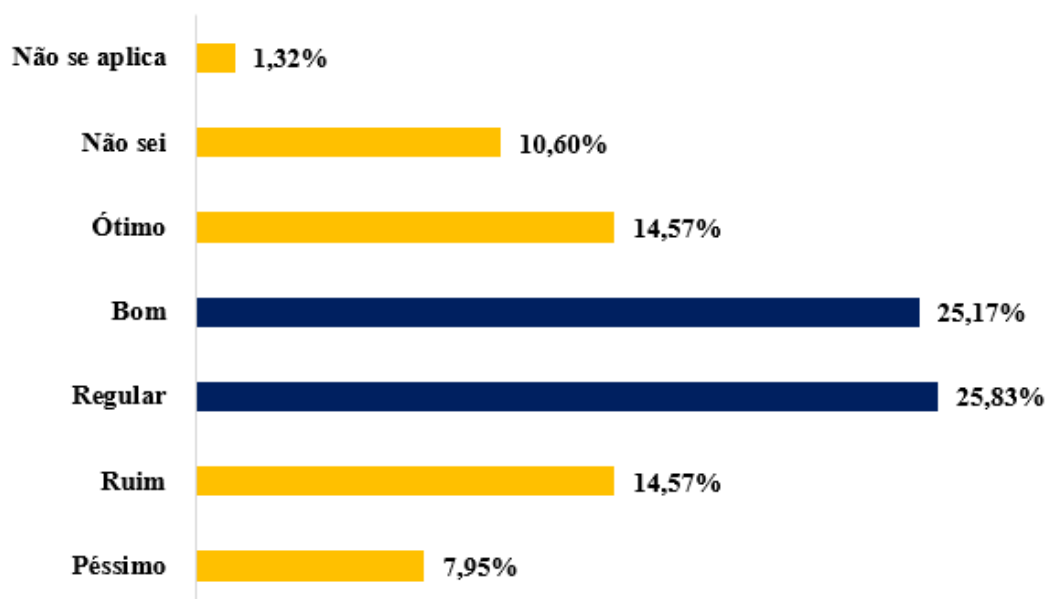


Figura 67 - Avaliação do aperfeiçoamento e incentivo à Extensão.

Nota-se um equilíbrio nas opiniões, com uma leve tendência à mediania. As avaliações "Regular" (25,83%) e "Bom" (25,17%) estão virtualmente empatadas no topo das escolhas. A opção "Ótimo" e a opção "Ruim" também apresentaram um empate exato, ambas com 14,57%. A classificação "Péssimo" representou 7,95%. Um índice que chama a atenção é o de desconhecimento, com 10,60% dos alunos marcando "Não sei", reforçando a necessidade de maior divulgação interna das ações de incentivo.

Por outro lado, o mérito dos projetos executados é validado pela comunidade estudantil. Quando questionados sobre a **lógica da Extensão na UNIVASF e sua relação com contexto regional**, o cenário é notavelmente mais positivo. A alternativa "Bom" assume a liderança isolada com 32,45%, seguida por "Regular" (23,84%) e "Ótimo" (15,23%). A soma das avaliações desfavoráveis é menor neste quesito (8,61% para "Ruim" e 5,30% para "Péssimo"), sugerindo que os alunos percebem uma aderência forte entre o que é produzido na universidade e as demandas da sociedade do entorno. O desconhecimento ("Não sei") para esta métrica foi de 13,25%.

Finalizando este bloco, buscou-se entender como os alunos enxergam as **correlações entre as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão** na prática acadêmica. Os dados revelam um rigoroso empate na percepção de transversalidade: as opções "Regular" e "Bom" dividem o primeiro lugar, ambas com 25,83% das respostas. O índice "Não sei" atinge seu maior pico neste subgrupo (15,89%), indicando que a articulação teórica do tripé universitário pode não ser tão clara ou visível para parte dos estudantes. A avaliação "Ótimo" pontuou 12,58%, ao passo que a insatisfação abarcou 9,93% ("Ruim") e 7,95% ("Péssimo").

Encerrando a avaliação sobre as políticas acadêmicas, o questionário abordou o nível de informação dos discentes da graduação a respeito dos níveis subsequentes de formação. Primeiramente, indagou-se se **existe alguma política de incentivo ao ingresso na pós-graduação na UNIVASF**. O panorama das respostas está ilustrado na **figura 68** a seguir.

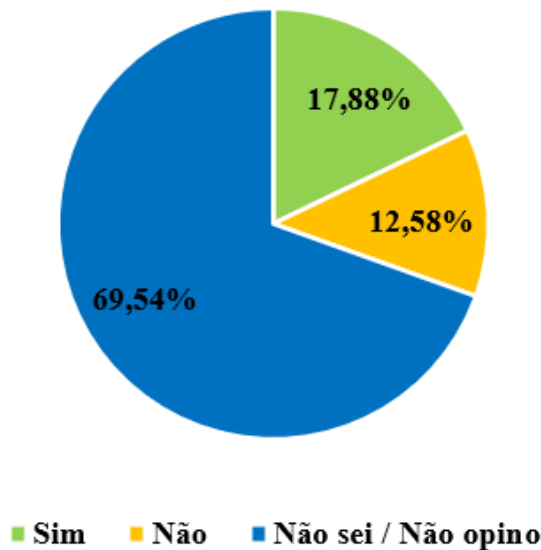


Figura 68 - Conhecimento sobre a política de incentivo à pós-graduação.

A análise da figura evidencia um massivo desconhecimento sobre o tema por parte do corpo discente. A esmagadora maioria, correspondendo a 69,54% da amostra, assinalou a opção "Não sei / Não opino". Entre a minoria que emitiu um julgamento categórico, 17,88% afirmam que "Sim", conhecem a existência da política, enquanto 12,58% declararam que "Não". Esses dados são compreensíveis dada a natureza da graduação, mas atestam que as campanhas de fomento e transição para os mestrados e doutorados da instituição não possuem forte capilaridade entre os alunos que ainda estão na primeira etapa de formação superior.

Esse distanciamento informacional torna-se ainda mais agudo quando o foco recai sobre a etapa de consolidação profissional. Ao questionar se **existe alguma política de acompanhamento de egressos da pós-graduação na UNIVASF**, a taxa de incerteza atinge seu ápice em toda a seção. Impressionantes 84,11% dos estudantes optaram pela resposta "Não sei / Não opino". A parcela que acredita não existir tal política ("Não") somou 8,61%, superando ligeiramente os escassos 7,28% que responderam "Sim". Como esperado, a ponte entre um estudante de graduação e um egresso da pós-graduação é consideravelmente distante, contudo, a magnitude da neutralidade reforça que as iniciativas de mapeamento e contato com os ex-alunos operam com quase total invisibilidade perante a comunidade acadêmica mais ampla.

3.3.2. Infra-estrutura física

Iniciando a avaliação da infra-estrutura física da instituição, o questionário buscou a percepção discente sobre os espaços práticos do curso. O primeiro aspecto questionou se **existem laboratórios estruturados com disponibilidade para dar suporte às disciplinas oferecidas**, cujos dados estão ilustrados na **figura 69**.

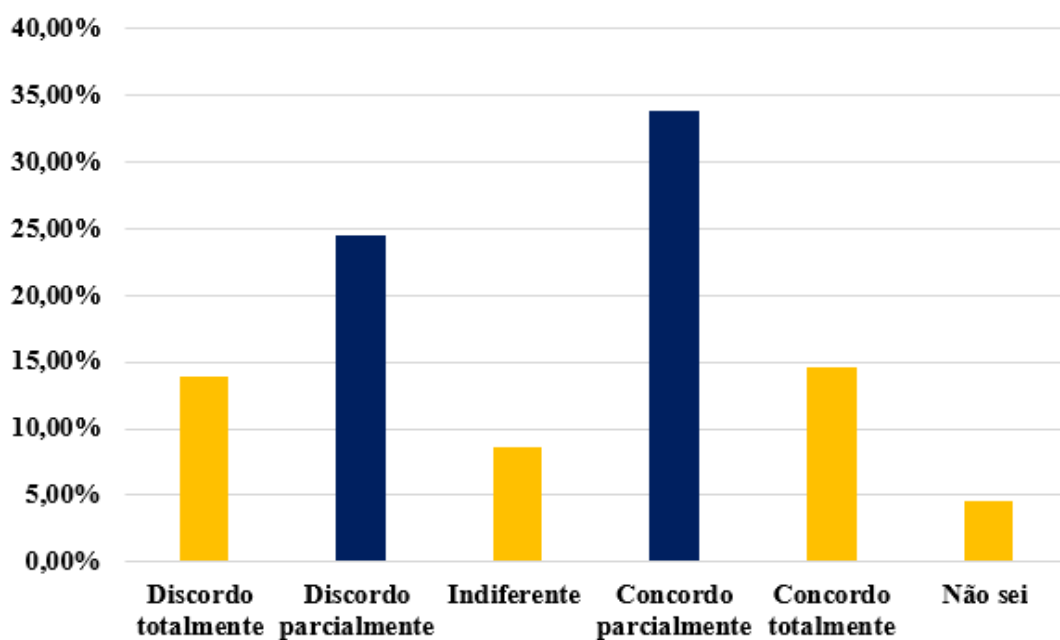


Figura 69 - Disponibilidade e estruturação de laboratórios (Discentes).

A figura revela uma percepção dividida entre os estudantes. A opção "Concordo parcialmente" obteve a maior adesão, com 33,77%, seguida pela classificação "Discordo parcialmente", que alcançou 24,50%. O índice de concordância total foi de 14,57%, empatado estatisticamente com a discordância total, que registrou 13,91%. Essa fragmentação sugere que a disponibilidade estrutural atende de forma parcial ou desigual às diferentes demandas de aulas práticas dos alunos.

Avaliando a capacidade espacial, os discentes foram indagados se **os laboratórios são adequados ao número de alunos por aula prática**. A divisão de opiniões se mantém, mas com um viés levemente mais crítico. A concordância parcial

lidera com 31,13%, porém o somatório das avaliações negativas ultrapassa os 43% (sendo 23,18% para "Discordo parcialmente" e 20,53% para "Discordo totalmente"). Apenas 15,23% concordam totalmente com a adequação do tamanho ou da alocação das turmas nesses espaços.

No que tange aos recursos materiais, questionou-se se **os equipamentos dos laboratórios são adequados às necessidades do curso**. Neste ponto, a discordância assume a dianteira. A opção "Discordo parcialmente" concentrou 31,79% das respostas, acompanhada por 18,54% de discordância total. As parcelas que enxergam adequação no maquinário são menores: 24,50% concordam parcialmente e 10,60% concordam totalmente, apontando para uma defasagem tecnológica ou insuficiência de aparelhos. Essa percepção é corroborada ao se analisar se **os equipamentos dos laboratórios têm bom estado de funcionamento**, aspecto detalhado na **figura 70** a seguir.

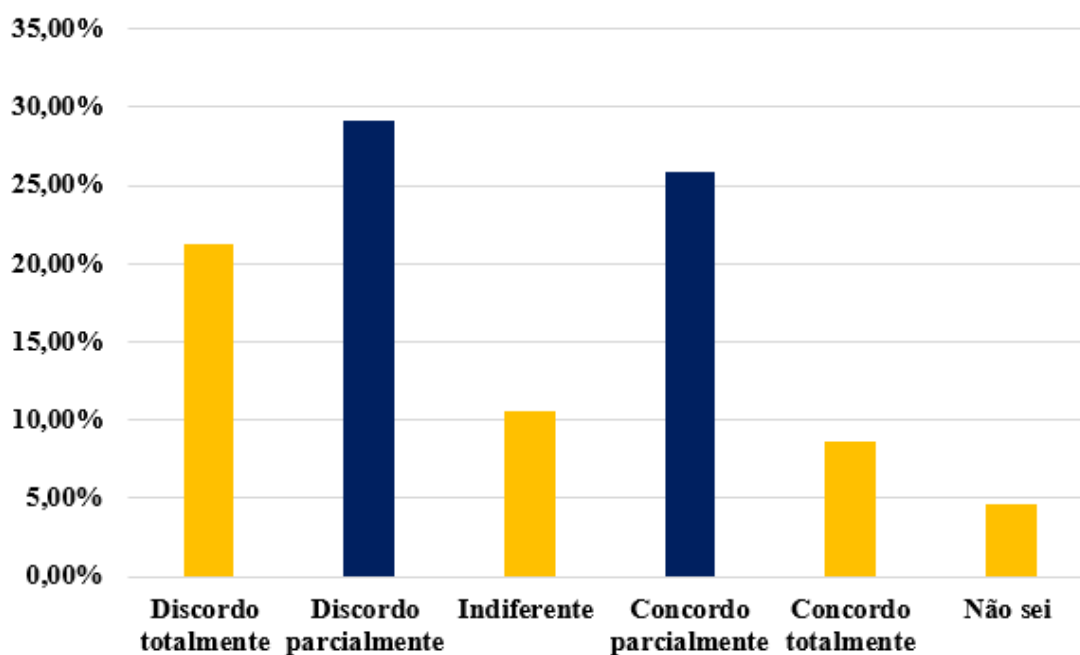


Figura 70 - Estado de funcionamento dos equipamentos (Discentes).

O gráfico expõe um alerta quanto à manutenção estrutural. O nível de discordância parcial atinge 29,14%, ao passo que 21,19% dos alunos discordam totalmente que os equipamentos estejam em bom estado. Em contrapartida, 25,83% concordam parcialmente e uma minoria de 8,61% atesta a concordância total com a afirmação, evidenciando que quebras ou obsolescência são problemas recorrentes na rotina de práticas.

Agravando o cenário, o provimento de insumos básicos é avaliado de forma bastante severa. Quando perguntados se **o material de consumo dos laboratórios é suficiente**, os alunos expressam forte insatisfação: a resposta "Discordo totalmente" desponta com 32,45%, seguida de perto por "Discordo parcialmente" (28,48%). Apenas cerca de 22% dos estudantes concordam (parcial ou totalmente) que há suficiência de materiais. Essa carência crônica de insumos restringe significativamente a execução plena das disciplinas prontas. Do ponto de vista dos recursos humanos, a avaliação sobre a **quantidade de técnicos de laboratório ser suficiente para a demanda** está representada na **figura 71**:

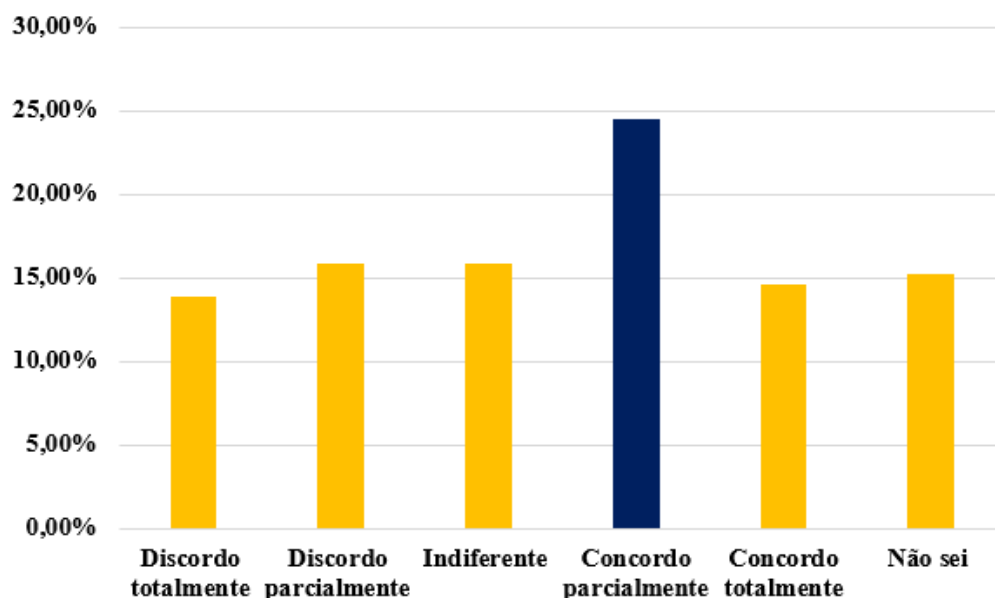


Figura 71 - Adequação da quantidade de técnicos (Discentes).

A distribuição neste quesito mostra-se muito pulverizada. A alternativa "Concordo parcialmente" obteve 24,50%, enquanto as demais opções oscilaram na faixa dos 13% aos 15% (15,89% para "Discordo parcialmente" e "Indiferente"; 14,57% para "Concordo totalmente"; 13,91% para "Discordo totalmente"). Nota-se ainda um índice de 15,23% para a opção "Não sei", indicando que parte dos alunos não tem clareza sobre o dimensionamento das equipes técnicas.

Em contraste com as críticas aos equipamentos e materiais, a qualidade do trabalho prestado pelas equipes é bastante reconhecida. Ao avaliar se **os serviços**

técnicos de apoio nos laboratórios são qualificados, o cenário torna-se positivo: 27,15% dos discentes "Concordam totalmente" e 25,17% "Concordam parcialmente". As avaliações negativas não chegam a 20% somadas. Isso demonstra um forte reconhecimento da competência e do esforço dos servidores, apesar das adversidades materiais.

Passando para a avaliação das **salas de aula do campus**, o primeiro item abordado foi o **conforto térmico**. O ambiente é avaliado de forma predominantemente regular a boa: a opção "Bom" obteve 27,81%, seguida por "Regular" (23,84%) e "Ótimo" (19,87%). O índice de avaliações negativas ("Ruim" com 14,57% e "Péssimo" com 11,26%) aponta que falhas pontuais de climatização ocorrem, mas não configuram a regra geral.

No que concerne à **capacidade de acomodação** física nas salas, a percepção estudantil é muito favorável. A classificação "Bom" destacou-se com 36,42%, acompanhada de perto pela opção "Ótimo" (25,83%). A alternativa "Regular" figurou com 21,85%, e as avaliações de insatisfação ("Ruim" e "Péssimo") ficaram restritas a apenas 6,62% cada.

Por outro lado, o aparato tecnológico disponível nesses ambientes suscita preocupações, conforme demonstra a análise dos **recursos didáticos (audiovisuais e lousa)** na **figura 72**.

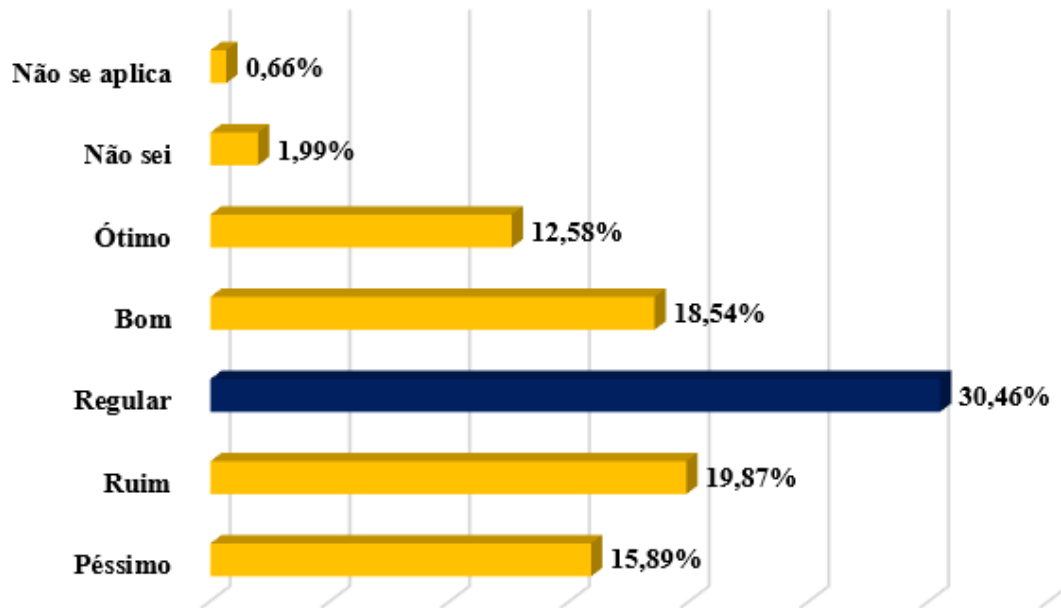


Figura 72 - Recursos didáticos nas salas de aula (Discentes).

O gráfico evidencia um panorama mediano tendendo à criticidade. A avaliação "Regular" concentra a maior fatia das respostas (30,46%). Contudo, as alternativas negativas superam as positivas: a soma das opções "Ruim" (19,87%) e "Péssimo" (15,89%) é expressivamente maior que as classificações "Bom" (18,54%) e "Ótimo" (12,58%). Fica claro, portanto, que *datashows*, computadores ou os próprios quadros necessitam de modernização frequente.

Finalizando a seção, a pesquisa avaliou os **laboratórios de informática de acesso comum a todos os cursos**. Um traço marcante em todos os itens deste subgrupo é o alto índice de desconhecimento, com respostas "Não sei" frequentemente ultrapassando a marca dos 20%, o que indica um subuso desses espaços comuns pela comunidade discente atual.

Sobre a **capacidade de acomodação** desses laboratórios de informática, a opção "Regular" liderou entre os que avaliaram, com 23,84%, enquanto "Não sei" obteve 22,52%. As opções "Ruim" (13,91%) e "Péssimo" (12,58%) ficaram próximas da avaliação "Bom" (15,89%). A infraestrutura computacional disponível é detalhada na avaliação da **quantidade de computadores**, ilustrada na **figura 73**.

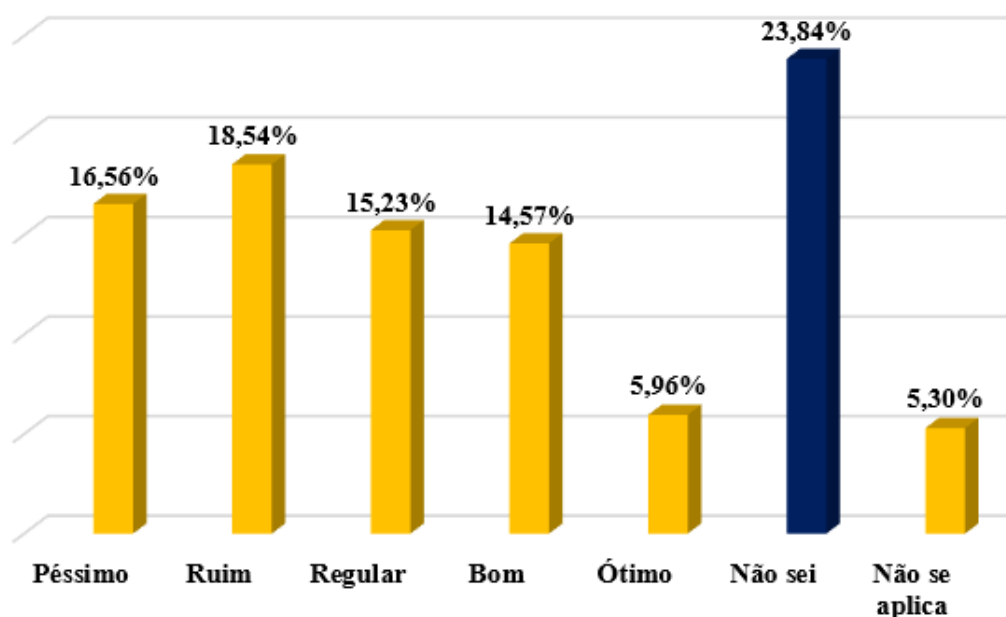


Figura 73 - Quantidade de computadores nos laboratórios de acesso comum.

O gráfico destaca a forte prevalência da opção "Não sei" (23,84%). Excluindo o desconhecimento, as percepções de insuficiência dominam o cenário: "Ruim" registrou 18,54% e "Péssimo" 16,56%, enquanto a soma das opções favoráveis mal ultrapassa os 20% ("Bom" com 14,57% e "Ótimo" com 5,96%). O diagnóstico sobre as máquinas se repete ao avaliar o **desempenho dos computadores**, conforme mostra a **figura 74**.

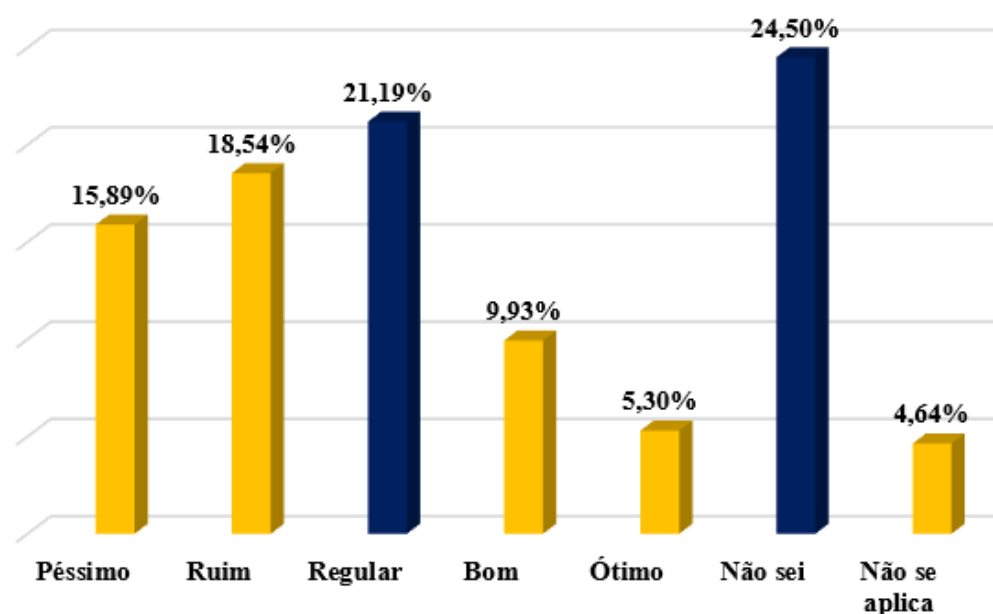


Figura 74- Desempenho dos computadores nos laboratórios de acesso comum.

A alternativa "Não sei" salta para 24,50%. Aqueles que utilizam os equipamentos tendem a classificá-los de forma insatisfatória ou mediana: "Regular" obteve 21,19%, acompanhado de perto por "Ruim" (18,54%) e "Péssimo" (15,89%). A classificação "Bom" despencou para apenas 9,93%, evidenciando que as máquinas requerem urgentes atualizações de hardware e software para se tornarem plenamente úteis.

Concluindo o bloco, o **acesso e qualidade da internet** nesses espaços reflete o mesmo distanciamento e crítica. A alternativa "Regular" lidera (26,49%), seguida pela taxa de "Não sei" (21,85%). A insatisfação também é patente, com 17,22% assinalando "Péssimo" e 13,25% "Ruim", o que reforça que a estabilidade e velocidade da rede institucional são alvos frequentes de reclamações.

3.3.3. Atendimento a estudantes e egressos

Iniciando a análise sobre as políticas de atendimento e assistência, o questionário buscou entender a percepção do discente quanto à sua experiência na Univasf. O primeiro aspecto avaliado foi a **forma de ingresso na universidade**. A recepção a essa política é amplamente positiva: quase metade da amostra (47,68%) a avalia como "Bom", somando-se a 25,83% que a classificam como "Ótimo". A alternativa "Regular" foi assinalada por 19,21% dos estudantes. O nível de insatisfação com os processos seletivos é muito baixo, registrando 3,31% para "Ruim" e 1,99% para "Péssimo", o que valida as metodologias de acesso adotadas pela instituição.

Em seguida, o foco voltou-se para a rotina administrativa, avaliando o **atendimento prestado aos estudantes pela universidade**. A distribuição das opiniões sobre este serviço está ilustrada na **figura 75**.

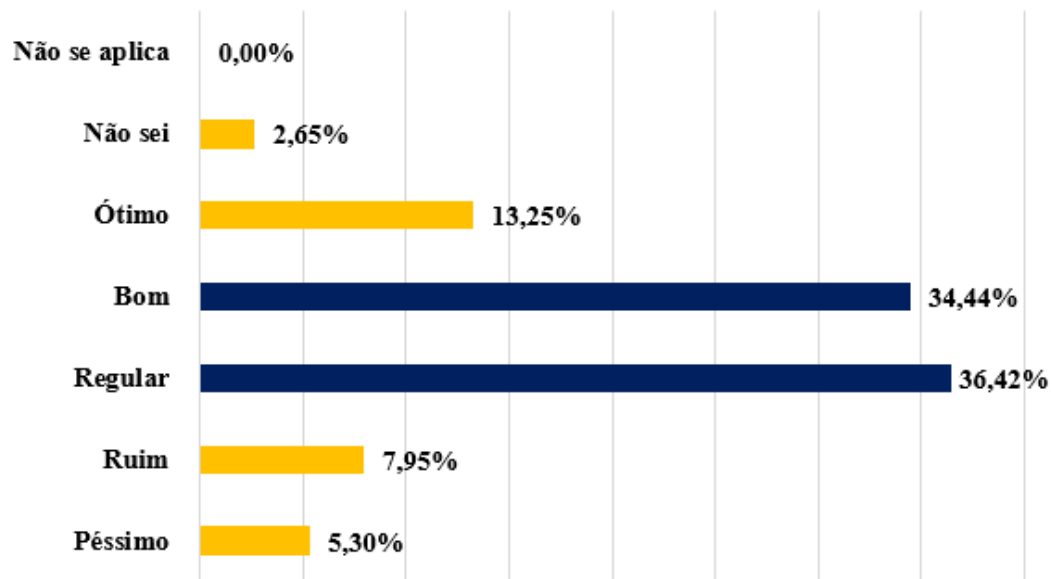


Figura 75 - Avaliação do atendimento prestado aos estudantes.

O cenário apresentado revela um atendimento considerado funcional, porém com margem para aprimoramento. Há um empate técnico no topo das avaliações: a maior parcela (36,42%) considera o serviço "Regular", seguida muito de perto pela classificação "Bom" (34,44%). A avaliação "Ótimo" obteve 13,25%. Contudo, a soma das percepções negativas ultrapassa os 13% ("Ruim" com 7,95% e "Péssimo" com 5,30%), indicando que processos burocráticos ou a comunicação das secretarias e setores de apoio ainda geram atritos para uma parte do corpo discente.

Um dos pilares fundamentais para a permanência acadêmica é o suporte financeiro. Questionados se **são ou já foram beneficiados com algum tipo de bolsa de assistência estudantil**, o panorama de alcance dessas políticas é evidenciado na **figura 76** a seguir.

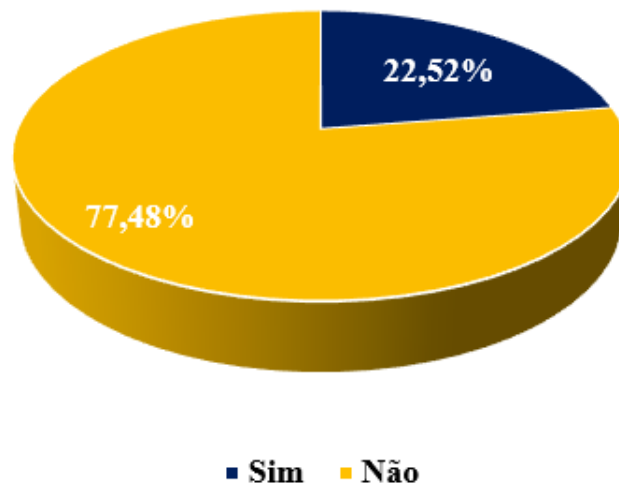


Figura 76 - Acesso a bolsas de assistência estudantil.

O gráfico escancara que as políticas de auxílio não atingem a grande maioria dos alunos. Expressivos 77,48% dos respondentes afirmaram que "Não" recebem ou receberam bolsas de assistência. Apenas 22,52% confirmaram ter acesso a esse benefício ("Sim"). Essa disparidade reflete as limitações orçamentárias comuns às instituições públicas, o que restringe a capacidade de oferecer suporte financeiro contínuo a um volume maior de estudantes em vulnerabilidade.

Passando para a infraestrutura de apoio à permanência, o levantamento investigou se **existe restaurante universitário no campus ou alguma política de auxílio alimentação**. A grande maioria dos alunos (84,77%) respondeu afirmativamente, indicando uma boa cobertura estrutural nesse sentido, enquanto apenas 15,23% declararam a ausência do serviço.

Todavia, a constatação da existência do serviço contrasta drasticamente com a qualidade percebida. Ao serem solicitados a avaliar o **restaurante universitário ou a política de auxílio alimentação**, o diagnóstico é o mais severo de todo o bloco, conforme mostra a **figura 77**.

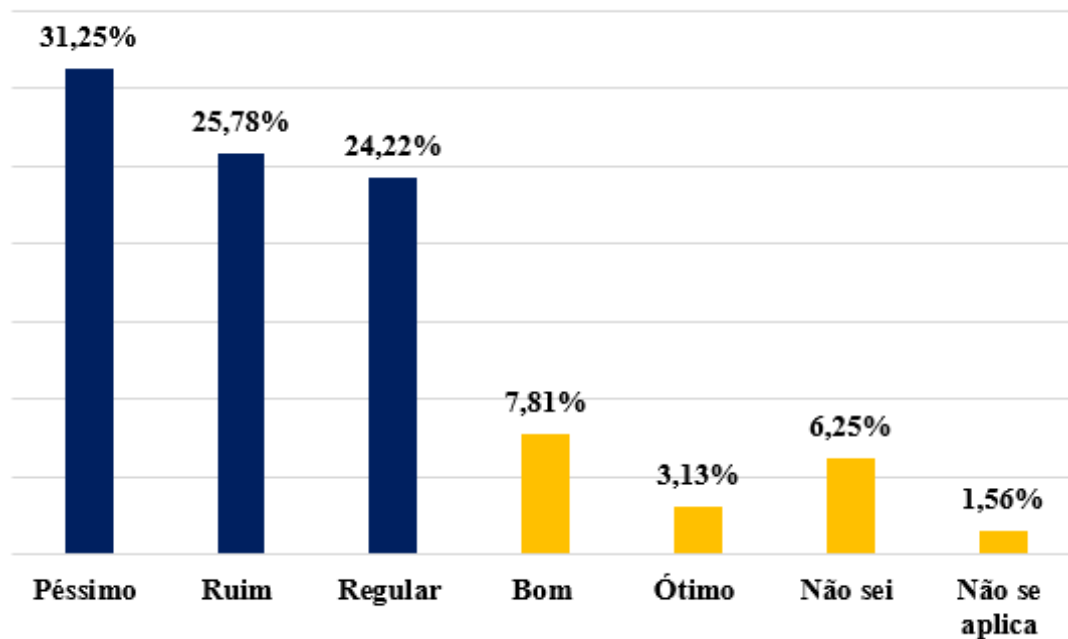


Figura 77 - Avaliação do Restaurante Universitário / Auxílio Alimentação.

A insatisfação com a alimentação fornecida é aguda e generalizada. A classificação "Péssimo" lidera as respostas com 31,25%, acompanhada pela avaliação "Ruim", que atinge 25,78%. Juntas, as avaliações de reprovação somam expressivos 57%. A alternativa "Regular" figurou com 24,22%. O índice de aprovação do serviço é alarmantemente baixo: "Bom" obteve apenas 7,81% e "Ótimo" minguados 3,13%. Esses números expõem um ponto de crise na assistência estudantil, exigindo intervenções urgentes na gestão, qualidade e fiscalização dos serviços de nutrição oferecidos aos alunos. As principais reclamações foram no preço alto com uma baixa qualidade, sendo um dos mais caros do país, com atrasos na abertura e falta do P2.

Avançando para o escrutínio da gestão direta dos cursos, o levantamento solicitou aos estudantes que avaliassem a atuação de suas respectivas coordenações. O primeiro aspecto medido foi se **a coordenação do curso é acessível ao aluno**. O cenário apontado pela comunidade discente pode ser observado na **figura 78**.

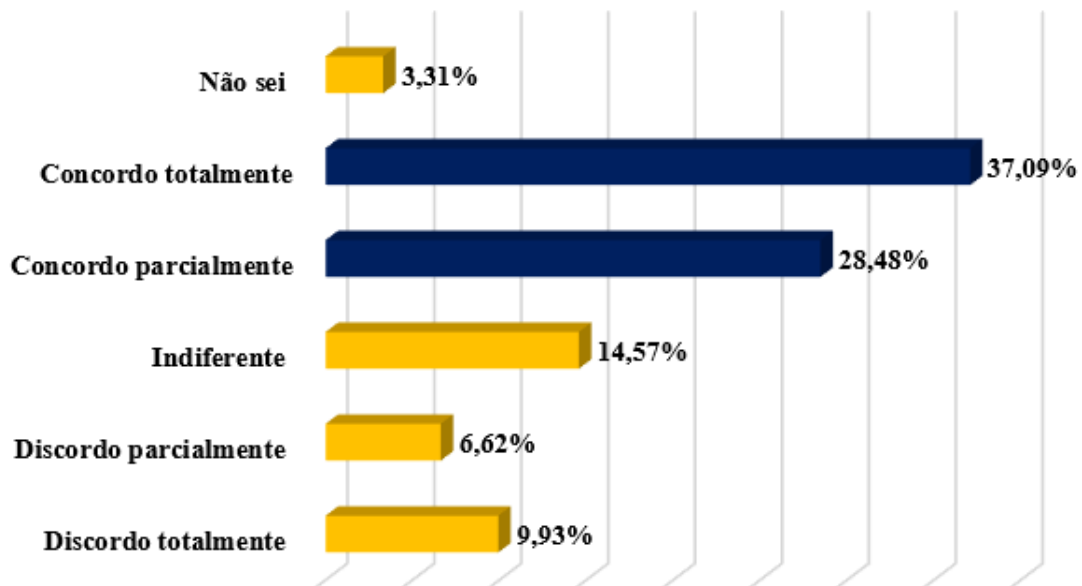


Figura 78 - Acessibilidade da coordenação do curso.

A leitura do gráfico revela um diagnóstico bastante positivo quanto à abertura dos gestores. A alternativa "Concordo totalmente" lidera com folga, abarcando 37,09% das respostas, seguida por "Concordo parcialmente" com 28,48%. O somatório dessas percepções indica que mais de 65% dos alunos sentem facilidade em acessar a coordenação quando necessário. As opções de discordância total (9,93%) e parcial (6,62%) representam uma parcela menor, enquanto a indiferença registrou 14,57%.

Essa avaliação favorável se estende, embora de forma ligeiramente mais moderada, à capacidade resolutiva do setor. Ao julgar se **a coordenação contribui para resolver os problemas de ensino/aprendizagem**, as opiniões dividem-se quase igualmente no topo: 29,80% concordam parcialmente e 28,48% concordam totalmente. Contudo, nota-se um aumento na insatisfação em relação à acessibilidade: 12,58% discordam parcialmente e 9,93% discordam totalmente que haja resolução efetiva dos entraves vivenciados, sugerindo que, apesar de acessível, o setor por vezes esbarra em limitações burocráticas ou estruturais para solucionar demandas.

No que tange à proatividade da gestão, avaliada pela afirmativa de que **a coordenação propõe medidas visando melhorar as condições de ensino aprendizagem**, os dados estão detalhados na **figura 79** a seguir.

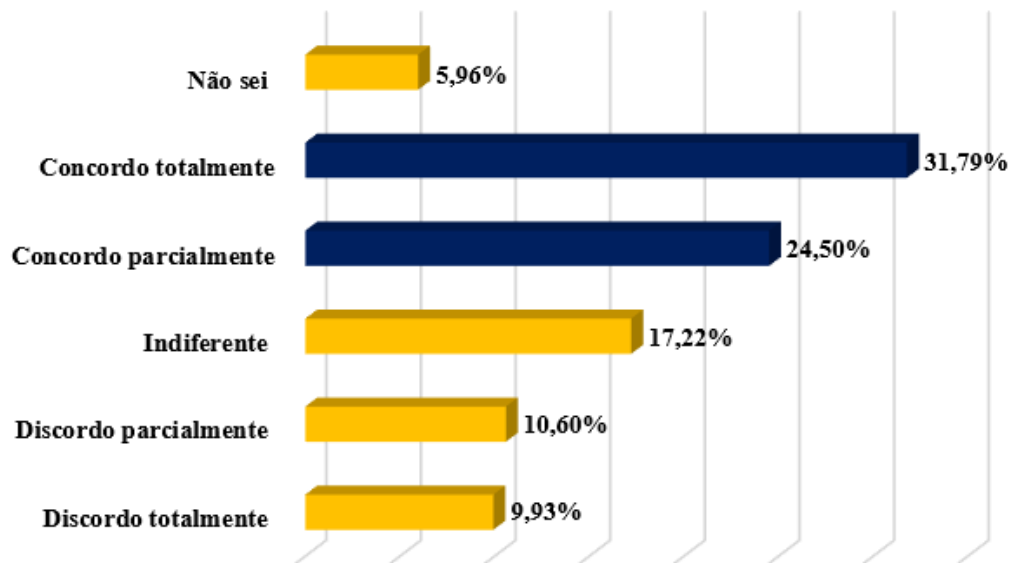


Figura 79 - Proposição de medidas pela coordenação.

Os números apontam para o reconhecimento do esforço propositivo dos coordenadores. A concordância total volta a liderar (31,79%), acompanhada da concordância parcial (24,50%). É interessante observar o índice de 17,22% de discentes que se mostraram "Indiferentes" a esta questão, o que pode sinalizar que parte das ações e melhorias propostas não chega ao conhecimento de todos os alunos ou não impacta diretamente sua rotina.

Mudando o foco para as relações institucionais e interpessoais, o questionário aferiu **como o aluno avalia a relação professor/aluno no contexto da sala de aula e da prática docente**, ilustrada na **figura 80**.

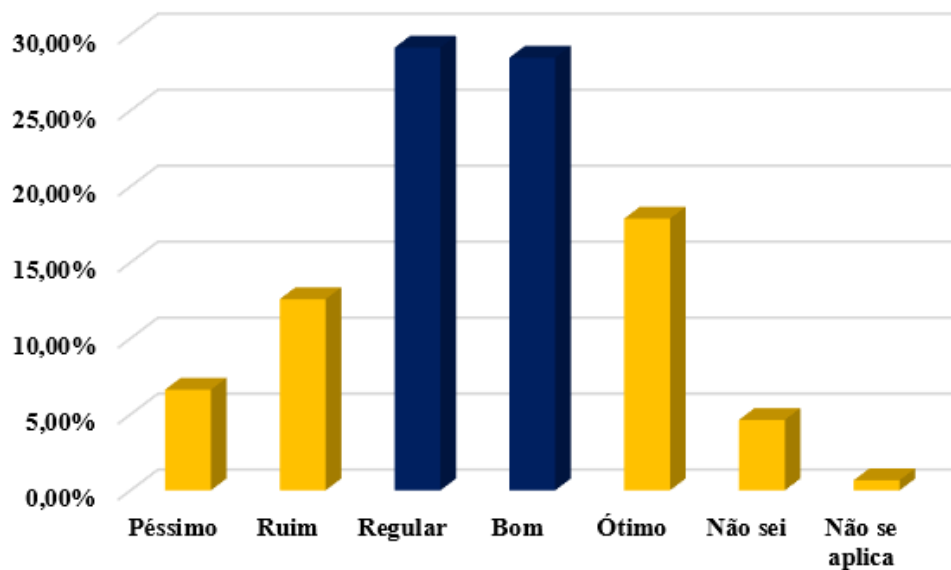


Figura 80 - Relação professor/aluno (Visão discente)

O panorama revela uma convivência percebida com certa mediania e algumas ressalvas. As opções "Regular" (29,14%) e "Bom" (28,48%) encontram-se virtualmente empatadas como as escolhas principais. A avaliação "Ótimo" obteve 17,88%. Em contrapartida, as classificações "Ruim" (12,58%) e "Péssimo" (6,62%) somam quase 20% das opiniões, indicando que atritos, falhas de comunicação ou distanciamento entre docentes e discentes são desafios presentes em uma parcela considerável das disciplinas.

Esse distanciamento torna-se crítico ao se avaliar a **relação com a reitoria, pró-reitorias, coordenações de curso e demais órgãos**. Neste aspecto macro institucional, as avaliações negativas assumem grande peso. A opção "Regular" lidera (22,52%), mas é seguida de perto pela classificação "Ruim" (21,19%) e por "Péssimo" (15,89%). O alto índice de respostas "Não sei" (17,88%) escancara a falta de contato direto ou de diálogo da base estudantil com as instâncias superiores da universidade, refletindo uma relação vista como burocrática e distante. A opção "Bom" pontuou 16,56%, e apenas 4,64% consideram a relação "Ótimo".

Para encerrar o bloco discente, a pesquisa propôs uma reflexão sobre a confiança na própria formação, solicitando o grau de concordância com a afirmativa: **"Me considero preparado para ingressar no mundo de trabalho após a conclusão do curso"**. O resultado desta importante métrica está na **figura 81**.

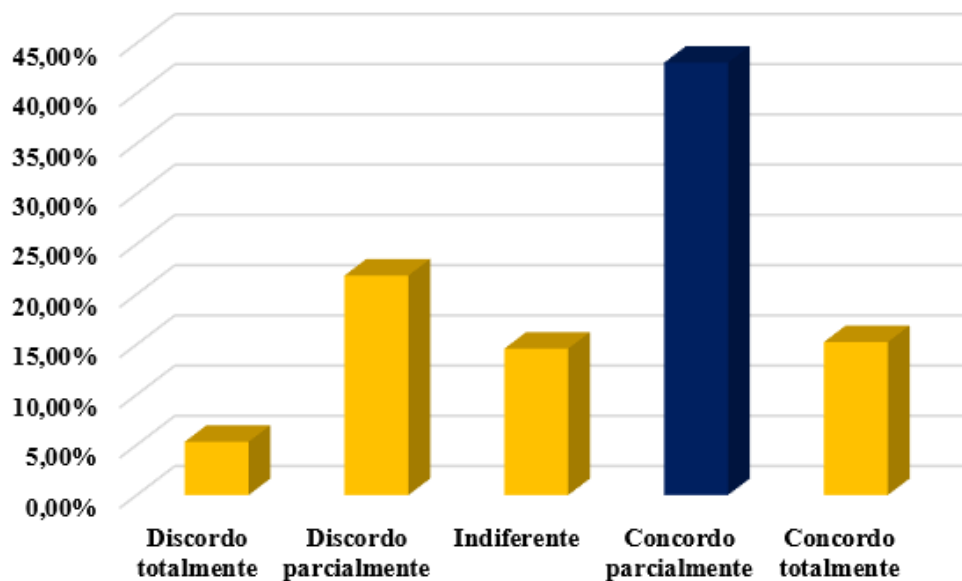


Figura 81 - Percepção de preparo para o mundo do trabalho.

O gráfico ilustra um cenário de confiança moderada. A grande maioria da amostra (43,05%) optou por "Concordo parcialmente", enquanto "Concordo totalmente" registrou 15,23%. Esse volume indica que os alunos sentem que a universidade fornece boas bases, mas reconhecem lacunas práticas ou teóricas. A insegurança profissional é palpável na parcela de 21,85% que assinalou "Discordo parcialmente", somada aos 5,30% que discordam totalmente do próprio preparo. A alternativa "Indiferente" computou 14,57%. Esses dados finais reforçam a importância de fortalecer as atividades de estágio, extensão e aproximação com o mercado durante a graduação.

3.4. EIXO 4 – TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

3.4.1. Políticas de pessoal e de carreira

A avaliação do corpo técnico-administrativo teve início com a análise dos aspectos ligados ao plano de carreira e qualificação profissional. O primeiro ponto avaliou os **critérios para progressão funcional**, cujos resultados estão ilustrados na **figura 82**.

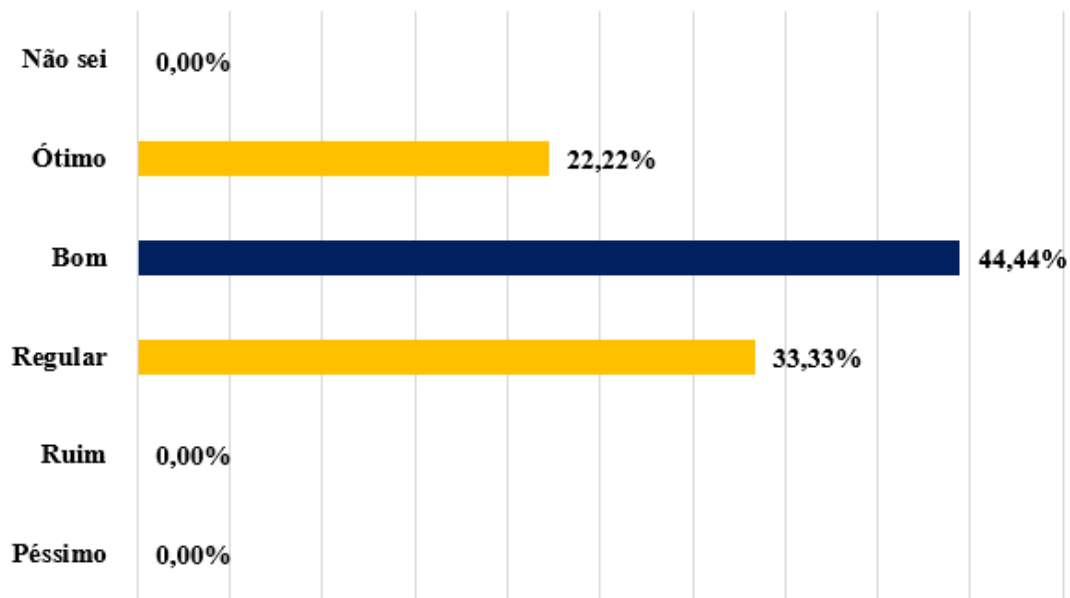


Figura 82 - Avaliação dos critérios para progressão funcional.

No que tange aos **mecanismos de qualificação, aperfeiçoamento e pós-graduação com possibilidade de aproveitamento para progressão funcional**, o cenário é ainda mais favorável. A expressiva maioria (66,67%) avalia essas políticas como "Bom", somando-se a 11,11% que as consideram "Ótimo". A alternativa "Regular" figurou com 22,22%. Esse alto índice de satisfação evidencia que a instituição oferece caminhos claros e recompensadores para a capacitação contínua de seus técnicos.

A validação da bagagem prévia também é reconhecida ao se avaliar a **contribuição da experiência profissional/formação técnica no desenvolvimento de sua função/cargo**. Os dados correspondentes a este item estão na **figura 83** a seguir.

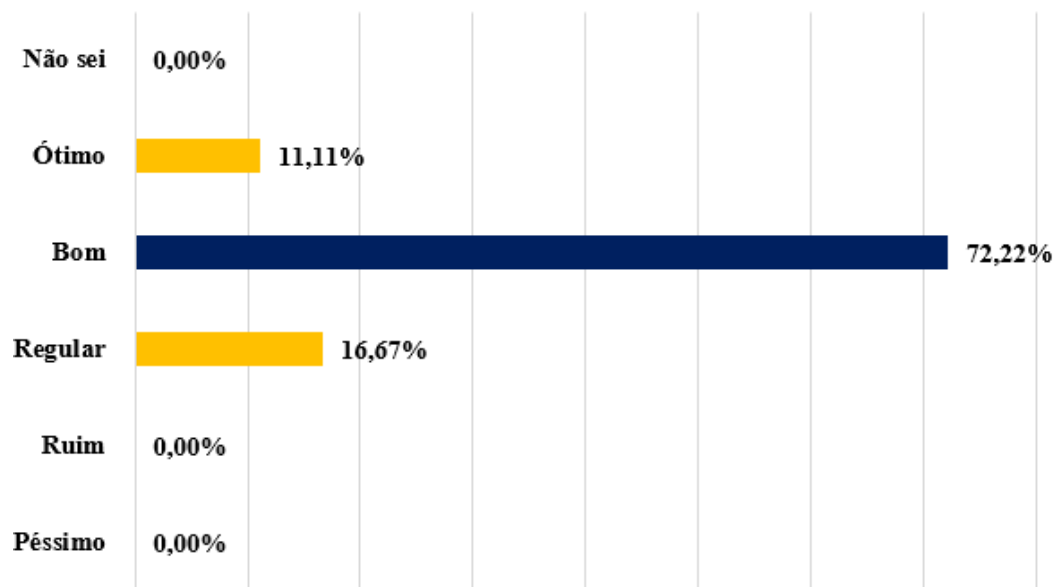


Figura 83 - Contribuição da experiência profissional na função.

A figura reforça o engajamento e a adequação do quadro técnico. Impressionantes 72,22% dos respondentes classificam o aproveitamento de sua experiência como "Bom", e 11,11% como "Ótimo". A classificação "Regular" abarcou os 16,67% restantes. Fica patente que a expertise trazida ou adquirida pelos servidores é efetivamente aplicada em suas rotinas laborais.

Fechando o primeiro bloco, a percepção sobre as **políticas de avaliação de desempenho** mantém a tendência de aprovação, embora com uma margem maior de moderação. A maioria (55,56%) considera a política como "Bom", acompanhada por um índice expressivo de 38,89% de avaliações "Regular". Houve apenas um registro de insatisfação, correspondendo a 5,56% na opção "Ruim".

Aprofundando a compreensão sobre as normativas institucionais, o questionário solicitou o grau de concordância com duas afirmativas centrais sobre a gestão de pessoal. A primeira delas: "**Tenho conhecimento da política de admissão e progressão da UNIVASF**", é exposta na **figura 84**.

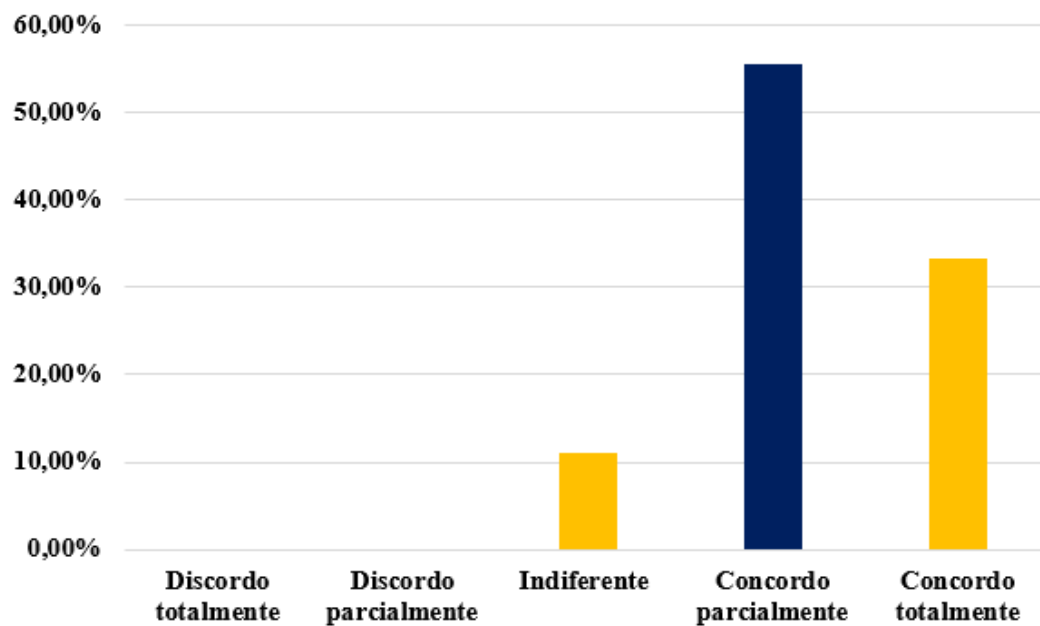


Figura 84 - Conhecimento da política de admissão e progressão.

O gráfico demonstra que os servidores estão bem informados sobre os trâmites que regem suas carreiras. Mais da metade (55,56%) assinalou "Concordo parcialmente", enquanto um terço exato (33,33%) "Concordo totalmente" com a afirmação. Apenas 11,11% se declararam indiferentes, não havendo registros de discordância.

Esse domínio normativo reflete-se na avaliação da justiça desses processos. Solicitados a avaliar se **os critérios e mecanismos da política de admissão e progressão são claros, objetivos e justos**, onde a transparência institucional é amplamente validada pelos técnicos. A concordância parcial obteve 55,56%, acompanhada de perto pela concordância total, que atingiu 38,89%. A soma atesta que mais de 94% do quadro considera as regras claras e imparciais. A resposta "Indiferente" limitou-se a residuais 5,56%.

Passando à análise do ambiente laborativo, o levantamento investigou as condições de trabalho e incentivos profissionais. O primeiro aspecto mediu a **relação entre a quantidade de demandas e de técnico-administrativos existentes no setor/colegiado**. Neste ponto sensível, às opiniões se pulverizam: há um empate no topo entre "Regular" (33,33%) e "Bom" (33,33%). Contudo, uma parcela considerável de 16,67% avalia a relação como "Ruim", somando-se a 11,11% de "Ótimo" e 5,56% de

"Não sei". Essa divisão ilustra o gargalo estrutural comum na administração pública, onde a força de trabalho nem sempre acompanha o volume de demandas em determinados setores.

Contrastando com os desafios quantitativos, as relações interpessoais de gestão são um forte ponto positivo. A **valorização do técnico-administrativo pela chefia imediata** é detalhada na **figura 85** a seguir.

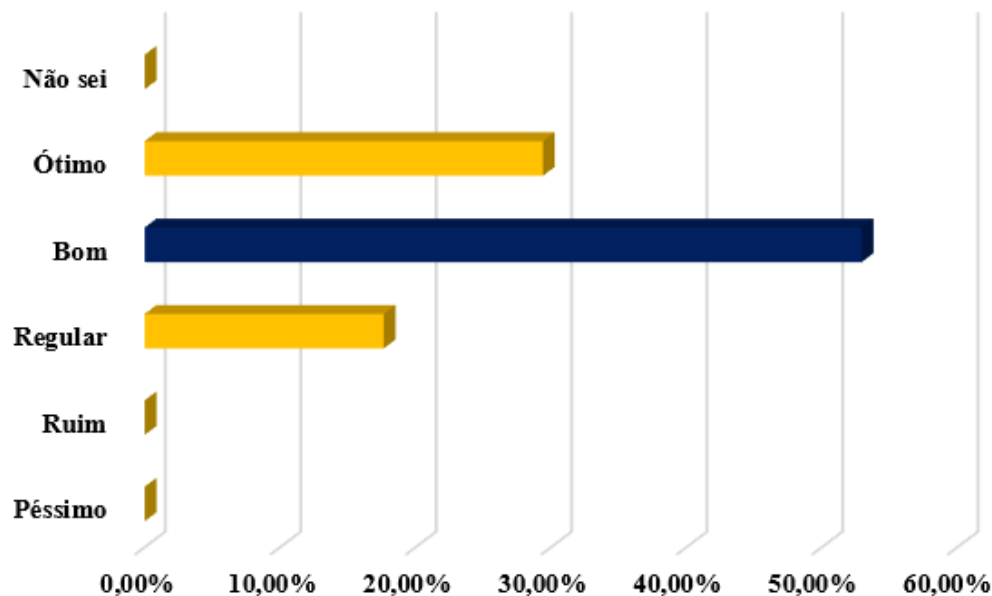


Figura 85 - Valorização pela chefia imediata.

O cenário denota um ambiente de reconhecimento e boa liderança direta. Mais da metade da amostra (52,94%) avalia essa valorização como "Bom", enquanto 29,41% a classificam como "Ótimo". A opção "Regular" foi assinalada por apenas 17,65%, sem qualquer registro negativo, o que evidencia relações saudáveis de subordinação e respeito mútuo nas unidades.

Por outro lado, as **práticas institucionais que estimulam a melhoria do trabalho** apresentam resultados mais modestos. Observa-se um empate exato entre as avaliações "Bom" e "Regular", ambas com 44,44% das respostas. As parcelas de "Ótimo" e "Ruim" também empataram, com 5,56% cada. Tal equilíbrio sinaliza que o fomento institucional macrossocial possui margem para se tornar mais proativo e estimulante na visão da categoria.

Essa mesma distribuição exata (44,44% para "Bom" e 44,44% para "Regular") se repete ao avaliar o **aproveitamento, por parte da instituição, de técnicos administrativos com atividades inerentes à sua formação**. Completam o quadro as opções "Ótimo" (5,56%) e "Não sei" (5,56%). A crítica torna-se mais aguda quando a pauta é a integração acadêmica do corpo técnico. A avaliação dos **mecanismos de apoio à produção científica e técnica** encontra-se na **figura 86**.

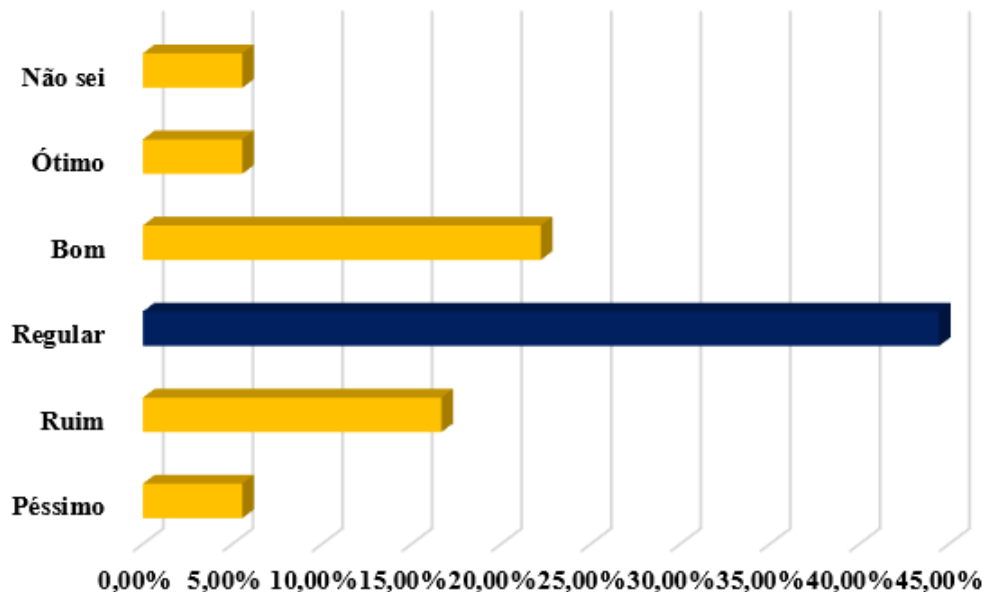


Figura 86 - Apoio à produção científica técnica.

A figura escancara que o fomento à pesquisa para os técnicos carece de estruturação. A classificação "Regular" domina amplamente com 44,44%. Preocupantemente, o somatório das percepções negativas atinge mais de 22% (16,67% para "Ruim" e 5,56% para "Péssimo"), igualando-se exatamente à opção "Bom" (22,22%).

Esse distanciamento reverbera na avaliação dos **mecanismos de apoio à sua participação em eventos científicos e acadêmicos**, ilustrada na **figura 87**.

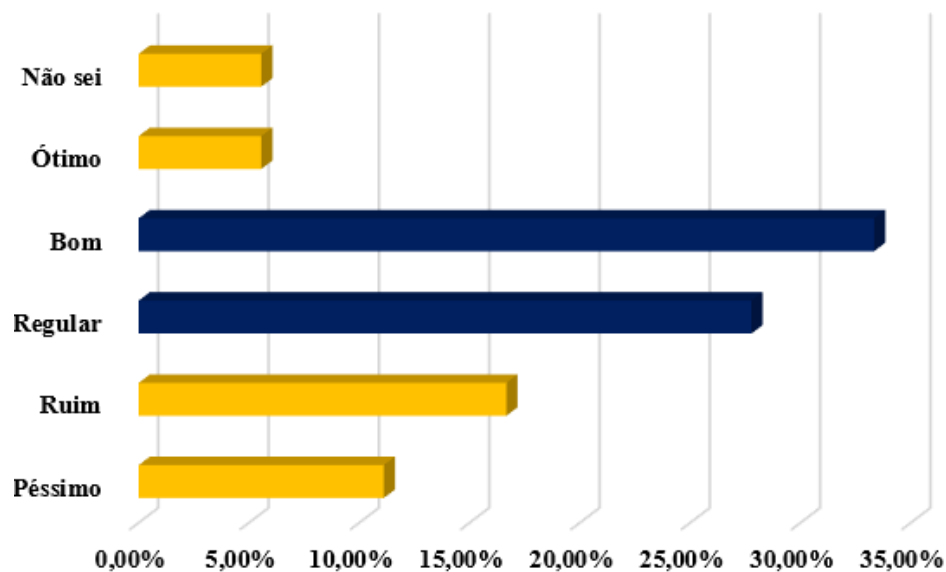


Figura 87 - Apoio para participação em eventos.

A falta de suporte logístico ou financeiro é patente. Embora "Bom" e "Regular" ainda representem a maioria (33,33% e 27,78%, respectivamente), a insatisfação sobe de forma alarmante: 16,67% assinalaram "Ruim" e 11,11% "Péssimo". Juntas, as opiniões negativas somam quase 28%, contra apenas 5,56% de avaliações de excelência ("Ótimo").

Por fim, consolidando essa análise de desintegração acadêmica, o **envolvimento de técnicos-administrativos com Pesquisa e Extensão** fecha o bloco revelando a mesma tendência de crítica. A maior fatia das respostas recai sobre "Regular" (38,89%), seguida por "Bom" (33,33%). A parcela que avalia este envolvimento de forma negativa continua alta, somando cerca de 28% ("Ruim" com 22,22% e "Péssimo" com 5,56%).

3.4.2. Organização e gestão da instituição

Adentrando na avaliação sobre gestão institucional, o levantamento buscou aferir inicialmente o grau de satisfação com a **Instituição** no geral. Os dados correspondentes estão dispostos na **figura 88** a seguir.

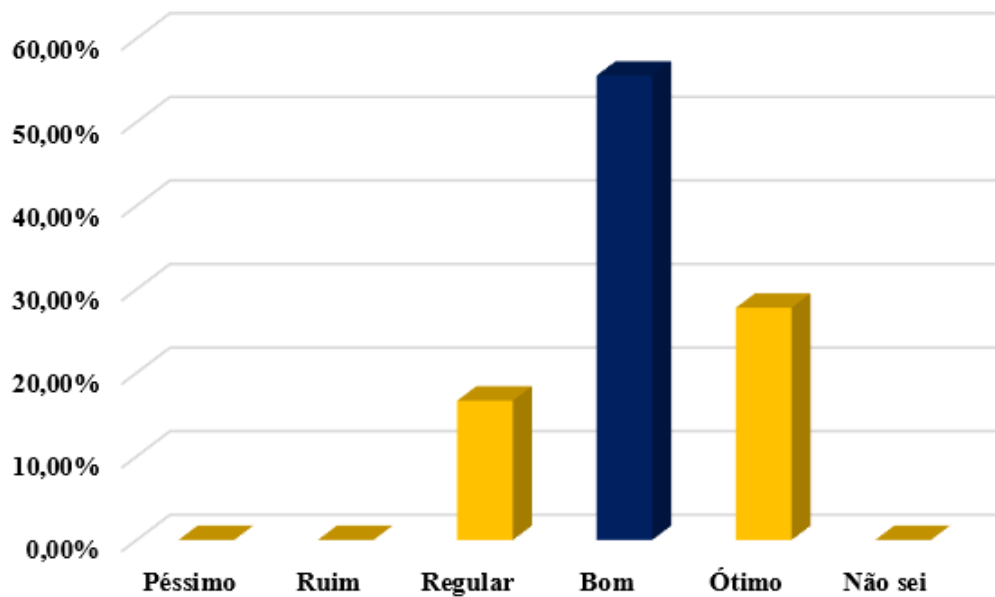


Figura 88 - Satisfação com a Instituição.

A percepção do corpo técnico é amplamente favorável. A opção "Bom" lidera as respostas de forma isolada com 55,56%, seguida pela avaliação "Ótimo" com 27,78%. A classificação "Regular" representa 16,67%, e destaca-se a ausência total de opiniões negativas neste quesito (0,00% para "Ruim" e "Péssimo").

A apreciação sobre a **administração do campus** mantém um alto nível de aprovação. A avaliação "Bom" concentra 61,11% das respostas, seguida por "Regular" (22,22%) e "Ótimo" (11,11%). Houve apenas um registro isolado de insatisfação, com 5,56% na opção "Péssimo".

O cenário demonstra-se ainda mais otimista quando a análise recai sobre a **administração do setor** em que atuam. Juntas, as avaliações de excelência e boa gestão somam quase 90%, divididas entre "Bom" (55,56%) e "Ótimo" (33,33%). A alternativa "Regular" abarcou os 11,11% restantes, não havendo menções de reprovação.

Passando para a análise das **condições de trabalho**, a distribuição de opiniões é ilustrada na **figura 89**.

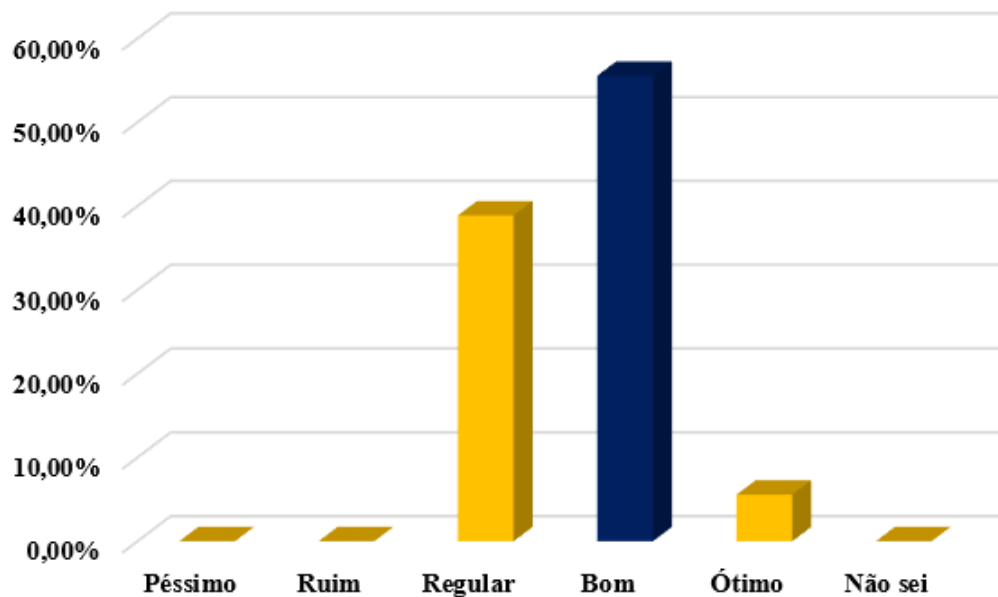


Figura 89 - Satisfação com as condições de trabalho.

Embora o panorama continue positivo, nota-se uma tendência à mediania. A opção "Bom" segue na liderança (55,56%), contudo a classificação "Regular" alcança um índice considerável de 38,89%. A parcela que considera o ambiente ou as ferramentas de trabalho como "Ótimo" restringe-se a 5,56%.

A mensuração da satisfação com a **remuneração** apresenta proporções quase idênticas ao quesito anterior. A validação é encabeçada por "Bom" (55,56%), acompanhada de 33,33% para "Regular". A diferença reside no surgimento de insatisfação pontual ("Ruim" com 5,56%), que empatou com o índice de excelência salarial ("Ótimo" com 5,56%).

Mudando o foco para o diálogo e comunicação institucional, o questionário mediu a **acessibilidade da reitoria da instituição para o esclarecimento de dúvidas**, cujos resultados estão expostos na **figura 90**.

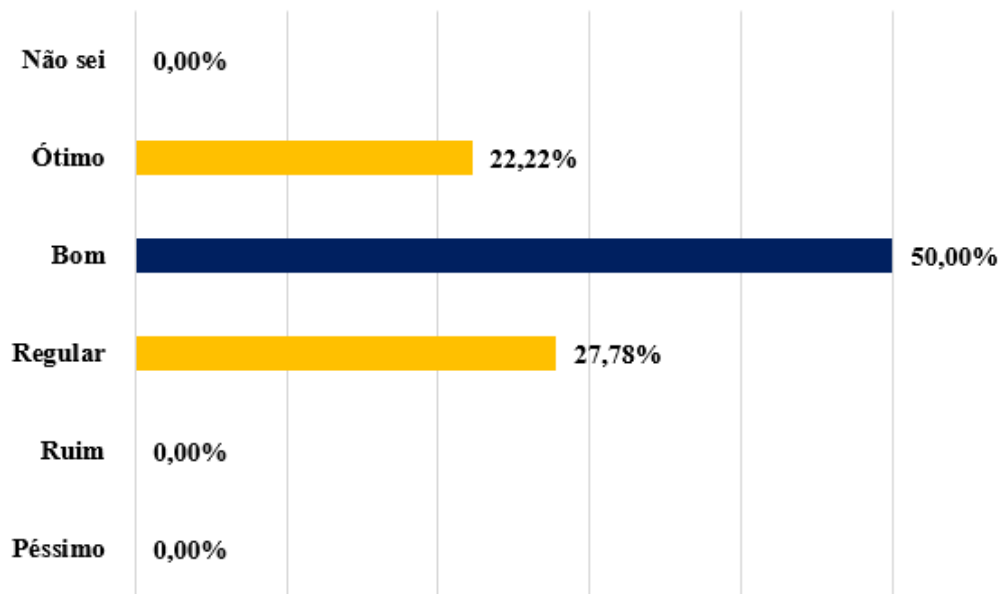


Figura 90 - Acessibilidade da reitoria.

A interação com a gestão superior demonstra-se funcional e aberta: 50,00% dos servidores julgam a acessibilidade como "Bom" e 22,22% como "Ótimo". A classificação "Regular" somou 27,78% das respostas, indicando fluidez razoável nos canais de comunicação direta.

Encerrando esta seção, avaliou-se o **fornecimento regular de informações sobre a instituição**. O fluxo informativo de macroestrutura é validado por ampla margem da categoria: a opção "Bom" agrupa 66,67% das avaliações e "Ótimo" reúne 16,67%. As parcelas de "Regular" (11,11%) e "Ruim" (5,56%) representam percepções minoritárias de assimetria informativa.

3.4.3. Infra-estrutura física

Iniciando a análise pelo dimensionamento físico, a avaliação da **capacidade da sala em relação à quantidade de serviços e servidores** apresenta um cenário tendendo à mediania. A classificação "Regular" reuniu a maior parte das respostas (44,44%), seguida de perto por "Bom" (33,33%) e "Ótimo" (16,67%). A insatisfação com a lotação dos espaços foi pontual, registrando 5,56% na opção "Ruim".

No que se refere ao provimento de insumos para a rotina diária, a percepção sobre a **quantidade de materiais de expediente** está ilustrada na **figura 91**.

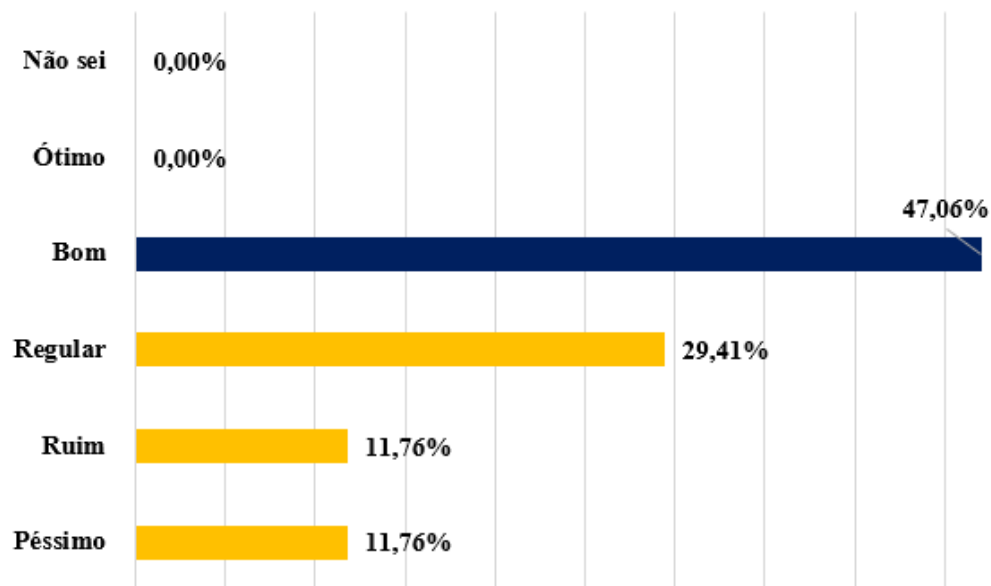


Figura 91 - Satisfação com a quantidade de materiais de expediente.

A figura evidencia que quase metade do quadro técnico (47,06%) avalia o abastecimento como "Bom", enquanto 29,41% o consideram "Regular". Existe, contudo, um ponto de atenção: o somatório das avaliações negativas ("Ruim" e "Péssimo", com 11,76% cada) alcança expressivos 23,52%, o que aponta para gargalos ou escassez frequente de materiais em determinados setores.

Avaliando o aspecto qualitativo desses mesmos recursos, a **condição dos materiais de expediente** reflete proporções muito semelhantes à sua disponibilidade. A alternativa "Bom" lidera novamente com 47,06%, acompanhada por 35,29% de adesão à opção "Regular" e 5,88% para "Ótimo". O índice de 11,76% para "Péssimo" reaparece, reforçando que os itens fornecidos nem sempre atendem aos padrões de durabilidade ou qualidade esperados para o exercício das funções.

Por fim, os aspectos ambientais básicos do setor, como **limpeza, iluminação e conforto térmico**, são detalhados na **figura 92** a seguir.

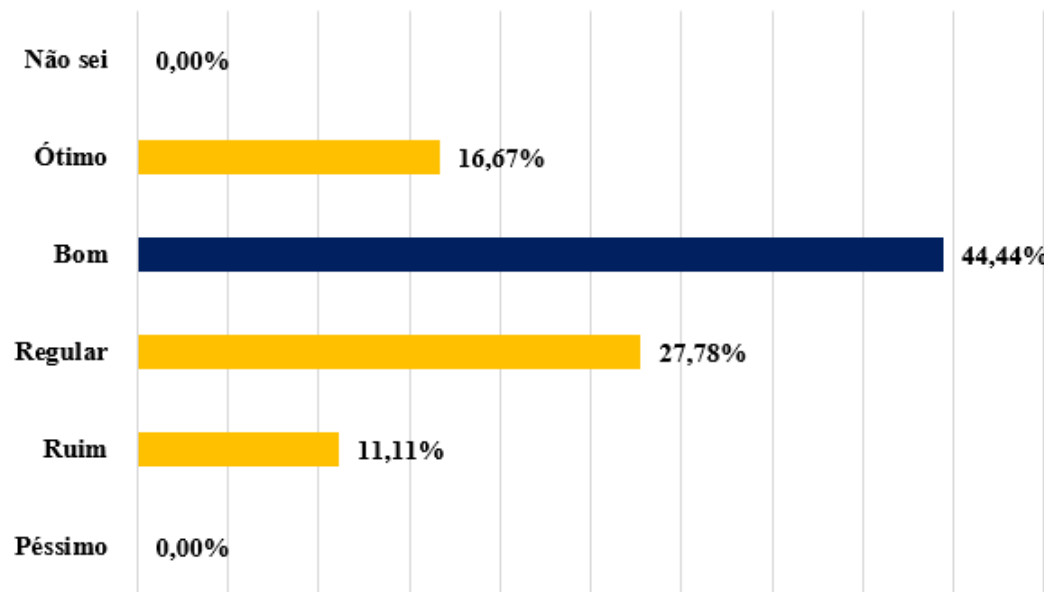


Figura 92 - Avaliação de limpeza, iluminação e conforto térmico.

Os dados indicam um ambiente físico de trabalho satisfatório para a maioria da categoria. As respostas positivas consolidam mais de 60% do total, dividindo-se entre "Bom" (44,44%) e "Ótimo" (16,67%). A classificação "Regular" representou 27,78% da amostra, ao passo que 11,11% avaliaram o ambiente como "Ruim", indicando que desafios estruturais, como falhas de climatização ou de manutenção predial, afetam uma minoria dos servidores.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise cruzada dos dados coletados entre discentes, docentes e técnicos-administrativos revela um diagnóstico institucional marcado por uma forte dicotomia: a excelência das relações interpessoais e do engajamento humano em contraste com severas limitações de infraestrutura física, tecnológica e de assistência.

4.1. DIMENSÃO PEDAGÓGICA, RELAÇÕES INTERPESSOAIS E GESTÃO

O aspecto mais positivo diagnosticado na UNIVASF reside em seu capital humano. Docentes e discentes relatam uma relação harmoniosa e profícua em sala de aula, com forte aprovação do nível de preparo das aulas e da aderência dos currículos à realidade regional. A gestão dos colegiados e a administração de setores são vistas

como acessíveis e resolutivas. Para os técnicos-administrativos, há um alto índice de clareza nas políticas de progressão e uma valorização expressiva por parte das chefias imediatas. Fica evidente que as bases acadêmicas e administrativas funcionam graças ao comprometimento do quadro de servidores e estudantes.

4.2. O GARGALO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

A dimensão estrutural configura-se como o maior ponto de crise do relatório. Há um consenso negativo entre docentes e discentes quanto aos laboratórios práticos: acusa-se falta grave de insumos (materiais de consumo), equipamentos obsoletos ou quebrados e insuficiência de técnicos de laboratório. Essa precariedade se estende aos recursos didáticos nas salas de aula (audiovisual/lousas) e atinge um nível crítico nos laboratórios de informática de acesso comum, onde máquinas, desempenho e *internet* são avaliados de forma contundentemente negativa. Na visão macro, a conservação e manutenção predial e de equipamentos refletem um déficit contínuo, agravado por críticas ao transporte intracampus.

4.3. PESQUISA, EXTENSÃO E FOMENTO

O engajamento acadêmico é notório, mas ocorre frequentemente sem o devido suporte financeiro. A maioria das atividades de pesquisa e extensão discente é realizada de forma voluntária, sem recebimento de bolsas. Os docentes, por sua vez, ressentem-se da falta de apoio financeiro e logístico para a participação em eventos e congressos externos. Além disso, os técnicos-administrativos sinalizam uma exclusão orgânica desse processo, apontando falta de incentivo institucional para se envolverem na produção científica e no tripé universitário.

4.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Dois pontos de atenção urgente emergem na comunicação e na permanência. Primeiro, há um massivo desconhecimento discente sobre as políticas institucionais, incentivos à pós-graduação e sobre o próprio. O PDI, embora claro para quem o lê, sofre

de grave falha de divulgação na comunidade em geral. O segundo e mais alarmante ponto de crise social reside na assistência estudantil: a avaliação do RU e das políticas de alimentação obteve os maiores índices de rejeição ("Péssimo" e "Ruim") de toda a pesquisa, exigindo intervenção imediata da gestão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do processo autoavaliativo da CPA – Ano-base 2025 reforçam o papel da UNIVASF como uma instituição de ensino reconhecida por sua qualidade pedagógica e pelo esforço contínuo de seu corpo social. As diretrizes de ensino, a acessibilidade dos gestores e a qualificação dos servidores são pilares sólidos que sustentam a universidade em seu cotidiano.

Contudo, o presente relatório expõe fragilidades estruturais que ameaçam a excelência acadêmica a médio e longo prazo. As considerações apontam para a necessidade premente de redirecionamento de esforços e recursos orçamentários (quando possíveis) para quatro eixos de ação institucional:

- **Plano Emergencial de Manutenção e Modernização:** É imperativo revitalizar a infraestrutura dos laboratórios práticos e de informática, garantindo o provimento contínuo de insumos e o conserto de equipamentos, fundamentais para a indissociabilidade entre teoria e prática.
- **Reestruturação da Assistência Estudantil:** O alto grau de insatisfação com a alimentação e o baixo alcance das bolsas de permanência demonstram que as políticas de suporte precisam ser auditadas, ampliadas e qualificadas para garantir a permanência efetiva dos discentes.
- **Comunicação e Engajamento Institucional:** A universidade necessita modernizar seus canais de diálogo interno. É preciso aproximar a base estudantil das políticas de fomento e garantir que documentos norteadores, como o PDI, sejam conhecidos e construídos de forma ativamente participativa.
- **Valorização Integral do Tripé:** É necessário rever as políticas de fomento para garantir mais equidade na distribuição de bolsas, apoio real para a difusão externa da produção científica (docentes e discentes) e a criação de mecanismos que integrem os servidores técnico-administrativos às ações de pesquisa e extensão.

Por fim, a CPA reafirma que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um instrumento de gestão. Espera-se que os dados e diagnósticos aqui apresentados sirvam de bússola para a tomada de decisões da Alta Gestão, Colegiados e Pró-Reitorias, garantindo que o desenvolvimento humano, já consolidado na UNIVASF, seja acompanhado pelo pleno desenvolvimento de suas estruturas e políticas de apoio.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES: Roteiro de autoavaliação institucional**. Brasília: MEC/CONAES/SESU/INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. Ampl. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP/DAES/CONAES. Nota Técnica nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília – DF, 2014.

PDI 2015 – 2025 – Plano de Desenvolvimento Institucional. Pró-Reitoria de Planejamento. Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, 2009. Disponível em <<http://www.portais.univasf.edu.br>>.